

**COMUNICAÇÃO**  
**MÍDIA**  
**E CONSUMO**

**Editores-chefes:** Mônica Rebecca Ferrari Nunes, Eliza Bachega Casadei

**Bolsistas PPGCOM-ESPM:** Carina Borges Rufino, Fernando Gonzales

**Assessoria Editorial:** E-papers Serviços Editoriais Ltda.

**Revisão:** Rodrigo R. Carmo (português)

**Tradução:** Fabiana Ribeiro do Nascimento

**Capa:** Luiz Basile

e-ISSN 1983-7070

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM**

Profa. Dra. Denise Cogo

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da  
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, Brasil

Profa. Dra. Eliza Bachega Casadei

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da  
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, Brasil

#### CATALOGAÇÃO NA FONTE

Comunicação, Mídia e Consumo / Escola Superior de Propaganda e  
Marketing, Ano 1, v. 1, n. 1 (maio 2004) – São Paulo: ESPM, 2020 –

Ano 18, v. 18, n. 51 (jan./abr. 2021)  
Quadrimestral  
ISSN 1983-7070 online  
Acesso em: <http://revistacmc.espm.br>

1. Comunicação – Periódico. 2. Mídia. 3. Consumo. I. Escola Superior de  
Propaganda e Marketing. II. Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
e Práticas de Consumo.

CDU – 659.1

ESPM

Rua Dr. Álvaro Alvim, 123 Vila Mariana São Paulo SP Brasil

telefone: 55 11 5085-6663

[revistacmc@espm.br](mailto:revistacmc@espm.br)

# **Comunicação, mídia e consumo**

**Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação e Práticas de  
Consumo da ESPM, São Paulo**

Publicação quadrimestral

ano 18 • volume 18 • número 51 • jan./abr. 2021

versão eletrônica da revista disponível em:

<http://revistacmc.espm.br>

Indexadores e Diretórios: Revcom, Latindex, IBICT/Seer, Sumarios.org, LivRe, EBSCO, Univerciência, DOAJ (Directory of Open Access Journals), GALE-CENGAGE Learning, Portal de Periódicos da Capes, Diadorim, Scopus

## EXPEDIENTE

Publicação quadrimestral do Programa de Pós-graduação da ESPM

**Conselho Editorial** Adriana da Rosa Amaral, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS; Afonso de Albuquerque, Universidade Federal Fluminense, UFF; Alberto Efendy Maldonado de la Torre, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS; Alexandre Almeida Barbalho, Universidade Estadual do Ceará, UEC; Amparo Huertas, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha; Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Universidade Federal de Goiás, UFG; Ana Cláudia Gruszynski, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Ana Claudia Mei Alves de Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Ana Lucia Silva Enne, Universidade Federal Fluminense, UFF; Ana María Rosas Mantecón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, Internacional; Ángela Freire Prysthon, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Ana Wortman, Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina; Beatriz Brandão Polivanov, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, Brasil; Bruno Roberto Campanella, Universidade Federal Fluminense, UFF; Carla Fernanda Pereira Barros, Universidade Federal Fluminense, UFF; Carmen Peñafiel, Universidad del País Vasco, Internacional; Claudia da Silva Pereira, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RJ; Claudia Irene de Quadros, Universidade Federal do Paraná, UFP; Claudia Lago, Universidade Anhembi Morumbi, UAM; Cristiane Finger Costa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Cristiane Freitas Gutfreind, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Daniel Miller, University College London, Reino Unido; Denise da Costa Oliveira Siqueira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doris Martinez Vizcarrondo, Universidad de Puerto Rico, Internacional; Edgar Patricio de Almeida Filho, Universidade Federal do Ceará, UFC; Eduardo Campos Pellanda, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Eliseo Colón, Universidad de Puerto Rico, Internacional; Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Fabio Fonseca de Castro, Universidade Federal do Pará, UFPA; Fátima Cristina Regis Martins de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Felipe de Castro Mutanis, Universidade Federal Fluminense, UFF; Fernanda Martinelli, Universidade de Brasília, UNB; Fernando Antônio Resende, Universidade Federal Fluminense, UFF; Fernando do Nascimento Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, Universidade Federal do Paraná, UFP; Francisco Rüdiger, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Geane Carvalho Alzamora, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; Gislene da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC; Guilherme Nery Atem, Universidade Federal Fluminense, UFF; Gustavo Daudt Fischer, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS; Herom Vargas Silva, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS; Hugo Rodolfo Lovisolo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Isabel Maria Ferin da Cunha, Universidade de Coimbra, Internacional; Isabel Siqueira Travancas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Janice Caiafa Pereira e Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Jean Charles Zozzoli, Universidade Federal de Alagoas, UFAL; Jiani Adriano Bonin, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS; João Batista Freitas Cardoso, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS; João Luis de Araújo Maia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Jorge Luiz Cunha Cardoso Filho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB; José Carlos Marques, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; José Carlos Souza Rodrigues, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; José Eugênio de Oliveira Menezes, Faculdade Cásper Líbero, FCL; Josimey Costa da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRGN; Juliana Colussi, Universidad del Rosario - Bogotá, Colômbia; Juremir Machado da Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS; Karla Regina Macena Pereira Patriota Bronshtein, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Laan Mendes de Barros, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Laura Loguericio Cãnepa, Universidade Anhembi Morumbi, UAM; Liv Rebecca Sovik, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Ludmila de Lima Brandão, Universidade Federal de Mato Grosso , UFMT; Luis Mauro Sá Martino, Faculdade Cásper Líbero, FCL; Luiz Antonio Vádico, Universidade Anhembi Morumbi, UAM; Magali do Nascimento Cunha, Universidade Metodista de São Paulo, Metodista; Marcelo Kischinhevsky, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Marcial Murciano, Universidade Autónoma de Barcelona, Internacional; Marcio Acelrad, Universidade de Fortaleza, UNIFOR; Marcio de Vasconcellos Serelle, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG; Márcio Souza Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Maria Berenice da Costa Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Maria Cristina Castilho Costa, Universidade de São Paulo, USP; Maria Cristina Mendes da Ponte, Universidade Nova de Lisboa - Lisboa, Portugal; Maria Inês Carlos Magno, Universidade Anhembi Morumbi, UAM; Maria Paula Sibília, Universidade Federal Fluminense, UFF; Marialva Carlos Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Mariângela Machado Toaldo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Marli dos Santos, Universidade Metodista de São Paulo, Metodista; Maurício Lissovsky, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Marta Cantijoch Cunill, Universidade de Manchester, Manchester, Reino Unido; Marta Rizzo Garcia, Universidad Autónoma de la Ciudad de México - UACM, Ciudad de México, México; Micael Maiolino Herschmann, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Michell Maffesoli, Universidade Paris V, Internacional; Misaki Tanaka - Mii Saki, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Mohammed ElHajji, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Nisia Martins do Rosário, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Nizia Maria Souza Villça, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Octavio Islas, Instituto Tecnológico de Monterrey-Mexico, Internacional; Patricia Cecilia Burrows, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Paula Regina Puhl, Universidade Feevale (RS); Philippe Meers, University of Antwerp, Antuérpia, Bélgica; Priscila Ferreira Perazzo, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS; Raquel da Cunha Recuero, Universidade Católica de Pelotas, UCPEL; Raquel Marques Carriço Ferreira, Universidade Federal de Sergipe, UFS; Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB; Regina Rossetti, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS; Ricardo Ferreira Freitas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Roberto Manuel Igarza, Academia Nacional de Educación, Internacional; Rogério Luiz Covaleski, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Ronaldo George Helal, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Rosário Radakovich , Universidad de la Republica, Internacional; Roseli Aparecida Figaro Paulino, Universidade de São Paulo, USP; Saleta de Salvador Agra, Universidade de Vigo, Pontevedra, Espanha; Sandra Portella Montardo, Universidade Feevale, Feevale; Sebastião Carlos de Moraes Squirra, Universidade Metodista de São Paulo, Metodista; Simone Luci Pereira, Universidade Paulista, UNIP; Simone Maria Andrade Pereira de Sá, Universidade Federal Fluminense, UFF; Sofia Cavalcanti Zanforlin, Universidade Católica de Brasília, UNB; Sônia Virginia Moreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Suelly Dadalti Fragoso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Tanius Karam, Universidad Autónoma de la Ciudad de México - UACM, Ciudad de México, México; Tomás Ariztia, Universidad Diego Portales, Santiago, Chile; Valquíria Aparecida Passos Kneipp, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRGN; Veneza Mayora Ronsini, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Yuji Gushiken, Universidade Federal de Mato Grosso , UFMT

## **EDITORIAL**

A revista *CMC* apresenta, em sua 51ª edição, a primeira parte do Dossiê “Pensamento comunicacional latino-americano – desafios e perspectivas da des-ocidentalização no Sul Global”, coordenado pelas pesquisadoras Ana Cristina Suzina (Loughborough University London) e Paola Madrid Sartoretto (Jönköping University). Confira, mais adiante, a apresentação das editoras sobre os artigos que compõem o dossiê.

Além dos artigos do dossiê, a revista traz outros artigos que discutem a relação entre comunicação e consumo. No artigo “Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI”, Rafael B. R. de Souza discute a práxis noticiosa como forma de conhecimento imersa em uma sociedade de classes e, para isso, assume a perspectiva da ontologia do ser social em Marx para debater a possibilidade de conhecimento da objetividade, investigando as peculiaridades do jornalismo no edifício conceitual da dialética materialista. Em “Entre o algoritmo e a curadoria: programação radiofônica, gêneros musicais e repetição”, os autores investigam o processo de construção da programação musical radiofônica, cada vez mais tensionada entre dois polos: a curadoria humana e a mediação algorítmica dos *softwares* de automação. Por fim, em “Trabalho Digital: o papel organizador da comunicação”, Rafael Grohmann propõe bases teóricas para entender a área de trabalho digital desde a comunicação. Para isso, discute o processo de plataformização do trabalho

para além da chamada “uberização” e com clivagens de raça, gênero, frações de classe e território.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

## **Dossiê Pensamento comunicacional latino-americano: desafios e perspectivas da des-ocidentalização no Sul Global**

### **Volume I: Reencontros e Estranhamentos**

*Ana Cristina Suzina e Paola Madrid Sartoretto*

Refletir sobre o pensamento comunicacional latino-americano, sob a perspectiva de movimentos como os de decolonização, des-ocidentalização ou recolonização, conduz a um exercício de olhar simultaneamente para o passado, o presente e o futuro. Para o passado porque, se existe uma coincidência entre muitas abordagens que discutem as origens da chamada escola latino-americana de comunicação, é a de que a pesquisa, o ensino e as práticas de comunicação na América Latina partem de um espírito de resistência (ver, por exemplo, SUZINA, 2021). Por um lado, buscava-se romper com uma literatura globalizada e de pretensões universalizantes, que não dava conta de explicar fenômenos contextualizados nos territórios latino-americanos. Por outro, almejava-se valorizar a produção de conhecimento local, incluindo uma academia emergente e saberes enraizados em práticas sociais. Cabe, então, observar a prática acadêmica presente para ponderar sobre como essa escola persevera nesse exercício, e olhar para o futuro para entender como os desenvolvimentos em 70-80 anos de trajetória inspiram caminhos que podem ser compartilhados e fortalecidos, e/ou revelam problemas, novos ou persistentes, que precisam ser solucionados.

Pessoalmente, para nós, editoras, pesquisadoras brasileiras com base na Europa (Reino Unido e Suécia), editar um dossiê sobre o pensamento comunicacional latino-americano é também um exercício de

estranhamento e reencontro. Estranhamento porque nos descobrimos latino-americanas quando estudamos comunicação na Europa, ao entender que os estudos de comunicação sobre os quais nos debruçamos na graduação são predominantemente invisíveis no campo da comunicação no Norte Global. Ali, entramos em contato com uma perspectiva do campo da comunicação que não se entende como perspectiva, mas como a totalidade da disciplina, constituindo o Norte metafórico das sociologias das ausências e das emergências (SANTOS, 2002). E também ali conhecemos o estranhamento de não pertencer ao campo no qual sempre circulamos com liberdade e a limitação de só ter voz quando falamos do particular, do local e do regional.

As dinâmicas de estranhamento e reencontro, que se inserem em relações entre centro e periferias, são o foco da pesquisa decolonial e estão presentes em vários textos do Dossiê. Elas se articulam e nutrem um caminho histórico do campo da comunicação na América Latina, em seus “diálogos críticos entre conhecimentos e culturas ... mediações entre as culturas popular, industrial e política ... migrações culturais mediadas ... heterogeneidade de temporalidades e práticas ... insurreições performáticas ... estética barroca ... experiência bastarda da cooltura ... uma comunicação que torna possível o bem-viver ...” (RINCÓN; MARROQUÍN, 2020, p. 53).

A pesquisa decolonial é frequentemente considerada engajada (CUSICANQUI, 2012; KILOMBA, 2008), um adjetivo também frequentemente usado para descrever a escola latino-americana de comunicação (BERGER, 1999; DORNELLES, 2007) e outros movimentos de liberação do conhecimento, como a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e a filosofia intercultural latino-americana (FORNET-BETANCOURT, 2007). Nesse sentido, nos somamos a Clemencia Rodriguez quando ela confessa o sentimento de que “nós sempre estudamos mídia dessa maneira” (2020, p. 38), ao falar de uma abordagem à comunicação a partir das práticas sociais e culturais presentes na vida cotidiana das pessoas. Outro reencontro. E outro estranhamento, considerando que o que muda, entre Norte e Sul metafóricos, é apenas o tipo de engajamento.

Do mesmo modo que a literatura colonial hegemônica se projeta por meio de uma imagem de desterritorialidade, ela também oculta um engajamento com a manutenção dessa hegemonia. São diversos os recursos mobilizados nesse sentido e as engrenagens de um capitalismo acadêmico são os mais recentes. Boaventura de Sousa Santos fala sobre a linha abissal do conhecimento que invisibiliza e apaga experiências periféricas e propõe a insurgência como estratégia para reivindicar o protagonismo epistemológico nas ciências sociais (SANTOS, 2002; 2007). A hegemonia capitalista sobre a academia traça essa linha abissal através da comoditização do conhecimento, submetendo-o à valoração do mercado, ao apelo mercadológico da pesquisa, seguindo tendências em vez de questionar e, assim, intensificando as hierarquias entre centro e periferias.

As diferentes dinâmicas de marginalização afetam a produção acadêmica e as perspectivas epistemológicas de estudiosos e grupos minoritários provenientes de ou localizados em instituições do Sul Global, em particular. Estudos críticos recentes mostraram que os legados da colonialidade e da supremacia branca permeiam a academia, resultando na sub-representação de pesquisadoras e pesquisadores não ocidentais e não brancos nos fluxos internacionais de publicação e citação (CHAKRAVARTTY *et al.*, 2018; RAO, 2019), evidenciando o domínio absoluto de epistemologias provenientes dos Estados Unidos e da Europa Ocidental (ver WASSERMAN, 2020). Não obstante a forte tradição e produção prolífica da região, análises registram a marginalidade dos estudos latino-americanos de comunicação na academia ocidental (ENGHEL; BECERRA, 2018; GANTER; ORTEGA, 2019).

Nesse contexto, diversos esforços de diálogo foram feitos historicamente, como a realização de conferências internacionais da IAMCR na Argentina (1972), na Venezuela (1980), no Brasil (1992, 2004), no México (1997, 2009) e na Colômbia (2017), e da ICA no México (1980, 2000) e em Porto Rico (2015); colaborações entre as associações latino-americana e europeia de pesquisa em comunicação, ALAIC e ECREA; além de diversas iniciativas bilaterais entre países latino-americano e ocidentais. Mais recentemente, a contribuição da pesquisa

latino-americana para a constituição do campo dos estudos da comunicação tem sido resgatada e valorizada (PERTIERRA; SALAZAR, 2020; STEPHANSEN; TRERÉ, 2019), somando-se e animando oportunidades de colaboração.

Nesse sentido, pensar desde o Sul e desde a América Latina é pensar em diálogo com o Norte e com o Sul, mas sobretudo com o que somos, com o que vivemos, desde onde somos. Dialogar, na perspectiva de Paulo Freire, significa pensar “com” os outros; “[é] o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário” (FREIRE, 2013, p. 57). Como sugere Jesús Martín-Barbero, significa também pensar fora de dualismos, para considerar ambiguidades, e formular o pensamento com narrativas capazes de dar conta do mundo em que se vive; *“necesitamos pasar del razonar e ilustrar al contar”*, como resume Omar Rincón (2018, p. 11). Dentro dessa perspectiva de diálogo, a postura decolonial e de des-ocidentalização se insere como uma atitude de autêntico questionamento e curiosidade intelectual que tem como objetivo principal enxergar experiências e epistemologias apagadas e empurradas para além da linha abissal, em uma perspectiva que *“ya no se entiende como el eco lejano de lo que se piensa en Europa, sino como expresión propia de un pensamiento que piensa la condición periférica de los pueblos latino-americanos y sus tradiciones”* (FORNET-BETANCOURT, 2007, p. 30).

Quando revisitamos, junto com as autoras e autores nesse Dossiê, os estudos de comunicação na América Latina, reencontramos tradições, vertentes e perspectivas que abrem e diversificam seu escopo e horizontes teóricos e epistemológicos. Temos profunda gratidão pela generosidade e compromisso de dezenas de colegas pareceristas, que se debruçaram sobre as 34 submissões recebidas e nos ajudaram a tomar as decisões necessárias na escolha de dez contribuições, que serão distribuídas neste e num segundo volume, a ser publicado mais adiante.

Compondo esta primeira parte do Dossiê, Vera Martins e Rosane Rosa nos conduzem por uma jornada “ao sul das referências”, em que descrevem suas próprias experiências e desafios na busca por desierarquizar os processos de produção de conhecimento. As autoras relatam

uma experiência de pesquisa na área da comunicação e dos estudos feministas e de gênero, realizada com mulheres do Brasil e de Moçambique, discutindo aspectos relacionados à escolha de autoras(es) e à mobilização de conceitos em um diálogo Sul-Sul.

Outros dois artigos dão continuidade a essa reflexão. Camilla Quesada Tavares, Michele Goulart Massuchin e Leila Lima de Sousa ponderam sobre “a quem recorremos quando falamos sobre gênero na Comunicação?”, a partir da análise de 155 artigos publicados nos periódicos Qualis A1 e A2 da área da Comunicação e Informação, entre 2000 e 2019, no Brasil. Em sua reflexão, as autoras discutem os desafios enfrentados na busca por novas perspectivas epistemológicas. Por sua vez, Dorismilda Flores-Márquez apresenta uma revisão de publicações sobre internet, comunicação e cultura digital no México, no período 1981-2019. A partir da análise de 725 textos, a autora propõe uma linha do tempo para identificar os principais temas e pesquisadores-chave, as etapas da investigação e os vínculos com o pensamento comunicacional latino-americano e outras tradições.

Afonso de Albuquerque e Thaiane de Oliveira se engajam na discussão sobre a (in)visibilidade da pesquisa latino-americana em comunicação no cenário internacional, adicionando um nível de reflexão ao nos provocar a pensar sobre o Recolonial, em que, por um lado, os estudos de comunicação na América Latina se confrontam interna e externamente com um movimento de globalização neoliberal e capitalismo acadêmico e, por outro lado, preservam um circuito vigoroso de intercâmbio acadêmico, pautado no acesso aberto à produção intelectual.

Finalmente, Martin Quintana Elgueta, Cristian Tejeda Gómez e Fernando Carias Pérez, apresentam o estudo de uma iniciativa de educação em comunidades Mapuche Williche, no Chile. A análise interpretativa de documentos e entrevistas sugere duas características distintivas de uma estratégia de des-ocidentalização das comunicações, que são o compromisso político educativo como tática legitimadora local e a transição do negacionismo para a valoração da multiplicidade cultural indígena.

Entre reencontros e estranhamentos, este conjunto de textos nos conduz por um percurso de vitalidade. A resistência dos pioneiros parece continuar presente, por meio de questionamentos e de uma busca incansável para se aproximar das realidades e evoluir com elas – talvez porque as desigualdades estruturais e as injustiças cognitivas persistam igualmente. Mais do que um movimento, decolonização e des-ocidentalização são processos que parecem intrínsecos aos estudos de comunicação na América Latina, em seus esforços constitutivos e de posicionamento ante outras epistemologias. As numerosas contribuições enviadas para este dossiê e a decisão desta revista *Comunicação, Mídia e Consumo*, pela qual agradecemos, de acolher dez delas em dois volumes, é evidência contundente dessa vitalidade e da riqueza desse debate.

## **Bibliografia**

- BERGER, C. Crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 1-15, ago.-dez. 1999.
- CHAKRAVARTTY, P. *et al.* # CommunicationSoWhite. *Journal of Communication*, Washington, DC, v. 68, n. 2, p. 254-266, abr.-jun. 2018.
- CUSICANQUI, S. R. Ch'ixinakax utxiwa: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization. *South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 111, n. 1, p. 95-109, jan. 2012.
- DORNELLES, B. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. *E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, v. 9, p. 1-18, jun. 2007.
- ENGHEL, F.; BECERRA, M. Here and There: (Re)Situating Latin America in International Communication Theory. *Communication Theory*, Washington, DC, v. 28, n. 2, p. 111-130, mai. 2018.
- FORNET-BETANCOURT, R. La filosofía intercultural desde una perspectiva latinoamericana. *Solar*, Lima, n. 3, p. 23-40, 2007.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 1. ed. Tradução de R. D. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GANTER, S. A.; ORTEGA, F. The Invisibility of Latin American Scholarship in European Media and Communication Studies: Challenges and Opportunities of De-Westernization and Academic Cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, Filadélfia, n.13, p. 68-91, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast, 2008.
- PERTIERRA, A. C.; SALAZAR, J. F. *Media Cultures in Latin America. Key Concepts and New Debates*. New York and Oxon: Routledge, 2019.

- RINCÓN, O. Pensar desde el Sur. In: RINCÓN, O. (Org.). *Pensar desde el Sur. Reflexiones acerca de los 30 años de De los Medios a las Mediaciones de Jesús Martín-Barbero*. Bogotá: Fundación Friedrich Ebert Stiftung, 2018. p. 8-11.
- RINCÓN, O.; MARROQUÍN, A. The Latin American Lo Popular as a Theory of Communication. In: STEPHANSEN, H. C.; TRERÉ, E. (Orgs.). *Citizen Media and Practice: Currents, Connections, Challenges*. London: Routledge, 2019. p. 42-56.
- RODRÍGUEZ, C. Introduction. In: STEPHANSEN, H. C.; TRERÉ, E. (Orgs.). *Citizen Media and Practice: Currents, Connections, Challenges*. London: Routledge, 2019. p. 37-41.
- SOUSA SANTOS, B. Beyond abyssal thinking: from global lines to ecologies of knowledges. *Review*, Nova York, v. 30, n. 1, p. 45-89, jan. 2007.
- SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.
- STEPHANSEN, H. C.; TRERÉ, E. *Citizen Media and Practice: Currents, Connections, Challenges*. London: Routledge, 2019.
- SUZINA, A. C. *The Evolution of Popular Communication in Latin America*. London: Palgrave Macmillan, 2021.
- WASSERMAN, H. Moving from diversity to transformation in communication scholarship. *Annals of the International Communication Association*, Washington DC, p. 1-3, 2020.

## Sumário

- 6** Dossiê: Pensamento comunicacional latino-americano – desafios e perspectivas da des-ocidentalização no Sul Global (Volume 1: Reencontros e Estranhamentos)
- 
- Ana Cristina Suzina**  
**Paola Madrid Sartoretto**
- 16** Ao Sul das referências: Reflexões decoloniais para desierarquizar os processos de produção de conhecimento  
South of the references: Decolonial reflections to desierarchize the processes of knowledge production
- 
- Vera Martins**  
**Rosane Rosa**
- 36** A quem recorremos quando falamos sobre gênero na Comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada nas pesquisas da área  
To whom do we call upon when we talk about gender and Communication? Aspects of coloniality and decoloniality in the bibliography used in research on the field
- 
- Camilla Quesada Tavares**  
**Michele Goulart Massuchin**  
**Leila Lima de Sousa**
- 60** Estudios de internet, comunicación y cultura digital en México  
Internet, digital communication and culture studies in Mexico
- 
- Dorismilda Flores-Márquez**
- 82** Pensando o Recolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina  
Thinking the Recolonial in Communication Studies: reflections from Latin America Afonso de Albuquerque
- 
- Afonso de Albuquerque**  
**Thaiane de Oliveira**

- 103** Fundação Rádio Escola para o Desenvolvimento Rural (FREDER): um caso de (des)ocidentalização educativa em território Mapuche Williche  
Fundación radio escuela para el desarrollo rural (FREDER): un caso de desoccidentalización educomunicativa en territorio mapuche williche
- 

Martin Quintana Elgueta  
Cristian Tejeda Gómez  
Fernando Carias Perez

### **Artigos**

- 124** Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI  
Journalism and knowledge of objective reality in the 21st century
- 

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

- 144** Entre o algoritmo e a curadoria: programação radiofônica, gêneros musicais e repetição  
Between algorithm and curation - Radio programming, music genres and repetition
- 

Marcelo Kischinhevsky  
Gustavo Ferreira  
Claudia Góes  
Artur Seidel  
Liana Monteiro

- 166** Trabalho Digital: o papel organizador da comunicação  
Digital Labor: the organizing role of communication
- 

Rafael Grohmann

## Artigos

## **Ao Sul das referências: Reflexões decoloniais para desierarquizar os processos de produção de conhecimento**

### **South of the references: Decolonial reflections to desierarchize the processes of knowledge production**

Vera Martins<sup>1</sup>

Rosane Rosa<sup>2</sup>

**Resumo:** *O artigo apresenta uma reflexão a respeito de uma experiência de pesquisa na área da comunicação e dos estudos feministas e de gênero, realizada com mulheres do Brasil e de Moçambique, que privilegiou a utilização de referenciais teóricos decoloniais. O texto discute aspectos relacionados às escolhas de autoras(es) e apresenta os conceitos: axé (SODRÉ, 2017) e disponer de una misma (TZUL TZUL, 2016), para evidenciar a potencialidade dos referenciais decoloniais para democratizar o processo de produção do conhecimento. Nesse contexto, afirmamos que os estudos que promovem o diálogo entre países do sul global, a partir da incorporação de referentes teóricos decoloniais, contribuem para reposicionar, socialmente, os sujeitos e nutrir o processo de teorização com as experiências de sua gente: autoras(es), pesquisadoras(es) de todos os níveis, comunidades, coletivos e movimentos sociais.*

**Palavras-chave:** *Produção do conhecimento; referências decoloniais; estudos feministas e de gênero.*

**Abstract:** *The article presents a reflection about a research experience in the area of communication and feminist and gender studies, carried out with women*

- 1 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-4412-6476>. E-mail: [martins.verissima@gmail.com](mailto:martins.verissima@gmail.com)
- 2 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-0686-0944>. E-mail: [rosanerosar@gmail.com](mailto:rosanerosar@gmail.com)

*from Brazil and Mozambique, which privileged the use of decolonial theoretical references. The text discusses aspects related to the choices of authors and presents the concepts: *axé* (SODRÉ, 2017) and *disponer de una misma* (TZUL TZUL, 2016), to evidence the potentiality of decolonial references to democratize the process of knowledge production. In this context, we affirm that studies that promote dialogue between countries of the global south, based on the incorporation of decolonial theoretical references, contribute to the social repositioning of subjects and to nourish the theorizing process with the experiences of their people: authors, researchers from all levels, communities, collectives and social movements.*

**Keywords:** *Knowledge production; decolonial references; feminist and gender studies.*

*“Invocando estas leis  
imploro-te Exu  
plantares na minha boca  
o teu axé verbal  
restituindo-me a língua  
que era minha  
e me roubaram”  
(NASCIMENTO, 1981)*

## Invocações

Este trecho do poema “Padê para Exu Libertador”, do intelectual negro brasileiro Abdias Nascimento, nos situa em relação às estratégias de comunicação que emergem das premissas ancestrais africanas e que persistem em território brasileiro sustentando a ação política de resistências das comunidades afro-diaspóricas. Exu é o senhor das possibilidades, pois rege a comunicação entre todas as formas de vida, numa articulação complexa entre tecnologias, recursos humanos e naturais, sem que nenhuma ordem hierárquica dite sua ação. A desnaturalização das hierarquias está na base política do pensamento decolonial, introduz uma desordem na linearidade ocidental e, com isso, dá visibilidade a outros sentidos de mundo (OYĒWÙMÍ, 2017).

Os sentidos desse poema são a inspiração para este texto, que busca apresentar reflexões sobre o uso de referências teóricas decoloniais na realização de pesquisas científicas. Suas ponderações estão centradas na articulação entre o campo da comunicação e o dos estudos feministas e de gênero e se apoiam em uma experiência de pesquisa que transitou entre Brasil e Moçambique<sup>3</sup>. Trata-se de uma escrita atravessada por memórias de uma experiência de pesquisa intercultural, a qual se insere no cenário das discussões comunicacionais e se volta aos usos das redes sociais feitos pelas mulheres na internet. Essa utilização foi estudada nos

3 A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do doutorado-sanduíche realizado em 2017-2018 na Universidade Pedagógica, em Maputo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento – Edital 02/2014 – SECADI/MEC/CAPESES.

dois países, através da análise de relatos feitos por mulheres na *fanpage* “Vamos juntas?”, do Facebook (Brasil), e no grupo presencial Algo Mais (Moçambique).

Esta pesquisa, seus processos e resultados, se orientou ética e politicamente ao sul. E, quando pensamos e grafamos este termo – o sul – levamos em consideração, pelo menos, duas dimensões de significados: uma é geográfica e diz respeito ao mapa físico, morada localizável das instituições que abrigaram o estudo, das pesquisadoras que o desenvolveram e das pessoas da comunidade que interagiram como sujeitos participantes da investigação; a outra dimensão é política, onde o sul é espaço de memória, é berço epistêmico, é resistência social, é lugar de mirada, é lugar de sentir, é perspectiva de existência que atravessa as vidas e os textos sobre os quais vamos refletir. Nesse sentido, durante toda a investigação estivemos atentas às nossas práticas, para evitar – e esperamos ter conseguido – a reprodução de um essencialismo geográfico. Por isso, no âmbito das teorizações, convidamos a caminhar conosco no processo de investigação aquelas ideias que são frutos de decisões políticas de problematizar a hegemonia dos que sempre têm um “norte”.

De todo o processo que envolveu a investigação – que durou 3 anos e 9 meses –, escolhemos apresentar neste texto dois momentos. O primeiro, que visa problematizar e discutir sobre quem está autorizado a produzir conhecimento, e de qual lugar social se dará, por meio de uma reflexão crítica a respeito da escolha das(os) autoras(res) para o referencial teórico. O segundo momento é a apresentação de dois conceitos, forjados no contexto intelectual decolonial e empregados na pesquisa: *axé* (SODRÉ, 2017) e *dispor de si* (TZUL TZUL, 2016). Ao apresentá-los, queremos evidenciar a potencialidade dos referenciais decoloniais como recurso para desierarquizar e democratizar o processo de produção teórica do conhecimento.

## Mirada metodológica

As reflexões que serão abordadas neste texto foram articuladas para pensar a realidade das mulheres brasileiras e moçambicanas a partir de uma

abordagem feminista. O campo teórico do feminismo foi profundamente modificado pela mirada decolonial de muitas intelectuais, como, por exemplo, Maria Lugones (2014), Gladys Tzul Tzul (2016) e Carla Akontirene (2019). Elas introduzem, além da problematização de gênero, outros elementos a partir dos quais é possível refletir sobre uma ideia de feminilidade, de nascer fêmea e vir a ser designada mulher em contextos situados. Elas reivindicam que elementos de classe, culturais, raciais e religiosos sejam considerados sem hierarquizações entre si, aplicados a cada contexto e articulados aos desejos e projetos dessas mulheres. Longe de significar um questionamento sobre o quão fundamental é a teoria feminista, este processo de questionamento complexificou e aprofundou os debates, assim como revelou a face hegemônica e os aspectos conservadores desta teoria, gestando uma abordagem mais justa e equitativa:

Quando não vemos o debate e a discussão como formas antagonistas e belicosas de comunicação, podemos praticá-los como meios retóricos para esclarecer as diferenças práticas e teóricas e para respeitar diferentes vozes e perspectivas feministas como algo que fortalece e não enfraquece as distintas lutas (FIORENZA, 2009, p. 43).

Nesse contexto de reflexão, neste artigo, nossa mirada metodológica se dará a partir da hermenêutica crítica feminista (FIORENZA, 2009). Nos inspiramos na hermenêutica da suspeita para tratar da questão da escolha das(os) autoras(es) e na hermenêutica da imaginação criativa, para refletir a respeito dos conceitos já mencionados.

Na hermenêutica da suspeita, recomenda-nos a autora, não devemos tomar os textos “ao pé da letra”, mas, antes, analisar que função eles desempenham no interesse da dominação. Esse exercício pode ser difícil emocionalmente, porque já interiorizamos a autoridade do texto acadêmico, e exige, então, que confrontemos nossas emoções, ansiedades e temores. Nas palavras de Fiorenza (2009, p. 198):

Uma hermenêutica da suspeita não deve ser confundida com uma hermenêutica da descoberta que assume que no mundo existe alguma

ordem que pode ser descoberta se nos tornamos conscientes dos diversos disfarces utilizados para encobrir a Verdade e para disfarçar a realidade.

Assim, este giro hermenêutico nos possibilita uma vigilância sobre as estratégias dominantes de produção de sentido e torna visíveis os papéis e valores implicados em, por exemplo, pares dicotômicos e hierarquizados, como: masculino/feminino, superior/inferior, nós/eles. Já na hermenêutica da imaginação criativa, a autora recomenda procurar gerar visões utópicas ainda não realizadas, ou não realizadas plenamente. Nesse exercício, pode-se olhar para os textos para “sonhar” com um mundo de justiça e bem-estar e encontrar, na imaginação, o espaço de memória e possibilidades.

Graças a nossas capacidades imaginativas podemos nos colocar no lugar de outras pessoas, conectar-nos com seus sentimentos e participar de suas decisões e lutas. A imaginação histórica nos permite ver as lutas de mulheres no passado e estabelecer conexões com nossas próprias lutas (FIORENZA, 2009, p. 202).

Na concepção da autora, esse giro se preocupa em trazer à tona a capacidade de conceber mudanças e perceber como as situações podem ser transformadas, assim como celebrar as pessoas que trouxeram a mudança (FIORENZA, 2009). As duas hermenêuticas orientam a construção reflexiva dos dois itens do texto a seguir.

*“Olorum  
Pai nosso e teu  
Exu  
de quem és fruto alado  
da comunicação e da mensagem”  
(NASCIMENTO, 1981)*

### **Quem pode ser chamada(o) de teórica(o)?**

A seleção das referências teóricas para o desenvolvimento da pesquisa é um dos procedimentos metodológicos que pedem de pesquisadoras e

pesquisadores uma reflexão que envolve um alinhamento com os objetivos estabelecidos, mas que implica também – ainda que nem sempre conscientemente – uma tomada de posição política sobre a investigação. Na experiência de pesquisa Brasil-Moçambique sobre a qual estamos apoiando a elaboração deste texto, o processo de decidir quais referências iriam compor o corpo teórico passou por diversos momentos. No início dos estudos, partimos do campo da Comunicação e dos Estudos Feministas e de Gênero de forma bem abrangente, e depois consideramos a possibilidade de fazer um recorte exclusivamente feminista e com autoras mulheres. Finalmente, quando os estudos decoloniais passaram a compor nosso modo de problematizar e vislumbrar caminhos, fomos chamadas a complexificar (GANDARILLA, 2016) nossas escolhas.

Foi nesse momento que a hermenêutica da suspeita emergiu como um caminho para a construção desta complexidade, uma vez que nos convoca a questionar e desmistificar as estruturas de dominação inscritas nos textos, mas também nas nossas próprias experiências, inclusive aquelas como pesquisadoras (FIORENZA, 2009). Esse movimento de suspeita nos permitiu autorizar-nos a optar por autoras e autores da América do Sul, África e alguns poucos do norte global, desde que, em suas obras, houvesse um diálogo sensível com o sul, ou que suas reflexões apontassem críticas das relações hierárquicas implicadas nas relações norte-sul.

Queremos nos deter um pouco nessa afirmação sobre “autorizar-se”, porque esse processo é fértil para uma reflexão sobre a adoção de referentes teóricos decoloniais. Fiorenza (2009, p. 198) alerta que “nós mulh\*res não sabemos se textos gramaticalmente masculinos se dirigem a nós ou não. É por isso que precisamos pensar sempre duas vezes e perguntar se algo se refere a nós ou não”. Este modo hegemônico de produção textual produz um efeito de nos colocar, como mulheres, fora do contexto de produção de conhecimento, gesto este que vamos internalizando por meio de inúmeros mecanismos sociais de opressão. Então, uma sensação de não pertencimento – muitas vezes, nem chega à consciência – nos impele a buscar percursos que nos legitimem

e amparem neste lugar, e utilizar “autores consagrados” é um desses mecanismos.

Ao suspeitarmos dessa sensação de não pertencimento, e de seus desdobramentos sobre nosso fazer científico enquanto mulheres e, mais especificamente, mulheres do sul, temos a possibilidade de esboçar outros caminhos. Assim, o primeiro movimento, geralmente, é o de apresentar os “consagrados”, para em seguida produzir uma extensa e exaustiva argumentação refutativa, com bases feministas e decoloniais, por exemplo. Uma leitura atenta da hermenêutica da suspeita (FIORENZA, 2009) nos mostra que isso é uma armadilha. A elaboração “confrontativa”, que parece caminho obrigatório para nós, que queremos colocar no centro de nossas pesquisas pensamentos que habitam às margens sociais do pensamento acadêmico, na realidade evidencia que ainda estamos gravitando em torno de um “norte ideal” e empregando nossa energia criativa e intelectual de modo subordinado. Significa, ainda, que não partimos de nossa própria “cosmopercepção” (OYĚWÙMÍ, 2017), mas estamos nos reportando ao pensamento hegemônico, buscando um gesto de aceitação para que então nossas elaborações possam ser dignas de existir no universo teórico. Este tipo de compreensão é um dos objetivos do pensamento decolonial.

Trata-se, segundo José Gandarilla (2016), de restaurar a complexidade do mundo a partir de uma crítica ao pensamento moderno/colonial e seus sistemas de categorias universais, hierarquizadas e homogeneizadoras, para recusar o lugar de imobilidade dos sujeitos categorizados pelo projeto colonial. É este sistema que ampara a atribuição de papéis sociais generificados e retira as mulheres do âmbito da razão científica. Para o autor, o problema está nas categorias universais – como o subalterno – que encerram as pessoas em rotulações predeterminadas, escondendo suas práticas e saberes, silenciando suas vozes e não as reconhecendo como seus interlocutores.

O autor alerta que reconhecer as marcas do projeto colonial passa pela necessidade de compreender seu poder classificatório e de constante redução da complexidade do outro – que fica limitado a uma

categoria estanque: mulher, índio, negro, de sua ética e suas práticas, devastando, assim, a diversidade humana. Desse modo, o desafio é migrar de categorias universais para categorias universalizáveis. Nesse sentido, deveria acontecer uma negociação – democrática e coletiva – com os grupos que representam a diversidade humana e isso nos daria condições sociais de propor categorias úteis de análise, que teriam potência de se tornar universalizáveis (GANDARILLA, 2016). Na visão do autor, categorias como equidade, reciprocidade e horizontalidade poderiam ser levadas à discussão, pois estão carregadas dessa potência de gerar respostas mais éticas e estéticas aos desafios da transformação social.

Nessa linha de raciocínio, duas autoras – bell hooks (2017) e Giovana Xavier (2019), intelectuais negras, estadunidense e brasileira, respectivamente – apontam como as críticas decoloniais podem se traduzir em elementos para serem incorporados nas práticas de pesquisa. A primeira autora levanta, entre outros, dois aspectos. Ela afirma que o formato do texto deve ser objeto de reflexão, pois é uma opção política na medida em que promove mais ou menos acesso àquele conteúdo. Nessa perspectiva, hooks (2017) nos convoca a revisar o estilo de escrita, recusando o rebuscamento acadêmico que se reproduz em elaborações altamente abstratas, em jargão específico e em referências obscuras e difíceis de ler. Afirma, ainda, que é preciso se voltar para um estilo mais próximo do modo de falar popular, a fim de facilitar a ampla circulação do conhecimento, para que este seja um recurso acionado para a promoção de práticas transformadoras.

O outro aspecto relevante defendido pela autora é a construção de um “ponto de vista expansivo” de teorização (HOOKS, 2017). Essa afirmação emerge do questionamento sobre quem é e quem pode ser nominado como uma(um) teórica(o) e reivindica uma noção de autoridade compartilhada em todos os processos de produção de conhecimento (pesquisas científicas, contexto de ensino etc.). Partindo de exemplos do contexto feminista, a autora diz: “é que a produção de teoria feminista é um fenômeno complexo, que raras vezes é tão individual

quanto parece ser e geralmente nasce de um envolvimento com fontes coletivas” (HOOKS, 2017, p. 87).

Nessa mesma direção, Giovana Xavier (2019) questiona o privilégio das teorizações acadêmicas em relação às narrativas orais como referências teóricas e como lugar de produção de conhecimento. A autora defende que é preciso olhar para outros espaços – fora dos muros universitários – para compreender a diversidade de conhecimentos que a sociedade está gestando. Esses outros espaços podem incluir as redes sociais, pois “em um país que trata a cultura acadêmica como um privilégio, o uso desta ferramenta de comunicação direta insere-se em um processo de escrita criativa que objetiva qualificar pontos de vista de mulheres negras como saberes” (XAVIER, 2019, p. 17). Assim, ela reivindica o reconhecimento de uma outra intelectualidade para

[...] evidenciar a aproximação entre quem somos e aquilo que produzimos. As respostas a esta forma inovadora de comunicar os conhecimentos científicos transitam desde a aceitação e reconhecimento à rejeição e à desautorização. Um despertar de afetos extremos que revela disputas de narrativas tanto na academia quanto no espaço público sobre conhecimento de quem está autorizado a produzi-lo (XAVIER, 2019, p. 17).

A partir de nossa experiência de pesquisa, privilegiando o uso de referências teóricas decoloniais para pensar os usos de redes sociais por mulheres brasileiras e moçambicanas, é possível afirmar que esta prática pode promover uma relação mais equivalente e justa entre produções teóricas, experiências e objetivos das(os) pesquisadoras(es) e pessoas que interagem como integrantes dos contextos onde ambientamos nossa investigação.

Este nosso reconhecimento encontra amparo nas reflexões de Alejandro Haber (2011), quando ele nos convida a buscar acessar o conhecimento em estado de mudança. Para o autor, esse tipo de conhecimento é uma conversação. Mas uma conversação em determinadas condições. Em primeiro lugar, acontece com sujeitos subalternos, ou com a face subalterna dos sujeitos; não é instrumental, ou seja, que se limita a recolher informações sobre como os sujeitos atribuem sentido

à realidade, mas uma conversação com os outros sentidos da realidade; algo que nos interpele e que, cedo ou tarde, nos comova.

Em segundo lugar, é uma conversação com os movimentos sociais, comunidades ou coletivos, politicamente mobilizados para enfrentar o sistema hegemônico. Em terceiro lugar, é uma conversação ampliada, incluindo atrizes e atores considerados irrelevantes (Haber, 2011). Uma vez estabelecidos o desejo e as condições para a conversação, efetiva-se uma “situação de investigação”, ou seja, uma conversação em que irão se articular muitas vozes. Na experiência de pesquisa sobre a qual estamos refletindo, isso significou articular as vozes teóricas, aquelas mulheres brasileiras e moçambicanas, e as vozes das pesquisadoras, e a pesquisa se constituiu em um espaço propício para o encontro e a copresença, permitindo que todas ouçam e falem em pertencimento, reconhecimento e solidariedade.

### **Celebração dos saberes sentidos**

A imaginação criativa proposta por Fiorenza (2009) é acionada aqui como um recurso político para revistar os processos de produção do conhecimento, pois, ao mesmo tempo que a autora chama a atenção para a construção de cenários que permitam a transformação social, sua convocação à celebração daquelas pessoas e lutas já em curso nos afasta do imaginário que povoa a mente com ambientes solitários e estéreis dos laboratórios de ciência. O emprego da palavra celebração introduz sons e cores, instaura movimento e dinamismo nesse ambiente, lembrando que é possível conceber um processo de investigação onde os saberes da teorização e das experiências dos sujeitos não sejam desperdiçados em disputas de autoridade.

A partir dessa abordagem, a projeção da mudança passa pela visibilização de conceitos que resultam do debate decolonial. Para este texto escolhemos dois conceitos, entre muitas possibilidades do repertório já produzido por essa abordagem teórica, que emergem de contextos da comunicação e dos estudos feministas decoloniais. O primeiro é o *axé* – mobilizado pela alegria e pelo afeto –, conforme pensa o teórico da

comunicação Muniz Sodré (2017). A reflexão do autor é resultado de um profundo conhecimento dos modos de vida social, cultural, econômico, religioso e político das comunidades afro-diaspóricas brasileiras, que ele nomeia como pensamento nagô. E o segundo conceito é o de *disponer de una misma*, pensado no âmbito feminista pela socióloga Gladys Tzul Tzul (2016), que o emprega a partir de um diálogo com a tradição feminista sobre o lugar político do desejo. As propostas desta autora e deste autor são tão críticas da matriz ocidental de pensamento, quanto propositivas de outra razão geográfica para um agir político que promova a transformação social em situações de opressão de cunho colonial, patriarcal ou capitalista.

A abordagem de Sodré (2019), no bojo do pensamento nagô, inicia por situar o processo de constituição da pessoa, que se dá em um contexto comunitário, dentro de posições interpretativas particulares, dos marcos de uma filosofia política e moral relativa às sociedades africanas.

Nesta linha de pensamento regida por uma cosmologia e ancestralidade, o ser humano constitui-se de materiais coletivos (procedentes de entidades genitoras divinas e dos ancestrais) e de uma combinação individual de materiais, responsáveis por sua singularidade (SODRÉ, 2017, p. 117).

Esse contexto institui outra temporalidade, onde data e fatos perdem a importância, pois se assenta na “narrativa de uma experiência existencial vinculada por famílias, vizinhos, conhecidos, toda a gente afim de uma comunidade” (SODRÉ, 2017, p. 115). Nessa cosmologia, o ser humano “partilha uma condição comum a animais, minerais e vegetais, assim como às divindades, investidas de idênticos elementos” (2017, p. 118).

E essa condição partilhada é estabelecida pelo *axé*. O autor nos explica que esse conceito visibiliza o modo como a cosmologia, organizada em filosofias, ao ser arrancada de sua origem se reorganiza e se reconfigura para sobreviver, resistir e persistir deste lado do Atlântico. Sodré (2017, p. 133, grifo do autor) define assim: “A palavra *axé* dá conta da força e ação, qualidade e estado do corpo e suas faculdades de realização. *Axé*

é na verdade um potencial de realização ou de não realização, apoiado no corpo”. Essa realização mobiliza a energia dos seres: divindades, homens e ancestrais, convocando as forças naturais dos reinos animal, vegetal e mineral. Assim, o *axé* é uma virtualidade, o sagrado como campo que transcende, que se atualiza ou se individualiza, que pede uma unicidade corporal, indissociando a palavra dos tons e dos gestos:

Experenciado como um conteúdo, acumulável e transmissível pela mediação corporal, o *axé* preside ao ciclo de trocas simbólicas, do dar e receber, fazendo funcionar códigos comunitários, presidindo às transformações e passagens de uma situação a outra (SODRÉ, 2017, p. 134).

Para a compreensão do *axé*, o autor aponta como decisivo o entendimento de dois aspectos: o afeto e a alegria, pois, na perspectiva nagô, a ordem dos fenômenos está ligada à primazia do sensível e das sensibilidade, e afastada dos processos racionalizados e intelectualizados.

No âmbito de uma filosofia de diáspora, como o pensamento nagô, a alacridade entendida como “ponto de existência” é uma regência afetiva que propicia essa margem dentro de um contexto social marcado há séculos pela continuidade das políticas de servidão (SODRÉ, 2017, p. 24).

Nesse contexto, o afeto significa o exercício de uma ação sobre uma/outra sensibilidade – não necessariamente sobre um ser vivo – que carrega conteúdos de emoção e de um estado particular de consciência; já a alegria é um modo fundamental da existência nagô, não como afeto circunstancial, mas como um regime concreto e estável de relacionamento com o real, como uma potência ativa da existência dos indivíduos (SODRÉ, 2017). A alegria não é um afeto circunstancial, mas um regime concreto e estável de relacionamento com o real e, portanto, uma potência ativa. “Por isso não existe propriamente o sujeito da alegria. Há, sim, o sujeito da emoção, objeto da sensação, até mesmo o sujeito de um sentimento, mas alegria é regência, algo que possibilita a existência dos sujeitos” (SODRÉ, 2017, p. 151), e se relaciona, conseqüentemente, com os saberes da vida prática.

Assim, é este *axé*, em suas manifestações de afeto e alegria, que dá base para a resistência social empreendida pelas comunidades negras a partir de seus terreiros: “Mas, ao invés de um discurso lamentoso, de vitimização ou mesmo recalçamento, de tudo que aconteceu, a liturgia negra reconhece a realidade da mudança [...]” (SODRÉ, 2017, p. 152).

Na reflexão do autor, é essa lógica relacional que permeia as formas de organização comunitária dos descendentes africanos, dando lastro ao seu agir político, que “não costuma aparecer nas lentes etnológicas e se faz visível na mobilização de recurso para a consolidação de alianças internas ao grupo e nas táticas de aproximação com a sociedade global hegemônica” (SODRÉ, 2017, p. 172). Porém, mesmo invisível, essa mobilização existe apoiada em manifestações de *axé* e alegria.

O *axé* é uma energia que atravessa o agir político,

Ao mesmo tempo individual e coletivo, mas também ao mesmo tempo pré-individual e impessoal. Há o *axé* dos deuses, dos elementos naturais, dos indivíduos vivos e dos ancestrais, portanto, há um múltiplo de intensidades que se organizam no campo da comunicação de um comum. Este é atravessado por um sincretismo de afetos, além de práticas de elaboração e absorção [...] (SODRÉ, 2017, p. 134).

Assim, o *axé* se inscreve na dinâmica da continuidade da existência para conformar, não um discurso lamentoso e de vitimização de tudo que aconteceu, mas uma liturgia que reconhece a realidade da mudança.

Nessa mesma vertente crítica, encontramos uma densa teorização feminista que, impactada pela abordagem decolonial, se volta para as condições situadas das mulheres para visibilizar as marcas da transformação, frutos do combate das injustiças, das desigualdades e das opressões, abrindo assim o espectro de compreensão sobre as experiências femininas. Nesse contexto, destacamos as ponderações de Tzul Tzul (2016), que trazem uma reflexão sobre a noção de transformação social, em que a autora chama a atenção para o fato de que, geralmente, não se toma em conta que, ao mesmo tempo que algo se transforma, algo se conserva. Esse pensamento é uma crítica à ideia revolucionária

de transformação, de que é preciso destruir e desfazer tudo o que existe e reconstruir a partir do nada. Nessa abordagem, por exemplo, muitas vezes, o uso das redes sociais digitais é questionado em sua legitimidade e efetividade enquanto luta social. É preciso lembrar que o uso das redes é uma das faces da trama histórica dos movimentos, que atualiza e expande possibilidades, bem como promove acesso e abre espaço para as vozes subalternas.

Para a autora, a transformação social advém do impulso da capacidade humana de produzir e reproduzir formas coletivas de viver no mundo, a partir de outra maneira que não seja a de dominação, de exploração e de privação: “[...] la transformación deja de estar centrada em la totalidad de relaciones de dominación, abriendo paso más bien para la posibilidad de/formar, re/formar lo existente a partir de esfuerzo colectivos situados y específicos” (TZUL TZUL, 2016, p. 172).

Ao pensar nas distintas circunstâncias dessa condição situada do feminino, a autora toca nos desafios do debate interseccional. Ela entende que o caminho é encontrar semelhanças nas formas de opressão, sem deixar de reconhecer e ressaltar o conjunto de variações particulares e específicas. Ou seja, trabalhar com a noção de que não pode haver um feminino abstrato, mas sim um feminino situado. Tzul Tzul (2016) enfatiza que é preciso reconhecer, ainda que nessa condição situada, que mulheres e homens podem escamotear e burlar a dominação, uma vez que podem ler suas regras e não só as enfrentar diretamente, mas também jogar com elas.

Para a autora, o que está em questão é a luta conjunta, desde a condição de mulheres, para poderem dispor de si mesmas. A partir disso, é fundamental reconhecer seu campo estratégico de lutas, onde se estabelece uma série de táticas para organizar a vida, com esforços no sentido de burlar o poder e a ordem simbólica. Além disso, há o intuito de escapar da certeza dos discursos e das práticas que insistem em constituir ou obrigar as mulheres ao ajuste da dicotomia vítima/heroína.

Trata-se de recusar a ideia de que as mulheres sempre foram oprimidas de uma forma “aplastante”, para poder encontrar e visibilizar as

formas variadas nas quais elas impulsionaram e fizeram valer suas capacidades, principalmente nos contornos comunitários de reprodução da vida (ou em redes). “[...] de ninguna manera considero que el acto político de resistir se encuentre sólo atravesado por sufrimiento y dolor. Más bien, las luchas de las mujeres y los hombres han de ser interpretadas a partir de la imaginación y creatividad [...]” (TZUL TZUL, 2016, p. 198).

Conforme frisa a autora, há uma força das mulheres que emana do mundo cotidiano (as relações) e que fica invisibilizada pelas análises de corte liberal, porque esse olhar desconsidera o mundo da reprodução da vida. Então, é preciso estudar os vínculos das mulheres com outras mulheres, “por que es principalmente de las relaciones entre mujeres desde donde se habilita el reconocimiento de los deseos y se consigue la fuerza para desplegarlos” (TZUL TZUL, 2016, p. 176).

A autora resgata a noção do impulso e da potência do desejo feminino como forma de subversão dos limites impostos pelo caráter patriarcal nas diversas esferas da vida: “Pensar desde el deseo, más bien, pone en otro lugar las dificultades y permite analizar más allá de las formas convencionales como se prescribe la manera en que las mujeres han de liberarse (los derechos, la participación, la colectividad de la tierra)” (TZUL TUZL, 2016, p. 180). Os limites se efetivam como a impossibilidade de dispor de si e o desejo como impulsionador da libertação e da participação individual e coletiva. Nas palavras da autora,

[...] pensar desde el deseo alimenta, o por lo menos pone en otro lugar, las formas comunales a través de las cuales las mujeres nos producimos al interior de las tramas con otras mujeres y con otros hombres jóvenes, convocando a redefinir los términos de equilibrio (TZUL TZUL, 2016, p. 181).

Dessa forma, Tzul Tzul (2016) ressalta a necessidade de, para além de estudar os limites impostos e as impossibilidades, voltar os esforços de compreensão para as lutas contra os limites. O que não significa negar ou ignorar o conjunto de dificuldades e custos simbólicos e factuais das dificuldades, mas sim não se limitar nem se deixar imobilizar por ele.

[...] disponer de una misma significa basicamente tener la posibilidad de desplegar el deseo en condiciones situadas. Las condiciones en las que existimos establecen límites y simultáneamente abren posibilidades, el deseo desplegado en tal sentido es algo así como una energía individual y colectiva capaz de erosionar y mover esos límites y ampliar por tanto las posibilidades de disposición de una misma (TZUL TZUL, 2016, p. 190).

A autora reitera que não se trata de omitir as circunstâncias nas quais estamos inseridas e que nos limitam a capacidade de dispormos de nós, mas reconhecer e afirmar que não somos a determinação mecânica das pessoas e estruturas com as quais nos relacionamos, somos capazes de negociar e agir estrategicamente em condições situadas. Nesse sentido, o desafio é gerir nossas trajetórias individuais e seguir produzindo luta coletiva para criar condições de possibilidade para vivermos em “tramas comunitário-comunais” – ou em redes – e ter nisso uma base concreta e afetiva para resolver nossos problemas.

“Ofereço-te Exu  
O ebo das minhas palavras”  
(NASCIMENTO, 1981)

### **Agrado em palavras**

Os conceitos de *axé* e *disponer de una misma*, no contexto da nossa pesquisa, foram fundamentais para pensar o desejo das mulheres de ampliar a compreensão sobre sua realidade. Eles acionaram olhares e reflexões que abriram espaço para nosso encontro com esses sujeitos silenciados pelo pensamento colonial em outro lugar. Este lugar não é mais só o da resignação – ou da rebeldia episódica como contam os livros da história oficial –, mas de pessoas que estiveram em constante processo de tensionamentos, enfretamentos e de empreendimentos para transformar sua condição. No caso das mulheres, o gesto de apreender práticas transculturais, que disputam os sentidos de toda uma narrativa, significa, novamente, reposicioná-las na categoria do humano.

Esse modo de organização-movimentação elabora e sistematiza conhecimentos dentro de um “pensar-vivendo”, sem intelectualizar, ou seja, sem fazer do pensamento uma esfera cognitiva separada da vida comum. “Não sendo essência, mas movimentação do pensamento, a ideia só existe na medida em que se *comunica*, isto é, que se *vincula* a outras ideias” (SODRÉ, 2017, p. 95, grifo do autor). No contexto da nossa pesquisa, o entendimento da comunicação como condição para existência foi importante na compreensão dos recursos disponibilizados pelas mídias sociais, para as lutas e a realização dos desejos das mulheres. Essas mídias têm possibilitado a comunicação porque promovem a circulação das ideias emergentes de vários grupos de mulheres, facilitando a vinculação delas com as práticas e as experiências, expandindo os espaços de acolhida e pertencimento das mulheres.

Os agradados e as obrigações para *Exu*, o orixá da comunicação, devem ser depositados nas encruzilhadas. Este lugar que, desde uma perspectiva ocidental da ordem e da linearidade desestabilizada pela possibilidade da dúvida, numa visão decolonial, se reveste de abertura e potência, de celebração do encontro. É a potência gestada por esta abertura que pode nos reconectar com a complexidade dos saberes das pessoas do sul global. Afirmamos que os estudos que promovam o diálogo entre países do sul global, a partir da incorporação de referentes teóricos decoloniais, são uma forma de reposicionar socialmente os sujeitos e democratizar a produção de conhecimento.

Nossa afirmação é possível porque o caminho de reflexão decolonial que percorremos nos convocou, o tempo todo, para atuarmos na desierarquização das relações que se estabelecem nos processos de pesquisa, ou seja, no universo de produção do conhecimento científico. O percurso que escolhemos como pesquisadoras integra nosso agir político, que se articula com todos os movimentos críticos às teorizações que não promovam capacitação e fortalecimento da resistência, que vêm sustentando a vida no sul colonizado. Nossas opções teóricas levaram em conta que este tipo de conhecimento deve dar suporte, por exemplo, ao ativismo libertador dos movimentos sociais e, ainda, ser sistematizado de tal modo

que possa ser partilhado de forma escrita e oral, garantindo o acesso democrático ao processo de construção teórica e aos repertórios produzidos.

Esse objetivo de desierarquização que move o pensamento decolonial também significa um movimento libertador no interior dos processos de produção do conhecimento, porque não pretende disputar um lugar nos centros hegemônicos do pensamento, não almeja uma inversão de polos entre o norte e o sul. Ao se oferecer como caminho outro, como uma alternativa, libera todas e todos que se deixam afetar por ele do desperdício de recursos pessoais e coletivos, implicados em ocupar e se manter em espaços de dominação.

Livres da pressão, podemos nos voltar para o sul. Somos capazes de nos nutrir com as experiências de sua gente: autoras e autores, pesquisadoras(es) de todos os níveis, comunidades, coletivos e movimentos sociais. Em conversação, podemos produzir conhecimento, conseguimos nos comunicar – *axé* verbal – em continuidade com diversas matrizes culturais, conectadas(os) com as interferências das práticas humanas e suas narrativas, em que todas e todos o conhecem, produzem e narram desde seus lugares situados, sendo cada movimento celebrado. *Axé!*

## Referências

- FIORENZA, E. S. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.
- GANDARILLA, J. Epistemologias do sul: Intelectual crítico decolonial e universalidade transmoderna. Conferência de abertura (anotações pessoais). In: CONGRESSO INTERNACIONAL EPISTEMOLOGIAS DO SUL: PERSPECTIVAS CRÍTICAS, 1., 2016, Foz do Iguaçu, PR: UNILA, 2016.
- HABER, A. Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada (con comentarios de Henry Tantalean, Francisco Gil García y Dante Angelo). *Revista Chilena de Antropología*, n. 23, p. 9-49, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Ny7hpJ>. Acesso em: 1 set. 2018.
- HOOKS, B. *Ensinando a transgredir. A educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- \_\_\_\_\_. *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género: Hacia un Feminismo Descolonial. In: MIGNOLO, Walter *et al.* *Género y decolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. 94 p.

MARTINS, V. S. “*Cria tua casa, cria teu futuro*”: experiências e práticas sociopolíticas na comunicação em redes das mulheres brasileiras e moçambicanas para dispor de si. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *Padê de Exu libertador*. Disponível em: <https://bit.ly/3jt66Gd>. Acesso em: 1 set. 2019.

OYËWÙMÍ, O. *La invención de las mujeres*. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá, Colombia: Editorial en la frontera, 2017.

SODRÉ, M. *Pensar Nagô*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TZUL TZUL, G. *Sistemas de Gobierno Comunal Indígena*. Mujeres y tramas de parentesco em Chuimeq’ ena’. Guatemala: Editorial Maya Wuj, 2016.

XAVIER, G. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

## Sobre as autoras

*Vera Martins* – Doutora em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, com bolsa doutorado-sanduíche na Universidade Pedagógica de Moçambique, pelo Programa Abdias Nascimento/CAPES. Docente do Departamento de Ciências da Comunicação da mesma instituição – Campus Frederico Westphalen/RS. No presente artigo, a autora elaborou a discussão teórico-metodológica, realizou a coleta e interpretação dos dados e redigiu o texto.

*Rosane Rosa* – Doutora em Ciências da Comunicação e da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente do Departamento de Ciências da Comunicação, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – POSCOM da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do Programa Abdias Nascimento/CAPES entre a UFSM e a Universidade Pedagógica de Moçambique UP/MZ. Professora Colaboradora da UP/MZ. No presente artigo a autora orientou todo o processo de realização da pesquisa, participou da seleção dos dados em torno dos quais se desenvolveria a reflexão e fez revisão do texto.

---

Data de submissão: 31/08/2020

Data de aceite: 25/11/2020

## **A quem recorreremos quando falamos sobre gênero na Comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada nas pesquisas da área**

### **To whom do we call upon when we talk about gender and Communication? Aspects of coloniality and decoloniality from the bibliography used in research on the field**

Camilla Quesada Tavares<sup>1</sup>

Michele Goulart Massuchin<sup>2</sup>

Leila Lima de Sousa<sup>3</sup>

**Resumo:** *O objetivo deste artigo é discutir, a partir das referências bibliográficas utilizadas em artigos que apresentam uma intersecção entre Comunicação e Gênero, como aspectos de colonialidade e decolonialidade aparecem na produção científica da área. Para isso, analisamos 155 artigos publicados nos periódicos Qualis A1 e A2, da área da Comunicação e Informação, entre 2000 e 2019, a partir da abordagem bibliométrica, com base em análise textual e de redes. Com essas estratégias, procuramos identificar as temáticas dos trabalhos e os autores mais utilizados nessas pesquisas. Nosso argumento é de que os fenômenos carecem de novas perspectivas epistemológicas, mas isso esbarra em diversos problemas, tais como o foco das referências advindas de países da Europa Ocidental e Estados Unidos.*

- 1 Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís, MA, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0001-5490-6850>. E-mail: [camilla.tavares8@gmail.com](mailto:camilla.tavares8@gmail.com)
- 2 Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0001-7918-4487>. E-mail: [mimassuchin@gmail.com](mailto:mimassuchin@gmail.com)
- 3 Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís, MA, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-2335-0858>. E-mail: [leilasousa.pi@gmail.com](mailto:leilasousa.pi@gmail.com)

**Palavras-chave:** *Comunicação e gênero; bibliografia; periódicos científicos; Sul Global; estudos decoloniais.*

**Abstract:** *The main purpose of this article is to discuss how aspects of coloniality and decoloniality appear in the scientific production of the area, based in the bibliographic references used in articles that present an intersection between Communication and Gender. To support this debate, we analyze 155 articles published in Qualis A1 and A2, in the area of Communication and Information, between 2000 and 2019, using the bibliometric method, combined with textual and network analysis. With these strategies, we seek to identify the themes of the works and the authors most used in this research. Our argument is that the phenomena lack new epistemological perspectives, but this comes up against several problems, such as the focus of references from Western European countries and the United States.*

**Keywords:** *Communication and gender; bibliography; scientific journals; Global South; decolonial studies.*

## Introdução

A área da Comunicação e Gênero, no Brasil, vem crescendo desde a década de 1970 (SOARES, 1994), com o aumento do número de programas de pós-graduação e de trabalhos publicados em periódicos científicos nos últimos anos (TOMAZZETI, 2019; ESCOSTEGUY, 2019; MASSUCHIN; TAVARES; SILVA, 2020). Apesar de já se ter um indicativo tanto sobre as redes de autoria quanto dos principais objetos de estudo e métodos e técnicas mais utilizados nessas pesquisas, o campo ainda carece de investigações que se dediquem a observar, de modo sistematizado, onde esses fenômenos estão ancorados teórica e epistemologicamente. Assim, partimos do pressuposto de que a rede de referências mobilizadas pelos autores e autoras ajuda a compreender tendências, escolhas teóricas e metodológicas e o avanço do próprio campo. Portanto, este texto tem por objetivo mapear as temáticas e, principalmente, as bibliografias mais utilizadas nas pesquisas sobre Comunicação e Gênero publicadas no Brasil.

Na literatura tradicional sobre gênero – fortemente influenciada por pesquisadores e pesquisadoras de países da Europa Ocidental e Estados Unidos – há o reconhecimento de que as principais correntes de pensamento apresentam limitações para compreendermos o fenômeno de modo mais amplo e ancorado em realidades distintas. Isso porque muito da produção está baseado em uma realidade bastante diferente daquela enfrentada por mulheres pobres, negras, lésbicas, camponesas e residentes em países considerados periféricos, como os do Sul Global.

No Brasil, trabalhos desenvolvidos por Gonzalez (2011), Carneiro (2011) e Bairos (2014) colocavam em evidência a necessidade de deslocamento dos estudos de gênero para incorporar as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade, na composição das hierarquias de poder e de desigualdades. Essa é uma assimetria identificada não apenas quando falamos em estudos de gênero, mas em todos os níveis da vida social, segundo defende a linha dos estudos decoloniais e pós-coloniais, que surge na América Latina a partir dos anos de 1990 (BALLESTRIN, 2013). Assim, defende-se o uso dessa lente analítica para compreender,

também, os problemas e desigualdades de gênero presentes nessas sociedades (LUGONES, 2014; MENDES; FONSECA, 2020).

Mas será que as investigações brasileiras recorrem às perspectivas decoloniais para compreender os fenômenos que envolvem comunicação e gênero? Com o intuito de responder a essa pergunta, este trabalho analisou os temas e as referências utilizadas em 155 artigos publicados em periódicos nacionais com Qualis A1 e A2, da área da Comunicação e Informação da Capes<sup>4</sup>, a partir do método bibliométrico, entre os anos de 2000 a 2019. Ao todo, 10 revistas dentro deste escopo publicaram artigos sobre a temática no período, a saber: *Cadernos Pagu*, *Comunicação, Mídia e Consumo*, *Dados*, *E-Compós*, *Estudos Feministas*, *Famecos*, *Galáxia*, *Intercom*, *Matrizes* e *Opinião Pública*.

Os artigos foram mapeados por integrantes do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), *campus* Imperatriz, e os conteúdos de indexação (título, autoria, universidades, resumo e palavras-chaves), bem como as referências bibliográficas empregadas em cada artigo, foram coletadas de forma manual e passadas para uma planilha do Excel. Após a coleta, uma pesquisa complementar foi realizada para incluir o país de origem e a universidade dos autores e autoras mais citados pelos trabalhos. Para este texto, utilizaremos dados referentes às palavras-chave e referências bibliográficas.

Já a análise dos dados foi realizada em duas etapas, a partir de dois *softwares* diferentes. A primeira consistiu na análise das palavras-chave, com o auxílio do *software* Iramuteq, que permitiu a criação do gráfico de similitude (SALVIATI, 2017), demonstrando quais as temáticas mais presentes nos trabalhos e ao que estão associadas. Já a segunda parte é resultado da extração das referências bibliográficas utilizadas nas pesquisas, a partir da análise de redes, viabilizada pelo *software* Gephi.

A análise bibliométrica (NARIN; OLIVASTRO; STEVENS, 1994; MACHADO JUNIOR *et al.*, 2016; GUIMARÃES; BEZERRA, 2020)

4 O mapeamento foi realizado considerando o Qualis oficialmente vigente (2013-2016), em que ainda havia divisão por grandes áreas e os estratos “As” eram compostos apenas por duas categorias – A1 e A2.

nos permite compreender a produção de um país sobre determinado tema, a partir de um cenário micro ou macro (MACIAS-CHAPULA, 1998; OLIVEIRA, 2019). A partir desse mapeamento sistematizado, podemos ter um panorama sobre como os estudos de Comunicação e Gênero são enquadrados no Brasil, considerando o debate sobre colonialidade e decolonialidade das perspectivas teóricas e metodológicas. A agenda da descolonização e desocidentalização da pesquisa tem ganhado atenção há pelo menos duas décadas, mas seu impacto na produção internacional da área da Comunicação tem sido bem limitado (ALBUQUERQUE, 2020; ALBUQUERQUE *et al.*, 2020), como veremos a seguir.

O texto segue dividido da seguinte forma: no próximo tópico apresentamos os resultados empíricos do mapeamento bibliográfico, indicando os padrões analíticos e as lacunas de investigação verificadas por meio das principais referências, redes de citação e temáticas. Na sequência, discorreremos sobre os estudos decoloniais que poderiam ser mais bem mobilizados pelas pesquisas brasileiras considerando a subárea da Comunicação e Gênero. Por fim, apresentam-se as conclusões, onde discutimos sobre as dificuldades que atravessam a visibilidade das publicações do Sul Global, especialmente no que tange à sua inserção no rol de periódicos internacionais de relevância, por serem provenientes de países considerados periféricos e de “Terceiro Mundo”, efeitos do que os estudos identificam como “colonialidade do saber”.

### **A ótica dos estudos de gênero na Comunicação a partir da análise bibliográfica**

Para compreender as referências mobilizadas nos trabalhos que integram este artigo, acreditamos ser interessante conhecer do que tratam essas pesquisas. Para isso, apresentamos a seguir a análise de similitude, a partir de um grafo gerado, considerando as palavras-chaves das 155 publicações. Este tipo de análise permite inferir “a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência



Já o tipo de estudo diz respeito, majoritariamente, às representações construídas pelo discurso midiático, o que é um recorte metodológico bastante frequente na Comunicação, tanto em uma perspectiva nacional (ESCOSTEGUY, 2019, 2008; SARMENTO, 2013) quanto internacional (DOW; CONDIT, 2005). Por se tratar de revistas brasileiras, além disso, a maioria dos artigos está escrita em língua portuguesa e refere-se ao contexto brasileiro, por isso o destaque à palavra. Se por um lado isso representa uma crescente dos estudos de Comunicação e Gênero sobre o cenário do Brasil, por outro indica a centralidade em casos específicos e a baixa presença de pesquisas comparativas, o que não é uma característica apenas deste campo, sendo um desafio para as pesquisas em Comunicação de forma geral (WIRTH; KOLB, 2004).

Também se destacam os termos cinema e fílmico, que aparecem como subárea e objeto, respectivamente, de forma bastante relevante. Neste sentido, os estudos sobre o audiovisual têm oferecido considerações bastante centrais nas pesquisas sobre gênero perpassando por diversas questões, como interseccionalidade, representação e a crítica aos corpos sexualizados (VEIGA, 2017), da mesma forma que as análises a partir da perspectiva política, com estudos sobre cobertura e representação de mulheres políticas (MIGUEL; BIROLI, 2014), o que vai ficar mais claro com a observação das referências utilizadas.

Em relação às referências que foram catalogadas nos 155 artigos, ao todo foram 3.464 citações, o que gera uma média de 22 referências por trabalho. A partir desses dados, consideramos neste artigo que as referências podem dar indícios relevantes sobre como aspectos de colonialidade e decolonialidade aparecem na produção científica da área. Do mesmo modo, mostram traços e caminhos pelos quais as pesquisas publicadas se deslocam, a partir das escolhas feitas sobre a literatura utilizada como base teórica, epistemológica e metodológica. Como os autores e autoras referenciados podem ser os mesmos ou até mesmo a partir de obras distintas, foram totalizadas 2.007 autorias únicas. Assim, a rede de autoria está relacionada a todos os autores citados, sendo catalogados aqui uma única vez; enquanto a rede de citações refere-se a todas as vezes em que

os(as) autores(as) foram citados(as), incluindo diferentes obras de mesma autoria. A primeira relaciona-se ao número de autores, enquanto a segunda à quantidade de vezes que esse autor apareceu nas referências. A Tabela 1 sistematiza o resultado considerando o total de autorias e de citações.

Tabela 1: Dados gerais sobre autores(as) e citações

<b>Quantidade de citações</b>	<b>Quantidade de autores/as</b>	<b>Total de citações</b>
1	1.512	1.512
2	266	532
Entre 3 e 9	198	862
10 ou mais	31	558
<b>Total</b>	<b>2.007</b>	<b>3.464</b>

Fonte: Arquivo das autoras (2020)

A partir dos resultados, constatamos que não há, de fato, elevada centralização em determinados autores da área, ainda que alguns casos se destaquem como veremos na sequência. No geral, há uma pulverização bastante evidente das referências, ainda que aqui sejam consideradas tanto aquelas inerentes aos estudos de gênero quanto as que tratam dos demais assuntos. Porém, como todos os trabalhos, ainda que dentro de suas subáreas da Comunicação, dialogam com uma questão central – que são os estudos de gênero –, é esperado que esses autores e autoras tenham maior proeminência porque seriam aqueles que poderiam circular por todos os textos. Dos 2.007 autores e autoras que receberam ao menos uma referência, somente 31 tiveram 10 ou mais citações. Considerando que podem ser citadas mais de uma obra do(a) mesmo(a) autor(a) em cada artigo – como é o caso de Pierre Bourdieu, por exemplo, que aparece 46 vezes, mas somente em 26 artigos –, evidencia-se ainda mais essa pulverização. Embora os estudos sobre Comunicação e Gênero sejam vistos como uma intersecção consolidada, com abordagens internas já passíveis de serem definidas (ESCOSTEGUY, 2019; 2008; DOW; CONDIT, 2005; MENDES; CARTER, 2008), parece não ocorrer o mesmo com as bases das pesquisas.

Essa pulverização – apesar de demonstrar uma ampliação crescente da área – também pode indicar certa dificuldade de amparo teórico, seja mobilizando mais autores(as) dos estudos de gênero para fortalecer a intersecção ou evidenciando aqueles(as) que, dentro desta subárea, já construíram suas trajetórias e propuseram teorias e abordagens para os estudos em Comunicação e Gênero. Essa hipótese ancora-se no fato de que 1.512 autores foram citados uma única vez nos trabalhos, o que representa 43,6% do total de citações.

A partir desses dados iniciais, busca-se agora entender alguns pontos-chave sobre o eixo colonialidade e decolonialidade. Para isso, o Quadro I mostra quem são os(as) autores(as) que mais foram referenciados(as), lembrando que pode não se tratar necessariamente da mesma obra, ainda que em muitos casos tenha-se observado a permanência das citações de determinados livros ou artigos. É o caso, por exemplo, de Michel Foucault, que aparece, majoritariamente, em função da obra *História da Sexualidade*. Isso se repete no caso de Joan Scott, com o texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* e Judith Butler, com *Problemas de Gênero*.

De modo geral, cerca de metade dos autores e autoras (16) que mais aparecem como referência possuem algum tipo de produção – ainda que em diferentes momentos da trajetória acadêmica – sobre estudos de gênero. Boa parte são de reflexões de áreas correlatas – filosofia, ciência política etc. – que trazem a perspectiva de gênero para a discussão. Outras referências, no entanto, já são consolidadas em subáreas da Comunicação, como é o caso da área de Cinema com Laura Mulvey e Teresa de Lauretis, o que já havia sido identificado por Veiga (2017).

Chamam a atenção também as citações a Michel Foucault (60 feitas em 33 artigos, já que são várias obras referenciadas) e Pierre Bourdieu (46 em 26 artigos, também com mais de uma obra por artigo, em média) no topo do ranqueamento das referências, e suas obras referenciadas são mais pontuais sobre o tema em comparação com outros(as) autores(as) que possuem uma trajetória mais centrada e longa dentro dos estudos de gênero, como é o caso de Judith Butler, Ana Carolina Escosteguy e

Joan Scott. Butler, por exemplo, tem uma vasta produção recente em comparação com os referidos autores.

Quadro 1 – Distribuição das citações dos autores mais referenciados.

<b>Autores citados</b>	<b>Freq. da citação</b>	<b>Origem</b>	<b>Instituição</b>
*FOUCAULT, Michel.	60	França	Collège du France
*BOURDIEU, Pierre.	46	França	Collège du France
*BUTLER, Judith.	31	Estados Unidos	Universidade da Califórnia
HALL, Stuart.	30	Jamaica	Universidade de Birmingham
MARTIN-BARBERO, Jesús.	27	Espanha	Universidade Valle de Calli
*ESCOSTEGUY, Ana Carolina.	25	Brasil	PUC-RS
*SCOTT, Joan.	23	Estados Unidos	Estudos Avançados de Princeton
LÉVINAS, Emmanuel.	23	França	Universidade de Paris
*MIGUEL, Luis Felipe.	18	Brasil	UnB
FREIRE FILHO, João.	17	Brasil	UFRJ
GIDDENS, Anthony.	16	Inglaterra	Escola de Economia de Londres
BARTHES, Roland.	16	Normandia	CNRS
BAUDRILLARD, Jean.	16	França	Sorbonne
ROCHA, Everardo.	14	Brasil	PUC-Rio
*PERROT, Michelle.	14	França	Universidade de Paris VII
*DE LAURETIS, Teresa.	14	Itália	Universidade da Califórnia
*MULVEY, Laura.	13	Inglaterra	Universidade de Londres
LIPOVETSKY, Gilles.	13	França	Universidade de Grenoble
FISCHER, Rosa Maria Bueno.	13	Brasil	UFRGS
*RONSINI, Veneza Mayora.	12	Brasil	UFSC
MAFFESOLI, Michel.	12	França	Universidade de Paris
*McROBBIE, Angela.	12	Inglaterra	Universidade de Londres
*MODLESKI, Tania.	11	Estados Unidos	Universidade da Califórnia
HABERMAS, Jürgen.	11	Alemanha	Universidade Heidelberg
COSTA, Jurandir Freire.	11	Brasil	UFRJ
MORLEY, David.	10	Inglaterra	Universidade de Goldsmiths
*PRECIADO, Paul Beatriz.	10	Espanhol	Universidade de Paris III
*HAMBURGUER, Esther.	10	Brasil	USP
CANCLINI, Nestor García.	10	Argentina	Universidade Autônoma do México
*ANG, Ien.	10	Indonésia	Universidade de Sidney
*ALMEIDA, Heloisa Buarque de.	10	Brasil	USP

Fonte: autoras (2020)

Fonte: Arquivo das autoras (2020)

Outra questão que chama a atenção na pesquisa é que parte significativa das obras referenciadas refere-se àquelas traduzidas para o português, tornando-se mais acessíveis. A partir disso, é importante reforçar que os exercícios de tradução – no caso desses autores centrais – dizem muito da posição que ocupam. Costa (2003) reforça, por exemplo, o papel das revistas feministas – e pode-se incluir aqui editoras – que fazem traduções contribuindo com a circulação transnacional de teorias ou conceitos. Porém, se por um lado este processo é positivo para que haja circulação para além das fronteiras de um campo interdisciplinar entre Norte e Sul (COSTA, 2003), argumenta-se que isso pode gerar – de outro modo – um norteamento das abordagens e quase não há um percurso oposto (do Sul ao Norte). Vale destacar que a política de citações acaba direcionando para este *insight*, reforçando o que Costa (2003) chama de “rede de influências transnacionais”.

E, se por um lado os estudos de Comunicação e Gênero já contam com uma trajetória de pelo menos 20 anos de publicações de maneira mais evidente no Brasil, sendo possível construir até mesmo uma metapesquisa (ESCOSTEGUY, 2019), isso não significa – necessariamente – que essa subárea constrói discussões próprias a partir da apropriação da literatura estrangeira, que é majoritária entre os referenciados com mais frequência. De 16 autores e autoras sobre gênero que estão no topo do ranqueamento, apenas cinco são brasileiros(as), porém tendem a ser referenciados(as) nas suas respectivas subáreas de forma mais estrita: Ana Carolina Escosteguy, Veneza Ronsini, Esther Hamburger, Heloisa Almeida e Luis Felipe Miguel<sup>5</sup>.

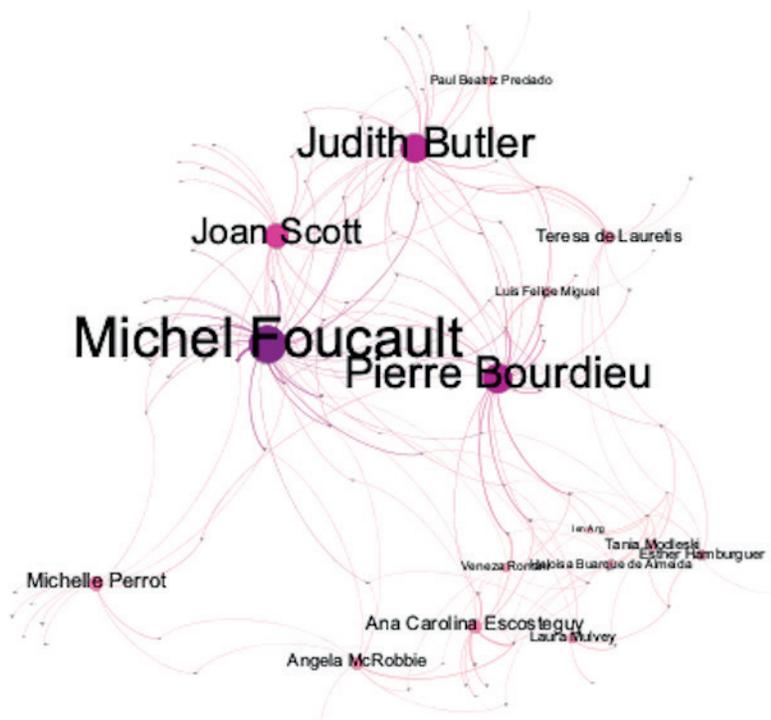
Outra informação central para a qual esses dados lançam luz, aproximando-se mais do aspecto decolonial a ser debatido, é que os estudos de autores latino-americanos – ou mesmo do Sul Global, olhando para outras regiões, como a Ásia ou África –, apesar de aparecerem entre as referências, não estão diretamente relacionados à discussão de gênero. É o caso de Stuart Hall, que é jamaicano, embora sempre tenha atuado na

5 Neste último caso, parte das referências não são necessariamente sobre as discussões de Gênero que o autor faz de maneira direta ao longo dos últimos 10 anos.

Inglaterra; Néstor Canclini, que é argentino e atua no México; e Jesús Martín-Barbero, espanhol de nascença, mas radicado na Colômbia. Todos eles apresentam algum aspecto de decolonialidade – seja no seu país de origem ou naquele em que atua, mas não podem ser considerados totalmente de fora do eixo, além de não pertencerem, originalmente, à subárea em questão. Dentre os(as) autores(as) mais citados(as), a única exceção entre pesquisadores(as) internacionais é Ien Ang, que é da linha de estudos de gênero, nascida na Indonésia e pesquisadora da Universidade de Sidney, na Austrália.

Os dados também mostram, por outro lado, a entrada de novas perspectivas e abordagens de gênero, como é o caso dos estudos sobre sexualidade, trazidos por Paul Beatriz Preciado. No entanto, é preciso salientar que se trata de um autor espanhol e com atuação na França, com obras também traduzidas para o português, como o *Manifesto Contrassexual*. No caso de Judith Butler, embora a autora seja representativa dos estudos *queer* e da discussão sobre outras categorias de gênero, acaba sendo referenciada e trazida para a discussão quase que majoritariamente em trabalhos sobre mulheres. Para demonstrar a centralidade dos autores que dialogam com os estudos de gênero mais citados nos trabalhos, apresentamos a rede na Figura 2. Ela foi construída considerando 16 autores(as) da subárea de gênero que possuem pelo menos 10 citações.

Figura 2 – Rede dos(as) autores(as) de gênero mais citados(as) nos artigos.



Fonte: Arquivo das autoras (2020)

O grafo foi construído a partir do algoritmo ForceAtlas, que representa espacialmente as ligações entre nós. A estatística utilizada foi o grau de entrada, ou seja, a quantidade de ligação – ou, neste caso, citação – que cada nó recebeu. Como já identificado no Quadro 1, Foucault e Bourdieu foram os autores mais citados, e são os mais centrais no grafo, indicando que estabelecem fortes ligações entre si e com outros autores da lista de referências. Judith Butler, apesar de aparecer em terceiro lugar na lista dos mais citados, apresenta o maior grau de centralidade (*betweenness*) da rede. Isso significa que é um *hub* que conecta diferentes referências e perspectivas teóricas – o ponto em comum em diferentes trabalhos. Ela é a única referência de gênero que dialoga diretamente com Paulo Preciado, por exemplo, que se dedica aos estudos sobre

sexualidade, como dito anteriormente. Ao mesmo tempo, está presente em vários trabalhos que referenciam também Michel Foucault.

Bourdieu, por outro lado, é o autor que mais dialoga com as autoras brasileiras nos trabalhos analisados, já que é o nó principal que se liga a Ana Carolina Escosteguy, Heloisa Buarque de Almeida, Esther Hamburger e, também, Luis Felipe Miguel, que trabalha com a intersecção entre os campos político e midiático. No geral, os(as) autores(as) que aparecem criando as redes e se posicionam como mais centrais nela não são brasileiros e, tampouco, de outros países do Sul Global.

Os dados revelam ainda que as investigações sobre gênero se centram majoritariamente na discussão sobre o feminismo, a partir de uma perspectiva heteronormativa. Dos 155 artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa, 121 referem-se à mulher como categoria analítica. Estudos sobre masculinidades, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais, transgênero, *drag queens*, sexualidade e bissexualidade são pouco contemplados no nosso recorte, já que todas essas categorias, juntas, estiveram presentes em apenas 34 artigos publicados nas revistas A1 e A2 da área da Comunicação e Informação, entre 2000 e 2019, no Brasil. A ampliação da categoria gênero como uma construção histórica e social e que abarca outros elementos analíticos ainda aparece pouco problematizada e centrada em autores com bases epistêmicas euro-americanas.

Estudos sobre *gays*, lésbicas e transgêneros – os chamados gêneros não normativos (COLLING et al., 2012) – são realizados no Brasil desde a década de 1990. Na área da Comunicação, investigações desenvolvidas por Denilson Lopes (2001; 2004), por exemplo, tensionam ressignificações estéticas importantes realizadas no audiovisual por autores e produtores *gays*, como é o caso do melodrama. São estudos que há décadas vêm propondo uma leitura entre as categorias comunicação, gênero e sexualidade para além da *heteronormatividade*. Nesse sentido, a categoria “travesti” emerge como horizonte analítico e proposta epistemológica na tentativa de borrar as fronteiras impostas à sexualidade, ao propor necessárias fissuras entre os binarismos masculino e feminino, heterossexual e homossexual (LOPES, 2004), apesar de ainda haver

poucos estudos dessa natureza publicados nas revistas investigadas neste artigo.

Por fim, a partir de outra demonstração sobre aspectos do processo de colonização da discussão sobre gênero, é preciso reforçar a invisibilidade dos diversos debates já consolidados nos estudos decoloniais como aqueles feitos por Lugones (2020), Curiel (2014; 2020), Miñoso (2014), Gonzalez (2011), Carneiro (2011) e Bairros (2014). Se pensarmos a partir da ideia de que as referências dão pistas sobre as abordagens teóricas e metodológicas, a partir das “redes transnacionais” (COSTA, 2003), podemos dizer que essa rede é quase inexistente do ponto de vista do Sul, quando se fala em Comunicação e Gênero. As autoras que se denominam como decoloniais a partir da perspectiva de gênero aparecem de forma insignificante se comparada às demais já citadas e que aparecem de forma sistemática nos trabalhos. As poucas citadas são Sueli Carneiro, com quatro referências, e Lélia Gonzalez, com uma única referência. Nestes dois casos, ambas são brasileiras e se esperaria, ao menos, um diálogo entre elas quando das referências aos estudos interseccionais, seja no eixo de raça ou classe, por exemplo, que cresceram na última década.

Esses dados apresentados, portanto, mostram um recorte que sinaliza um retrato sobre a colonialidade nos estudos sobre gênero publicados nas revistas qualificadas em Comunicação, com um debate muito centrado nos Estados Unidos e Europa quando se trata das principais e de parte significativa de toda a literatura citada, considerando os mais de dois mil autores e autoras. Isso, possivelmente, também está relacionado à outra discussão, que faremos a seguir, que é sobre a centralidade das autoras e autores em universidades e grandes centros das duas regiões citadas e da ausência de autores do Sul Global ocupando espaços de referência em publicações em inglês que, depois das traduções, acabam sendo a ponte para outros estudos e pesquisas.

## **As teorias (não) mobilizadas e a invisibilidade dos estudos do Sul Global**

O processo de análise das referências e teorias mobilizadas para problematizar as intersecções entre Gênero e Comunicação permitiu identificar que o conceito “gênero” é mobilizado como categoria nos trabalhos analisados, ainda que não tenhamos medido a intensidade do debate sobre este aspecto. Porém, autores do eixo euro-americano compõem majoritariamente os referentes teórico-metodológicos que sustentam as investigações brasileiras. Embora alguns autores citados apresentem relevante contribuição para os estudos de gênero, o não acionamento de perspectivas teóricas advindas, principalmente, de contextos latino-americanos e africanos, em que a categoria mulher e a categoria gênero são ampliadas, confrontadas e problematizadas desde outras bases, pode indicar que os estudos em Gênero e Comunicação no Brasil carregam muitos aspectos da “colonialidade do saber” (CURIEL, 2020).

O gênero, ao que parece, pode estar sendo utilizado como categoria analítica acionada para explicar a situação mundial de subordinação das mulheres, sem levar em consideração que, em sociedades colonizadas, o sistema de gênero foi imposto como tecnologia para conferir humanidade ou não aos sujeitos (LUGONES, 2014). Além disso, há que se questionar se o modelo de gênero se constitui como um sistema de divisão válida em outras sociedades para além do imposto pela colonialidade da Europa ocidental (OYĒWÙMÍ, 2004; BAKARE-YUSUF, 2003).

Oyĕwùmí (2004) e Bakare-Yusuf (2003), intelectuais africanas, denunciam que boa parte das pesquisas sobre gênero são desenvolvidas a partir da experiência euro-americana. Oyĕwùmí (2004) critica os estudos feministas que partem da discussão sobre o gênero como categoria usada para explicar a subalternização das mulheres porque o conceito, além de não ser universal, é também compreendido por tais estudos dentro da construção “nuclear” da família, modelo de organização familiar que não representa diversas outras sociedades. O gênero atua, nessa divisão, como principal modelo de organização da família e das divisões

dos papéis. Dentro dessa lógica, raça e classe não são tomadas como critérios analíticos em muitas pesquisas brasileiras, ainda que estes eixos certamente atravessem essa realidade.

E, diferentemente do modelo analítico pensado pelo feminismo branco, por exemplo, que coloca em evidência o gênero como critério principal da diferença, as intelectuais africanas problematizam o modelo familiar. Além de sociedades africanas, também as comunidades indígenas pré-coloniais não se baseavam no gênero como sistema de divisão familiar e social (CURIEL, 2020; LUGONES, 2020). A compreensão de que o sistema de gênero foi imposto em sociedades colonizadas como categoria binária de hierarquização e de diferenciação racial permite observar que aos sujeitos colonizados era negada a humanidade e, por sua vez, o gênero. Essas questões, no entanto, não são problematizadas ou consideradas nas pesquisas analisadas, inclusive porque a interseccionalidade ainda não é tema central nas pesquisas. Embora haja alguns esforços neste sentido na última década, ainda são poucos mediante o total de publicações.

Trazendo essa discussão para o cenário das referências, o *feminismo decolonial*, ao compreender o gênero como uma construção da colonialidade, identifica que ele está intimamente relacionado à hierarquização do saber (MIÑOSO, 2014). Ao problematizar tal perspectiva, Miñoso (2014) esclarece de que maneira o poder colonial atua em diferentes grupos subalternos, observando que a opressão também é desenvolvida através da dominação pelo conhecimento – o “saber-poder” que legitima e hierarquiza determinadas vozes (MIÑOSO, 2014, p. 8). Neste caso, embora muitas autorias sejam de mulheres, reforçamos a presença dos dois principais autores no *ranking* da citação e que, por não haver espaço para saberes do Sul e uma dependência do eixo europeu, principalmente, há um processo de hierarquização que desconsidera contextos importantes.

Curiel (2020) identifica o *desengajamento epistemológico* como estratégia para contrapor os impactos da colonialidade nos processos de subalternização das mulheres do Terceiro Mundo. Para ela, a

*colonialidade do saber* fundamenta *privilégios epistêmicos* e cria a narrativa de que os conhecimentos produzidos nos eixos Europa e Estados Unidos são os únicos conhecimentos válidos. E isso fica bastante claro quando observamos as referências de gênero utilizadas nos principais artigos da área, analisados neste trabalho.

Apesar de haver autoras brasileiras que partem de uma discussão latino-americana, como Ana Carolina Escosteguy, a perspectiva teórica que predomina é a euro-americana, com autoras e autores que trabalham com conceitos considerados normativos ou que pouco são tensionados com abordagens do Sul Global. Judith Butler é o exemplo mais preponderante. A autora discute o conceito de gênero e é mobilizada em diferentes trabalhos, mas aparentemente a discussão serve apenas como pano de fundo teórico-metodológico, já que não se identifica um avanço no entendimento do próprio conceito. Outro ponto que merece destaque é a falta de autores e autoras da perspectiva decolonial ou pós-colonial, reforçados neste tópico para mostrar que há outras abordagens, porém pouco mobilizadas na produção analisada, como os dados já indicaram. Os limites e consequências da bibliografia normativa empregada nos estudos brasileiros de gênero são debatidas a seguir.

## **Conclusão**

A crítica à perspectiva ocidental da produção intelectual não é recente, tampouco concentrada em apenas uma área do conhecimento, mas ainda é incipiente a quantidade de publicações de pesquisas e perspectivas provenientes de países do Sul Global nas revistas internacionais consideradas de prestígio (ANG et al., 2019). O principal motivo encontrado para explicar essa assimetria é o legado colonial deixado pelos países europeus, mas Albuquerque et al. (2020) oferecem uma via alternativa e complementar de interpretação, relacionada ao processo de globalização neoliberal que promove uma homogeneização da agenda de pesquisa em torno dos Estados Unidos. No caso da América Latina, os autores argumentam que seu status foi rebaixado quando o sistema

de classificação centrado nos Estados Unidos foi estabelecido (ALBUQUERQUE et al., 2020).

Se por um lado há uma dificuldade em publicar em revistas internacionais, predominantemente de língua inglesa e com conselhos editoriais dominados por pesquisadores de poucos países, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra (ALBUQUERQUE et al., 2020), por outro observa-se a construção de uma rede em torno das instituições educacionais ocidentais, que recebem pesquisadores de todas as partes do mundo. A inserção nas universidades consideradas “de ponta” contribui, em certa medida, para o reforço da adoção de determinadas teorias que são, muitas vezes, estranhas às suas origens culturais e que dificilmente ajudam a compreender a realidade de suas sociedades. Assim, a centralidade no Ocidente também é promovida por pesquisadores não ocidentais (ALBUQUERQUE, 2020), seja quando migram para tais centros, seja quando reproduzem determinadas referências. Descolonizar o pensamento é um processo de ruptura com vínculos ocidentais propondo uma *contraposição epistêmica* (MIGNOLO, 2008).

A manutenção da centralidade das universidades e instituições ocidentais resulta no que Curiel (2020) chama de *colonialidade do saber*, e alguns aspectos disso foram identificados na produção intelectual sobre Gênero e Comunicação no Brasil a partir deste trabalho. A pouca ou nenhuma menção, nas pesquisas analisadas, a autoras negras e indígenas, latino-americanas, caribenhas e/ou africanas pode sinalizar que alguns conceitos e teorias ainda são reproduzidos sem que a realidade de outros contextos seja problematizada e que o saber/conhecimento seja situado a partir da experiência de mulheres que sofrem os impactos da noção de gênero em outra perspectiva. Majoritariamente, as autoras que propõem esta discussão não estão nas universidades mais centrais, as publicações não ganham visibilidade em publicações internacionais e algumas ainda não possuem tradução, o que torna o processo de incorporação ainda mais complexo.

Dado esse contexto, a produção intelectual mobilizada para discutir gênero ainda aciona, em sua maioria, estudos produzidos no eixo

euro-americano, em detrimento da produção intelectual de referência desenvolvida no Sul Global. A hierarquização de saberes e a legitimação do eixo Europa-Estados Unidos como detentores de modelos válidos e únicos de construção do conhecimento resultou em um processo de sistemático apagamento, silenciamento e subalternização de saberes e conhecimentos ancestrais, frutos de culturas que foram subjugadas pelas culturas dominantes e hegemônicas.

No Brasil, a busca de fugir de uma “guetização epistemológica” fez com que os estudos sobre *gays*, lésbicas e transgêneros buscassem aproximações aos estudos culturais numa estratégia de visibilidade (LOPES, 2001, p. 6). As análises realizadas indicam a necessidade de ultrapassar fronteiras que fabricam dicotomias binárias centradas nas categorias homem-mulher, heterossexual-homossexual, ainda que estejam refletindo sobre processos decoloniais na construção do conhecimento. Esses trabalhos analisados parecem não se apoiar em autores que têm confrontado a norma heterossexual como ponto de partida para a compreensão da sexualidade, tampouco se utilizam de pesquisadores brasileiros para fazer esse tipo de discussão, apesar de haver estudiosos nacionais se dedicando a essas questões (COLLING *et al.*, 2012).

No recorte analisado, os autores mais referenciados são homens e brancos. Pela identificação das palavras-chaves que compõem as produções, podemos inferir que ainda prevalece um sentido branco, proposto como universal, sobre a categoria mulher – principal eixo de abordagem nos estudos sobre Comunicação e Gênero no Brasil. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairos são autoras brasileiras que muito contribuíram para problematizar a suposta universalidade da categoria mulher, propondo intersecções analíticas de raça, classe e etnia. Mas, ainda assim, suas produções foram muito pouco recuperadas, no recorte analisado, para dar conta da dimensão e das particularidades do contexto Sul Global, já que estudos interseccionais ainda são pouco presentes na área de Comunicação e Gênero.

A luta contra os impactos do colonialismo, segundo acredita Escobar (2011), que também perpassa a produção acadêmica do próprio Sul,

atravessa a ação dos povos subalternizados na recuperação dos elementos de referência que os constituem como e enquanto sujeitos históricos autônomos, políticos, econômicos e culturais. Para isso é preciso mobilizar teorias até então não mobilizadas, na tentativa de provocar rupturas na hegemonia intelectual acadêmica.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A. The institutional basis of anglophone western centrality. *Media, Culture & Society*, no prelo, p. 1-19, 2020.
- ALBUQUERQUE, A. *et al.* Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. *Communication, Culture and Critique*, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020.
- ANG, P. H. *et al.* Intellectual balkanization or globalization: the future of communication research publishing. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 96, n. 4, p. 963-979, 2019.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 181-188.
- BAKARE-YUSUF, B. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. *Feminist Africa*, n. 2, 2003.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CHAKRAVARTTY, P. *et al.* #CommunicationSoWhite. *Journal of Communication*, 2018. DOI:10.1093/joc/jqy003.
- COLLING, L. *et al.* Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 12, n. 2, p. 77-108, 2012.
- COSTA, C. L. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-264, 2003.
- CURIEL, O. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.
- DOW, B.; CONDIT, C. M. The State of the Art in Feminist Scholarship in Communication. *Journal of Communication*, v. 55, p. 448-478, 2005.

- ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (Coord.). *La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina*. Ediciones CICCUSCLASCO, 2011. p. 61-92.
- ESCOSTEGUY, A. C. D.; MESSA, M. R. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, A. C. D. (Org.). *Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 14-29.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Mídia e Questões de Gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019. p. 1-21.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de formação política do círculo Palmirino*, n. 1. Batalha de ideias, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod\\_resource/content/0/caderno-de-formação-do-CP\\_1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-formação-do-CP_1.pdf). Acesso em: 25 mar. 2020.
- GROSSI, M. P. Masculinidades: Uma revisão teórica. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, v. 7, p. 21-42, 2004.
- GUIMARÃES, A.; BEZERRA, C. Gestão de dados: uma abordagem bibliométrica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, n. 4, p. 171-186, 2019.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- LOPES, D. Estudos Gays: panorâmica e proposta. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 10, 2001, Brasília. *Anais do X Encontro da Compós*. Brasília: Compós, 2001.
- \_\_\_\_\_. Desafios dos estudos gays, lésbicos e transgêneros. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-73, 2004.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
- \_\_\_\_\_. Colonialidad y género. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-74.
- MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q.; SILVA, G. A. O que a produção científica tem a nos dizer? Avanços, lacunas e novas perspectivas para as pesquisas sobre Jornalismo e Gênero. *Revista Paula Geral*, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2020.
- MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.
- MACHADO JUNIOR, C. et al. As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. *Revista de Ciências da Administração*, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016.
- MENDES, K.; CARTER, C. Feminist and Gender Media Studies: A Critical Overview. *Sociology Compass*, v. 2, n. 6, p. 1701-1718, 2008.
- MENDES, G. S.; FONSECA, A. B. C. A questão de gênero numa perspectiva decolonial. *Revista de Educação Popular*, v. 19, n. 1, p. 82-101, 2020.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MIÑOSO, Y. E. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, n. 184, marzo-abril, 2014, p. 7-12.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- NARIN, F.; OLIVASTRO, D.; STEVENS, K. A. Bibliometrics/Theory, practice and problems. *Evaluation Review*, v. 18, n. 1, p. 65-76, 1994.
- OLIVEIRA, T. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas da Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, p. 191-215, 2019.
- OYĒWŪMÍ, O. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series, v. 1, Dakar, 2004, p. 1-8.
- SALVIATI, M. E. *Manual do aplicativo Iramuteq*. 2017. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salvati>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- SOARES, V. Movimento feminista: Paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 11-24, 1994.
- SARMENTO, R. Mídia, gênero e política: Breve mapeamento de horizontes analíticos. *Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 1-15, 2013.
- VEIGA, A. M. Gênero e cinema, uma história de teorias e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1355-1357, 2017.
- TOMAZETTI, T. *Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)*. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- WIRTH, W.; KOLB, S. Designs and Methods of Comparative Political Communication Research. In: ESSER, F.; PFETSCH, B. (Eds.). *Comparing Political Communication: Theories, Cases, and Challenges*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 87-112.

## Sobre as autoras

*Camilla Quesada Tavares* – Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No presente artigo, a autora

participou da concepção e desenho do estudo; aquisição, análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito; revisão crítica do conteúdo.

*Michele Goulart Massuchin* – Professora do Departamento de Comunicação (DECOM), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). No presente artigo, a autora participou do desenho do estudo; análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito; revisão crítica do conteúdo.

*Leila Lima de Sousa* – Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). No presente artigo, a autora participou da interpretação dos dados; redação do manuscrito; revisão crítica do conteúdo.

---

Data de submissão: 11/09/2020

Data de aceite: 25/11/2020

## Estudios de internet, comunicación y cultura digital en México

### Internet, digital communication and culture studies in Mexico

Dorismilda Flores-Márquez<sup>1</sup>

**Resumen:** *Este artículo presenta una revisión de publicaciones sobre internet, comunicación y cultura digital, en México, durante el periodo 1981-2019, con el fin de identificar diferentes etapas, así como la presencia de rastros del pensamiento comunicacional latinoamericano y sus líneas derivadas. Para ello, se realizó una revisión de productos en CCDoc, una base de datos especializada en el campo de la comunicación en México. Se registraron 725 textos —libros, capítulos y artículos—, se hizo un análisis de contenido y, posteriormente, una línea de tiempo, para identificar las principales temáticas e investigadores clave, las etapas en la investigación y los vínculos con el pensamiento comunicacional latinoamericano y otras tradiciones. Estos hallazgos desafían a otras generaciones de investigadores a reconocer las herencias y a contribuir al campo.*

**Palavras-Chave:** *Estudios de internet; cultura digital; comunicación digital; medios digitales; México.*

**Abstract:** *This article presents a review of Mexican publications on internet, digital communication and culture, during the period 1981-2019, in order to identify different stages, and the presence of traces of the Latin American communication thinking and its branches as well. For that purpose, a review of academic products was conducted, in CCDoc, a database specialized in the Mexican communication field. 725 texts —among books, chapters and articles— were*

1 Universidad De La Salle Bajío (ULSAB). León, México.  
<https://orcid.org/0000-0002-9659-6392> E-mail: [dfloresm@delasalle.edu.mx](mailto:dfloresm@delasalle.edu.mx)

*registered, a content analysis was carried out and a timeline was made, to identify the main topics and key researchers, the stages of the research, and the links with the Latin American communication thinking and with other traditions as well. These findings open a challenge to newer generations of researchers, to recognize their heritage and to contribute to the field.*

**Keywords:** *Internet studies; digital culture; digital communication; digital media; Mexico.*

## Presentación

*La pregunta de partida es por  
cuánto país cabe en los discursos de la academia,  
los medios de comunicación y la historia que se escribe,  
pero apuntando a un relato de futuro.  
Jesús Martín-Barbero*

Los estudios sobre internet, comunicación y cultura digital configuran un campo de estudio joven e interdisciplinario: joven, porque se concentra principalmente en las tres décadas más recientes; interdisciplinario, en tanto que la complejidad de los objetos ha sido abordada a partir de distintos campos académicos, e incluso de otros campos del saber y la vida social, como el periodismo y la política (FUENTES NAVARRO, 2000; SCOLARI, 2008; SILES, 2008; TREJO DELARBRE, 1996).

Si bien en los años recientes ha crecido y se ha diversificado el interés por el estudio de lo digital, la pandemia de la COVID-19 en 2020 marca un momento clave. Los periodos de cuarentena en distintos países implicaron el repliegue a los hogares y el traslado de tareas a entornos digitales, en muchos casos, sin las condiciones adecuadas para ello. Esto se tradujo en desafíos y oportunidades y tuvo su correlato en el aumento de estudios sobre la digitalización en tiempos de pandemia. Es pertinente, entonces, hacer un balance del trabajo realizado hasta el momento, que sirva como guía y permita identificar los cambios.

Por otro lado, la presencia de internet y los medios digitales a nivel global permite encontrar elementos comunes, a la vez que se evidencian las desigualdades y particularidades de apropiación. Si bien este campo de estudio se desarrolla en todo el mundo, hay una predominancia de referentes anglo-europeos, que a veces se asumen acríticamente. Conviene revisar el desarrollo de investigaciones en diferentes regiones, para identificar sus lógicas y contribuciones en relación con el contexto, para reconocerlas y diversificar la discusión.

En Latinoamérica hay un intenso desarrollo de los estudios de comunicación, pero su difusión se concentra en la propia región y no

necesariamente gana visibilidad fuera de ella (ENGHEL & BECERRA, 2018; GANTHER & ORTEGA, 2019). Esta condición se vive también en los estudios sobre cultura digital (GÓMEZ-CRUZ & SILES, 2020).

Las revisiones sobre los estudios latinoamericanos de internet, comunicación y cultura digital han reconocido el crecimiento y las aportaciones, pero también han señalado la necesidad de teorización, desarrollo metodológico, así como perspectivas regionales y comparativas (FUENTES NAVARRO, 2000, 2011; GÓMEZ-CRUZ & SILES, 2020; SCOLARI, 2008; SILES, 2008; SILES, ESPINOZA ROJAS, & MÉNDEZ MARENCO, 2019; TREJO DELARBRE, 1996, 2009, 2013).

El caso mexicano presenta lógicas similares a las latinoamericanas. Por un lado, se aprecia el crecimiento del interés y, por otro, la falta de desarrollo teórico y metodológico, a la cual se suma una tendencia a citar los autores clásicos más que a los contemporáneos (MENESES & PÉREZ SALAZAR, 2016; TREJO DELARBRE & SOSA PLATA, 2009). Esto contrasta con el desarrollo de lo que algunos autores han llamado *pensamiento comunicacional latinoamericano* (MARQUES DE MELO, 2011).

Este artículo presenta una revisión de publicaciones sobre internet, comunicación y cultura digital, en México, orientada a identificar relaciones y aportaciones al pensamiento comunicacional latinoamericano. La delimitación en México se sostiene sobre tres razones principales. De entrada, fue – junto con Brasil – uno de los primeros países latinoamericanos a los que llegó internet a principios de la década de 1990. En segundo lugar, uno de los casos más emblemáticos del uso de internet ha sido el movimiento zapatista, que se levantó en 1994 en la selva del sureste mexicano y cuya presencia en la red fue un hito. En tercer lugar, uno de los dos primeros libros publicados en Latinoamérica sobre el tema fue *La nueva alfombra mágica: Usos y*

*mitos de internet, la red de redes* del mexicano Raúl Trejo Delarbre<sup>2</sup>. Esto configura un escenario que vale la pena analizar.

La revisión incluyó 725 textos – libros, capítulos y artículos –, publicados entre 1981 y 2019, en torno a *nuevas* tecnologías, internet, medios digitales, comunicación digital y cultura digital. Se realizó un análisis de contenido cuyos resultados se tradujeron en una línea de tiempo, como puede verse en las notas metodológicas.

Como se verá en las siguientes secciones, a lo largo de los años se aprecia una transición entre los abordajes tempranos sobre la incorporación de las TIC, la búsqueda de comprender y proveer de materiales teóricos y metodológicos, así como la orientación hacia los trabajos empíricos. También es posible observar rasgos del pensamiento comunicacional latinoamericano y sus derivados, así como de otras perspectivas, como el pensamiento de McLuhan y el pensamiento complejo. La revisión abre desafíos para el futuro de los estudios sobre internet, comunicación y cultura digital en México y Latinoamérica.

## **El pensamiento comunicacional como encuadre**

Entre las opciones posibles para analizar el desarrollo los estudios sobre internet, comunicación y cultura digital, he optado por una serie de delimitaciones. En primer lugar, no se abordan los estudios de internet en general, sino aquellos hechos desde marcos comunicacionales. Por el carácter interdisciplinario de los objetos y del propio campo, se encontrarán intersecciones con otras líneas y preocupaciones, pero el foco del trabajo es comunicacional.

La perspectiva desde la cual se mira es el pensamiento comunicacional latinoamericano, lo que implica identificar, con cierto nivel de claridad, una tradición o un conjunto de tradiciones que comparten determinadas características. Se asume que éstas se construyen en torno al campo de la comunicación, en una región específica, que es Latinoamérica.

2 El otro es *Ciberculturas en la era de las máquinas inteligentes*, del argentino Alejandro Piscitelli.

De acuerdo con Miège (1995), el pensamiento comunicacional no se reduce a la producción científica, sino que incluye otros campos —como el profesional— y las interrogantes de las sociedades. En este sentido, el autor señala tres aspectos: 1) “su estrecho vínculo con acciones sociales (estrategias públicas y privadas, habilidades profesionales, comportamientos de usuarios-consumidores...), y cuestiones procedentes de lugares especializados en la mediación cultural y la transmisión de conocimientos”; 2) la transversalidad entre diferentes campos; 3) la “facultad de integrar problemáticas provenientes de corrientes teóricas diferentes” (p. 110).

En su propuesta, el pensamiento comunicacional se ha construido académicamente a partir de las corrientes fundadoras, la expansión de las problemáticas y las interrogantes presentes. Éstas corresponden a etapas identificables en el tiempo, a partir de la década de 1930. Se identifican de este modo las preocupaciones traducidas en objetos de estudio, teorías y metodologías, que son propias de una época y/o una región y hablan de contextos diferenciados, así como las contribuciones que desde ahí se hacen al campo de la comunicación.

La presencia de Latinoamérica en el mapa de los estudios de comunicación implica tensiones entre la importación de modelos anglo-europeos y las producciones propias, contextualizadas, críticas, que algunos interpretamos como una especie de resistencia creativa, aunque no siempre visible fuera del continente. En este sentido, José Marques de Melo (2011), un académico brasileño que abordó el pensamiento comunicacional latinoamericano, planteó que éste “se distingue de sus matrices referenciales, europeas o norteamericanas, por el compromiso que asume en relación al bien común, o sea, al interés público y a las aspiraciones colectivas” (p. 10). Él identificó, principalmente en los trabajos seminales del campo, cierto énfasis en los derechos humanos y la intervención sobre la realidad social.

De acuerdo con Raúl Fuentes Navarro (2011), la idea del pensamiento comunicacional sirve “para reconstruir una historia, en la que ciertos aportes se consideran más valiosos o significativos que otros, para

justificar las perspectivas adoptadas en el presente, y para desde ahí trazar líneas de desarrollo y acción futuras” (p. 44). El autor agrega que “la investigación de la comunicación en América Latina puede muy bien revisarse, en sus trayectorias pasadas y en vistas al futuro, como una larga serie de *retos* tanto internos (científicos, académicos) como sobre todo externos (socioculturales, políticos)” (p. 48).

Por otra parte, Gabriel Kaplún (2013) ha identificado cuatro tradiciones principales en el campo de la comunicación en Latinoamérica: funcionalista, crítica, culturalista y alternativista. La primera de ellas no necesariamente tuvo su propio desarrollo en este continente, sino que importó propuestas teóricas para el análisis de las funciones de los medios. La tradición crítica emancipatoria, basada en la escuela de Frankfurt y los estudios semióticos, se ha enfocado en el poder y las estructuras de los medios. Entre sus figuras clave están Armand Mattelart —académico belga, que radicó por muchos años en Chile— y Héctor Schmucler —académico argentino, que pasó varios años exiliado en México.

Las tradiciones culturalista y alternativista coinciden en varios elementos, pero difieren en otros, una está ligada a la academia y otra a la intervención social. En la culturalista se ha abordado la presencia de lo popular en la comunicación y la cultura, principalmente a partir del trabajo de dos autores clave: Jesús Martín-Barbero —filósofo español, que ha pasado la mayor parte de su vida en Colombia y vivió algunos años en México— y Néstor García Canclini —antropólogo argentino radicado en México. Finalmente, en la tradición alternativista el autor agrupa a distintas denominaciones, como la comunicación popular, la comunicación alternativa y otras. Con el fin de abrir alternativas frente a los medios masivos, esta tradición se enfocó al trabajo en organizaciones no gubernamentales de educación popular, emisoras locales de radio y centros culturales comunitarios. Se configuró más como un campo de intervención que de producción teórica, en el que han convivido activistas, comunicadores profesionales y académicos (KAPLÚN, 2013).

Estas tradiciones principales del pensamiento comunicacional latinoamericano se han diversificado a lo largo de los años, como puede verse en las publicaciones, los congresos, así como los programas de formación en universidades y de investigación. Esta diversidad puede verse en las asociaciones de investigadores, como la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC)<sup>3</sup> o la Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación (AMIC)<sup>4</sup>. En ellas se identifican tanto las raíces que dieron origen a las discusiones, como la fragmentación y la desarticulación que caracteriza al campo académico de la comunicación (FUENTES NAVARRO, 2011). Así, este trabajo orienta la revisión de estudios sobre internet, comunicación y cultura digital, hacia la identificación de etapas en la investigación y rasgos de tradiciones del pensamiento comunicacional latinoamericano.

### Notas metodológicas

Todo recorte es problemático. Delimitar la búsqueda a México abre otras preguntas: ¿se trata de investigaciones hechas por mexicanos?, ¿investigaciones hechas en México? Estas preguntas abren otras reflexiones sobre cómo ubicar, por ejemplo, a investigadores mexicanos que ahora residen en otros países<sup>5</sup> o a investigadores extranjeros, que han vivido en

3 ALAIIC tiene 19 grupos temáticos: 1) comunicación intercultural y folkcomunicación, 2) comunicación organizacional y relaciones públicas, 3) comunicación política y medios, 4) comunicación y educación, 5) comunicación y salud, 6) economía política de las comunicaciones, 7) estudios de recepción, 8) comunicación popular, comunitaria y ciudadanía, 9) teoría y metodología de la investigación en comunicación, 10) comunicación, tecnología y desarrollo, 11) comunicación y estudios socioculturales, 12) comunicación para el cambio social, 13) comunicación comunitaria, 14) discurso y comunicación, 15) comunicación y ciudad, 16) estudios sobre periodismo, 17) comunicación e historia, 18) ética, libertad de expresión y derecho a la comunicación, 19) comunicación digital, redes y procesos.

4 AMIC tiene 16 grupos de investigación: 1) nuevas tecnologías, internet y sociedad de la información, 2) comunicación política, 3) economía política de la comunicación, 4) estudios de recepción, 5) estudios de periodismo, 6) comunicación y educación, 7) discurso, semiótica y lenguaje, 8) comunicación integral en las organizaciones, 9) historia de la comunicación, 10) teorías y metodología de la investigación en comunicación, 11) comunicación intercultural, 12) género y comunicación, 13) sociedad civil, participación y comunicación alternativa, 14) políticas de la comunicación, 15) comunicación intersubjetiva, 16) estudios de juventud y comunicación; además de cuatro grupos de trabajo: 1) deporte, cultura y sociedad, 2) medios públicos, 3) comunicación de la ciencia, 4) comunicación y salud.

5 Tales son los casos de Edgar Gómez Cruz y Octavio Islas.

México y han producido parte de su obra en este país<sup>6</sup>. En ambos casos se tomaron los trabajos realizados por ellos mientras estaban en México.

La revisión se concentró en CC-Doc<sup>7</sup>, una base de datos de acceso abierto, especializada en comunicación, originada en la sistematización documental de productos de investigación sobre comunicación en México, encabezada por Raúl Fuentes Navarro. El proyecto articula el interés práctico por llevar un registro de la producción científica con el ideal de “contribuir a contrarrestar la *fragmentación* que afecta al campo” (FUENTES NAVARRO, 2014).

Si bien se trata de una base de datos muy amplia, los productos académicos registrados en ella no necesariamente son todos los que existen. También se asume que las palabras clave que etiquetan estos textos en la plataforma pueden tener limitaciones, sobre todo en el caso de trabajos que tocan distintas áreas y quedan registrados en líneas diferentes a las consultadas. Sin embargo, se trata de un esfuerzo de documentación muy complejo que debe ser reconocido, por su especialización en el campo de la comunicación, su longevidad —el proyecto fue pionero y ha operado desde el año 2000— y su capacidad de integración —incluye productos académicos, como libros y capítulos, que no están contemplados en otras bases de datos centradas en revistas científicas.

En CC-Doc se realizaron varias búsquedas, con los siguientes términos clave: *nuevas* tecnologías, internet, medios digitales, comunicación digital y cultura digital. No se hizo recorte temporal, sino que se revisaron todos los productos registrados bajo estos términos. Para la selección, se tomaron en cuenta libros, capítulos en libros coordinados, así como artículos publicados en revistas indexadas, no indexadas y de divulgación. Se asume que en estas publicaciones se materializan los avances y resultados de investigación y permiten dar cuenta de las líneas de estudio y sus cambios a través del tiempo. La base de datos incluye fichas

6 Tales son los casos de Héctor Schmucler, Jesús Martín Barbero, Cristóbal Cobo y Emiliano Tteré.

7 Disponible en: <https://ccdoc.iteso.mx/>

de todas las publicaciones<sup>8</sup> y en buena parte de ellas se incluye el texto completo. Se recuperaron tanto las fichas como los documentos disponibles. Se eliminaron registros duplicados, así como aquellos que no correspondían a los temas planteados en esta exploración.

Luego de la depuración, se consideraron 725 productos académicos, publicados entre 1981 y 2019. Con los registros se realizó un análisis de contenido (KRIPPENDORFF, 2004). Para ello se elaboró una base de datos, que incluyó año, título, autor/a/es, tipo de producto, tema, teoría y metodología. Esto permitió identificar temáticas, objetos de estudio, teorías y metodologías, así como autores clave.

Con esos datos se elaboró una línea de tiempo que, en la primera fase, a la que corresponde el presente artículo, se enfoca en las temáticas emergentes y los autores clave. Las temáticas emergentes son aquellas que representan una novedad en el campo, respecto a las tendencias identificadas en las publicaciones previas. Estas temáticas se enmarcan teórica y metodológicamente y eso permite asociarlas con tradiciones de investigación que, para efectos de este trabajo, corresponden (o no) a las tradiciones del pensamiento comunicacional latinoamericano (KAPLÚN, 2013; MARQUES DE MELO, 2011). Los autores clave son aquellos que introducen las temáticas emergentes en el campo y/o logran mantenerse en estas líneas de investigación durante varios años, lo cual contribuye a la consolidación del campo.

## **Panorama de estudios sobre internet, comunicación y cultura digital en México**

La revisión incluyó 725 textos, entre libros, capítulos de libros y artículos en revistas, que fueron publicados entre 1981 y 2019. La distribución por décadas puede observarse en la tabla 1. Hay un crecimiento en el

8 Ésta incluye número de registro, título, autor, editor, fecha, tipo, formato, descripción, materia, fuente y anexos.

volumen de publicaciones en las primeras tres décadas y cierta estabilización en la última.

Tabla 1 - Productos analizados, por décadas

Periodo	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2019
Libros	9	11	24	20
Capítulos	17	26	130	102
Artículos	26	63	138	159
Total de productos	52	100	292	281

Fuente: Elaboración propia

Por otro lado, se aprecia una clara predominancia de algunas temáticas que, desde distintas perspectivas teóricas y metodológicas, se abordado en estos casi 40 años. Las y los investigadores mexicanos han puesto mucha atención a objetos de estudio sobre educación, sociedad de la información y juventudes, entre otros que, en cierto sentido, son un reflejo del contexto y las problemáticas nacionales.

Tabla 2 - Temáticas más recurrentes

Tema	Periodo
Educación	83
Sociedad de la Información	39
Juventudes	38
Periodismo digital	33
Movimientos sociales	31
Internet / medios digitales	24
Comunicación política	20
Brecha digital / inclusión digital	19
Políticas y regulación	18
Televisión y convergencia	15

Fuente: Elaboración propia

Más allá de las cantidades, pensar esta revisión como una línea de tiempo permite observar algunos elementos importantes. De entrada, como habían registrado varios autores, hay un interés temprano por el tema en México (FUENTES NAVARRO, 2000; TREJO DELARBRE, 1996). Si bien los textos que abordan de manera explícita a internet se sitúan en la década de 1990, desde la previa hay textos sobre revolución tecnológica, satélites, computadoras, tecnologías de información y comunicación —en algunos casos aparecen todavía como *nuevas* tecnologías de información y comunicación, en otros como tecnologías de información y comunicación y en otros como tecnologías de comunicación—, de modo general, o bien en relación con la educación, el poder, el periodismo y/o la cultura.

Un ejemplo son los dos textos más antiguos que se encontraron en esta revisión. El primero fue “La hora de las computadoras. El estudio de la comunicación en América Latina”, publicado por Héctor Schmucler en la revista *Connotaciones*. En él se abordan las dos corrientes que el autor identificaba en el estudio de la comunicación —el desarrollo y la dependencia— en relación con los desafíos que planteaba la incorporación de tecnologías: “Se abre para la investigación sobre comunicación en América Latina un amplio camino para recorrer que encierra un desafío histórico: anticiparse a los acontecimientos y no resignarse a estudiar, retroactivamente, los efectos de los nuevos sistemas comunicativos” (SCHMUCLER, 1981, P. 61). El autor, por cierto, es reconocido como figura clave del pensamiento comunicacional latinoamericano de orientación crítica (KAPLÚN, 2013).

El segundo texto fue el libro *Las empresas transnacionales en el campo de las comunicaciones internacionales vía satélite: COMSAT e INTELSAT. Cronología selecta de 1962 a 1980*, de Jesús Roldán Acosta, publicado en la UNAM en 1981. No es un trabajo eminentemente comunicacional, pero aporta elementos para comprender las preocupaciones de la época y la orientación crítica desde la que se leían los cambios tecnológicos —que para entonces llevaban varias décadas— en el campo.

En ese periodo se registró una preocupación por el vínculo entre TIC y poder, entre autores como Javier Esteinou, Fátima Fernández Christlieb y Florence Toussaint; así como por los usos socioculturales y educativos de las tecnologías, entre otros autores, como Raúl Fuentes Navarro, Delia Covi Druetta y Carmen Gómez Mont.

La siguiente década, de 1990 a 1999, se caracterizó por la llegada de internet a las discusiones y la apertura de preguntas y líneas. Un momento clave fue la publicación del libro *La nueva alfombra mágica. Usos y mitos de Internet, la red de redes*, de Raúl Trejo Delarbre, con FUNDESCO y Editorial Diana. En éste, el autor presenta una visión panorámica sobre la red y sus diferentes dimensiones e implicaciones en la vida cotidiana. Se trata de un libro considerado seminal en las discusiones sobre internet en Latinoamérica.

Además, hubo una fuerte concentración en el vínculo entre TIC y educación, así como TIC y sus implicaciones para los medios —la prensa, la radio y la televisión. Asimismo, emergieron algunos temas clave, como el movimiento zapatista en internet, realidad virtual, videojuegos, cibercultura y el vínculo entre TIC y mujeres. Continuaron presentes algunos autores como Carmen Gómez Mont, Fátima Fernández Christlieb y Raúl Fuentes Navarro; y emergieron otros como Raúl Trejo Delarbre, Claudia Benassini Félix, Octavio Islas, Fernando Gutiérrez y Jesús Galindo. Algunos de ellos ya tenían trayectoria en el estudio de la comunicación y la sociología.

La siguiente década, de 2000 a 2009 se caracterizó por la explosión del interés en el tema. Crecieron las discusiones sobre la sociedad de la información y las implicaciones de las TIC en diferentes áreas de la vida social. Se posicionaron nuevas discusiones sobre comunidades virtuales, ciberespacio y cibercultura, así como acerca de la relación entre movimientos sociales e internet. También creció el abordaje de los usos de las TIC y emergió el interés por las narrativas y la visualidad, así como por las prácticas comunicativas en plataformas específicas, tales como los blogs.

Algunos textos que se orientaron a plantear fundamentos teóricos y metodológicos, tales como los libros *Viviendo en el Aleph. La sociedad de la información y sus laberintos* de Raúl Trejo Delarbre y *Lectores, espectadores e internautas* de Néstor García Canclini, publicados en 2006 y 2007 respectivamente.

También los siguientes textos: “Exploraciones teórico-metodológicas para la investigación sociocultural de los usos de Internet” de Raúl Fuentes Navarro, publicado en 2001; “Los usos sociales de las tecnologías de información y comunicación. Fundamentos teóricos” de Carmen Gómez Mont, “Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo” de Jesús Martín-Barbero, “Mediaciones tecnológicas y des-ordenamientos comunicacionales” de Guillermo Orozco Gómez y “Hacia la construcción de una metodología para el estudio de las comunidades virtuales” de Edgar Gómez Cruz, publicados en 2002; así como “Comunicología y sociedad de la información: Exploración de un lugar común desde la ciencia de la comunicación” de Jesús Galindo Cáceres, publicado en 2009.

Hubo, además, balances como “La investigación latinoamericana sobre Internet. Brechas digitales y diversidad analítica” de Raúl Trejo Delarbre, en 2004; “Teorías e investigación de Internet en México” de Octavio Islas y Fernando Gutiérrez, en 2005; así como “Campo nuevo, problemas viejos. La investigación mexicana en materia de Sociedad de la Información, Internet, Cibercultura y Telecomunicaciones”, de Raúl Trejo Delarbre y Gabriel Sosa Plata, en 2009.

Un elemento importante de esta década fue la tendencia a publicar cada vez más textos con resultados de trabajos empíricos. Asimismo, se registró un vínculo con los debates políticos de la época, en términos de regulaciones, políticas públicas, así como del lugar que ocuparía internet en la vida política y social.

En la década más reciente, de 2010 a 2019, se sostuvo el abordaje de internet en relación con educación y política. También se registró un buen número de investigaciones sobre el uso de internet y redes sociodigitales en campañas electorales, principalmente en torno a las

elecciones presidenciales en México en 2012 y 2018. De igual manera, crecieron los estudios sobre movimientos sociales e internet, a raíz de la emergencia de #YoSoy132 en 2012 y las movilizaciones por Ayotzinapa. Si bien el tema ya estaba presente en las décadas anteriores, en torno al movimiento zapatista, en este periodo hubo un viraje hacia los movimientos en red, por parte de autores como Emiliano Treré y Guiomar Rovira, entre otros.

Se identificó una tendencia a centrarse en plataformas específicas, como Facebook, Twitter o YouTube. Se incorporó también un cuerpo de estudios sobre memes, en relación con acontecimientos políticos. En la línea de internet y educación se sostuvo el interés por las alfabetizaciones mediática, informacional y digital, así como por las competencias digitales.

Entre las aportaciones teóricas y metodológicas del periodo, se contemplan el libro *Internet como medio de comunicación. Teoría y análisis de actos comunicativos en los entornos virtuales* de Gabriel Pérez Salazar y “Apuntes para el análisis de prácticas de comunicación dialógica en mundos virtuales” de Magdalena López de Anda, ambos publicados en 2012; así como *Cibercultur@ e iniciación en la investigación interdisciplinaria* de Margarita Maass Moreno, José Amozurrutia y Jorge González y “Cultura algorítmica y tecnologías del lenguaje humano” de Jesús Octavio Elizondo y Esaú Villatoro, ambos publicados en 2015.

En el período hubo revisiones importantes del estado de la investigación sobre estos temas. Tal es el caso del libro *Sociedad del conocimiento y comunicación: Reflexiones críticas desde América Latina*, coordinado por Delia Covi Druetta en 2018; “Tras los hilos que tejen la red: Una aproximación a la investigación sobre Internet en las revistas de comunicación en América Latina” de José Manuel Corona y Gabriela Gómez Rodríguez, publicada en 2010; años después, en 2016, fue publicada “Cómo y qué se estudia sobre Internet y la Sociedad de la Información en México. Una mirada desde la AMIC” de María Elena Meneses y Gabriel Pérez Salazar.

Algunos textos dejan evidencia de la participación en proyectos transnacionales. Tal es el caso de “Principales indicadores de Internet en la sociedad mexicana” de Octavio Islas y Amaia Arribas, publicado en 2010, a partir del World Internet Project; *Mapping digital media Mexico*, de Rodrigo Gómez y Gabriel Sosa Plata, a partir de su participación en un proyecto global de Open Society Foundations en 2011; así como “Overcoming citizen mistrust and enhancing democratic practices: Results from the e-participation platform México Participa” de María Elena Meneses Rocha y Alejandro Martín del Campo, del Tecnológico de Monterrey con colegas de la University of California Berkeley.

Por otro lado, la búsqueda de la academia por incidir en los debates públicos quedó registrada en “Un ejercicio de memoria para entender las reformas en telecomunicaciones y radiodifusión. La participación de la sociedad civil y la academia”, de Fátima Fernández Christlieb, Patricia Ortega Ramírez y Beatriz Solís Leree.

En suma, esta revisión cronológica permite identificar etapas en los estudios sobre internet, comunicación y cultura digital, cuyos avances y hallazgos se presentaron en las publicaciones analizadas. Como se aprecia en esta sección, la década de 1980 concentró las preocupaciones iniciales ante la llegada de las TIC y sus implicaciones en diferentes campos de la vida social. En la década de 1990 se situaron los primeros abordajes sobre internet y se registró un desplazamiento del enfoque en las posibilidades, o bien en las descripciones, para avanzar hacia el estudio de los usos y las prácticas de comunicación en entornos digitales. En la década del 2000 hay importantes aportaciones teóricas y metodológicas, que permitieron encuadrar los intereses y las preguntas, a la vez que crecieron las investigaciones empíricas. Esta última tendencia se mantuvo y creció en la década del 2010, al tiempo que se diversificaron las temáticas de cruce con lo digital.

Las tradiciones del pensamiento comunicacional latinoamericano se identifican con claridad, sobre todo en los textos de los primeros años. La tradición crítica estuvo presente desde el inicio de los trabajos. De hecho, Héctor Schmucler —que es una de las figuras clave de ésta— abrió

tempranamente la discusión sobre los desafíos que traerían las TIC a la investigación sobre comunicación, desde 1981. Otras contribuciones en esta línea son las de Javier Esteinou Madrid, Fátima Fernández Christlieb y Florence Toussaint, entre otros.

La tradición culturalista se identifica en trabajos que llegaron después. Se trata, además, de un cuerpo de trabajos y de académicos que se ha ido expandiendo a lo largo de los años. Como se mencionó anteriormente, dos figuras clave de esta tradición han sido Jesús Martín-Barbero y Néstor García Canclini. El primero vivió algunos años en México y el segundo ha tenido una estancia prolongada y productiva en este país. Algunas de las contribuciones teóricas importantes son obra de ellos. En este grupo también puede identificarse el trabajo de investigadores de la línea sociocultural, tales como Raúl Fuentes Navarro, Carmen Gómez Mont y otros.

La tradición alternativa, por su naturaleza, no siempre es evidente en los productos académicos, ya que su énfasis suele estar en la intervención social. Si bien hay casos conocidos e interesantes en México, de proyectos comunitarios en medios y gestión cultural, son minoría los que aparecieron en esta revisión. En esa línea se puede ubicar el trabajo de Ana Isabel Zermeño Flores y su equipo en la Universidad de Colima, que han integrado la intervención mediante proyectos de comunicación para el cambio social y la publicación.

Más allá de las tradiciones del pensamiento comunicacional latinoamericano identificadas por Kaplún (2013), es posible identificar dos tradiciones más entre los trabajos abordados en esta revisión. Por un lado, se aprecia la herencia de Marshall McLuhan y la perspectiva de la ecología mediática en textos de investigadores como Octavio Islas, Fernando Gutiérrez, Claudia Benassini, entre otros. Por otro lado, se observan los enfoques de la complejidad, que hacen autores como Jorge González, Margarita Maass Moreno y José Amozurrutia.

Sin embargo, así como en muchos trabajos se identifican con claridad los posicionamientos, en buena parte de los estudios —sobre todo en los más recientes— hay una ausencia de esto. Como ha planteado

Fuentes Navarro (2011), hay una fragmentación del campo. Además, si bien se requiere mayor análisis, se observa que en los primeros años había poco trabajo empírico, mucho trabajo ensayístico, aunque las posiciones solían ser más claras. Con el paso de los años, hay más trabajo empírico, pero, en algunos casos, éste se limita a la presentación de los resultados, sin mayor discusión de la teoría y a veces sin un posicionamiento frente a lo que se estudia.

## Conclusiones

En este artículo se presentó una revisión de publicaciones sobre internet, comunicación y cultura digital, en México, realizada a partir de libros, capítulos en libros y artículos en revistas especializadas, publicados entre 1981 y 2019. En la lógica del pensamiento comunicacional (MIÈGE, 1995), se identifican etapas en estos trabajos. Si al pensamiento comunicacional se le agrega el apellido latinoamericano es posible identificar rasgos de al menos tres de las cuatro tradiciones que plantea Kaplún (2013): la crítica, la culturalista y, en cierta medida, la alternativa. Asimismo, se identifica la presencia del pensamiento McLuhaniano y de la complejidad en algunas otras aportaciones.

Como varios autores han señalado, hay una relativa ausencia de teorización, de desarrollo metodológico, así como de perspectivas regionales y comparativas, que se ha mantenido a lo largo del tiempo (FUENTES NAVARRO, 2000, 2011; GÓMEZ-CRUZ & SILES, 2020; SCOLARI, 2008; SILES, 2008; SILES, ESPINOZA ROJAS, & MÉNDEZ MARENCO, 2019; TREJO DELARBRE, 1996, 2009, 2013).

La presente revisión tuvo como base un análisis de contenido que se leyó en clave de línea de tiempo para identificar temáticas emergentes y autores clave. Se observa que el desarrollo temático ha ido de preocupaciones generales sobre las posibilidades de las inicialmente llamadas *nuevas* tecnologías hacia preocupaciones específicas por el vínculo entre medios digitales y educación, política, juventud, movimientos sociales, medios de comunicación, entre otros. Algunas de estas temáticas se relacionan con el contexto sociopolítico nacional, como los

estudios de movimientos sociales, en torno a los zapatistas, #YoSoy132 o Ayotzinapa; o bien a la innovación en plataformas y aplicaciones, como muestran las investigaciones sobre el uso de *blogs*, Facebook, Twitter o YouTube.

Las y los autores que fueron mencionados en el cuerpo del texto son —casi en todos los casos— quienes más veces aparecen en los productos registrados. Más allá de la cantidad, se trata de investigadores que han hecho aportaciones teóricas y/o metodológicas para la investigación sobre internet, comunicación y cultura digital, que es importante reconocer y discutir.

A reserva de realizar un análisis más profundo de las temáticas específicas y las perspectivas teóricas y metodológicas desde las cuales se han abordado los objetos, esta revisión contribuye a reconocer las aportaciones de las y los académicos mexicanos en el marco del pensamiento comunicacional latinoamericano.

Como se ha visto, algunos de los referentes clave del pensamiento comunicacional latinoamericano que identificó Kaplún (2013) pasaron algunos años o se establecieron definitivamente en México —tal fue el caso de Héctor Schmucler, Jesús Martín-Barbero y Néstor García Canclini— y eso ha permeado en cierta medida las tradiciones de estudio a lo largo de estos años. Sin embargo, la fragmentación que señalaba Fuentes Navarro (2011) dificulta la identificación de estas líneas en las décadas más recientes.

Las observaciones de Gómez Cruz y Siles (2020) sobre el estudio de la cultura digital en Latinoamérica aplican también para esta revisión de publicaciones en México. Son problemáticas que se han arrastrado durante varios años (FUENTES NAVARRO, 2000, 2011; SCOLARI, 2008; SILES, 2008; SILES, ESPINOZA ROJAS, & MÉNDEZ MARENCO, 2019; TREJO DELARBRE, 1996, 2009, 2013). Hay una ausencia de teorización que abre otras problemáticas, como la ausencia de bases comunes para discutir objetos, conceptos y métodos; las tendencias a confirmar ideas establecidas en lugar de explicar nuevos

fenómenos, a la especulación teórica más que a la investigación empírica, así como a emplear métodos tradicionales más que a innovar.

En el caso mexicano, si bien las publicaciones muestran un aumento de trabajos empíricos, esto no tiene su correlato en la producción teórica y la innovación metodológica. Además, aunque la emergencia de temáticas vinculadas al contexto sociopolítico y/o a la innovación en plataformas y aplicaciones, puede entenderse dentro de la lógica latinoamericana de compromiso con las problemáticas nacionales y regionales, estamos asumiendo posiciones más reactivas que propositivas, lo que nos coloca del lado del riesgo que señaló Schmucler (1981) hace casi cuatro décadas: “anticiparse a los acontecimientos y no resignarse a estudiar, retroactivamente, los efectos de los nuevos sistemas comunicativos” (p. 61).

Esto se traduce como un desafío para distintas generaciones de investigadores, principalmente las más jóvenes, de reconocer las raíces del trabajo realizado y contribuir a solventar las asignaturas que por años han quedado pendientes. No es un dato menor que algunas de las aportaciones teóricas más relevantes sean de hace más de 15 años. La pregunta que queda abierta es cómo y de qué manera construiremos nuestro futuro en el campo de la comunicación y, específicamente, en el estudio de internet, la comunicación y la cultura digital.

## Referencias

- ENGHEL, F., & BECERRA, M. Here and there: (Re)situating Latin America in international communication theory. Washington, v. 28, n. 2, p. 111-130, 2018.
- FUENTES NAVARRO, R. *Educación y telemática*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.
- FUENTES NAVARRO, R. Exploraciones teórico-metodológicas para la investigación sociocultural de los usos de la Internet. En VASSALLO DE LOPES M.I. & FUENTES NAVARRO R. (Coord.). *Comunicación, campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Guadalajara: ITESO / Universidad Autónoma de Aguascalientes / Universidad de Colima / Universidad de Guadalajara, 2001, p. 229-245.
- FUENTES NAVARRO, R. Pensamiento comunicacional latinoamericano y convergencia digital. Retos epistemológicos y académicos. En DEL VALLE C., MORENO F. &

- SIERRA F. (Coord.). *Cultura latina y revolución digital. Matrices para pensar el espacio iberoamericano de comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2011, p. 41-68.
- FUENTES NAVARRO, R. Recursos para la desfragmentación de la investigación iberoamericana en comunicación. São Paulo, n. 20, p. 16-25, 2014.
- GANTHER, S., & ORTEGA, F. The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-Westernization and academic cosmopolitanism. Los Angeles, v. 13, p. 68-91, 2019.
- GÓMEZ-CRUZ, E., & SILES, I. Digital cultures in the Americas. En RAUSSERT W., ANATOL G., THIES S., CORONA S. & LOZANO J.C. (Ed). *The Routledge handbook to the cultures and media of the Americas*. London: Routledge, 2020, p. 319-329.
- KAPLÚN, G. Viejas y nuevas tradiciones en la comunicación latinoamericana. São Paulo, v. 10, n. 18, p. 66-76, 2013.
- KRIPPENDORFF, K. *Content analysis*. London: SAGE, 2004.
- MARQUES DE MELO, J. Los derechos humanos como pilares éticos en el legado comunicacional de Paulo Freire y Luiz Beltrão. Cochabamba, n. 23, p. 9-17, 2011.
- MENESES, M., & PÉREZ SALAZAR, G. Cómo y qué se estudia sobre Internet y Sociedad de la Información en México. Una mirada desde la AMIC. Guadalajara, n. 26, p. 43-70, 2016.
- MIÈGE, B. Las etapas del pensamiento comunicacional. Bogotá, n. 26, p. 109-138. 1995.
- SCHMUCLER, H. La hora de las computadoras. El estudio de la comunicación en América Latina. México, n. 1, p. 47-62, 1981.
- SCOLARI, C. *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Barcelona: Gedisa, 2008.
- SILES, I. A la conquista del mundo en línea: internet como objeto de estudio (1990-2007). Guadalajara, n. 10, p. 55-79, 2008.
- SILES, I., ESPINOZA ROJAS, J., & MÉNDEZ MARENCO, A. La investigación sobre tecnología de la comunicación en América Latina: un análisis crítico de la literatura (2005-2015). Bogotá, v. 22, n. 1., p. 12-40, 2019.
- TREJO DELARBRE, R. *La nueva alfombra mágica. Usos y mitos de Internet, la red de redes*. Madrid / Ciudad de México: FUNDESCO / Editorial Diana, 1996.
- TREJO DELARBRE, R. La investigación latinoamericana sobre Internet. Brechas digitales y diversidad analítica. Madrid, n. 61, p. 1-8, 2009.
- TREJO DELARBRE, R. The Study of the Internet in Latin America: achievements, challenges, futures. En VALDIVIA A. (Ed.). *The International Encyclopedia of Media Studies*. NJ: Blackwell, 2013, p. 1-29.
- TREJO DELARBRE, R., & SOSA PLATA, G. Campo nuevo, problemas viejos. La investigación mexicana en materia de Sociedad de la Información, Internet, Cibercultura y Telecomunicaciones. En VEGA MONTIEL, A. *La comunicación en México. Una agenda de investigación*. Ciudad de México: UNAM / AMIC, 2009, p. 1-23.

### **Sobre la autora:**

*Dorismilda Flores-Márquez* – Profesora investigadora en la Facultad de Comunicación y Mercadotecnia de la Universidad De La Salle Bajío.

---

Data de submissão: 12/09/2020

Data de aceite: 26/10/2020

## **Pensando o Recolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina**

### **Thinking the Recolonial in Communication Studies: reflections from Latin America Afonso de Albuquerque**

*Afonso de Albuquerque*<sup>1</sup>

*Thaiane de Oliveira*<sup>2</sup>

**Resumo:** *A despeito do seu pioneirismo, a tradição de pensamento crítico latino-americano praticamente desapareceu do cenário da pesquisa internacional de referência, a partir da instauração de circuito anglófono, na década de 1990, centrado nos Estados Unidos. Este ensaio tem como objetivo discutir esse fenômeno no contexto de um processo mais amplo de recolonização, conduzido no âmbito da globalização neoliberal e do capitalismo acadêmico, com foco na pesquisa latino-americana nos estudos da Comunicação e nos circuitos de Comunicação Científica. Nesse contexto desfavorável, a América Latina soube preservar um circuito vigoroso de intercâmbio acadêmico, pautado no acesso aberto à produção intelectual. Sustenta-se que esse circuito pode servir de base para a construção de um espaço de circulação acadêmico global mais diversificado, alternativo ao atualmente existente.*

**Palavras-chave:** *Comunicação; América Latina; recolonização; globalização neoliberal; circuitos acadêmicos.*

**Abstract:** *Despite its pioneering spirit, the Latin American tradition of critical thinking has practically disappeared from the international research scene of reference, since the establishment of an English-speaking circuit in the 1990s,*

- 1 Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-2608-7605>. E-mail: [afonsoalbuquerque@id.uff.br](mailto:afonsoalbuquerque@id.uff.br)
- 2 Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-8588-3548>. E-mail: [thaianeoliveira@id.uff.br](mailto:thaianeoliveira@id.uff.br)

*centred in the United States. This issue discusses this phenomenon in the context of a broader process of recolonization, conducted within the scope of neoliberal globalization and academic capitalism, with a focus on Latin American research in the studies of Communication and in circuits of Science Communication. In this unfavorable context, Latin America was able to preserve a vigorous academic exchange circuit, based on open access to intellectual production. We sustain this circuit can serve as a basis for the construction of a more diversified global space of academic circulation, an alternative to the current one.*

**Keywords:** *Communication; Latin America; recolonization; neoliberal globalization; academic circuits.*

## Introdução

*“Vamos dar golpe em quem nós quisermos.  
Lide com isso!”*

A confissão descarada do magnata sul-africano radicado nos Estados Unidos, Elon Musk, de que ele participou da organização do golpe militar na Bolívia, que derrubou o presidente eleito Evo Morales e o substituiu por um regime mais amistoso aos seus próprios interesses, dá conta de um aspecto tão importante quanto negligenciado da situação política contemporânea: um processo de recolonização acelerada dos países periféricos, na esteira do processo de globalização neoliberal. Outro exemplo, ainda mais próximo, diz respeito ao papel que instituições dos Estados Unidos desempenharam na dinâmica da crise brasileira, que levou ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – que um número considerável de autores tem descrito como um golpe (ALBUQUERQUE, 2019; SANTOS, 2018) –, à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à ascensão de Jair Bolsonaro – cuja agenda política principal parece ser a de pôr o sistema econômico e político do país a serviço dos Estados Unidos.

Como a literatura acadêmica tem reagido a tais acontecimentos? De forma tímida, na melhor das hipóteses. Inúmeros apelos têm sido feitos acerca da necessidade de “desocidentalizar” a pesquisa da comunicação (WAISBORD; MELLADO, 2016; DEMETER, 2019; CURRAN; PARK, 2000), mas eles contribuem para entender os dilemas que se apresentam para os países da periferia do globalismo neoliberal? Este artigo explora o potencial de perspectivas latino-americanas para lidar com os dilemas que se apresentam no mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva que destaca os circuitos da produção e a distribuição do saber acadêmico. Em outras palavras, argumenta-se que no meio acadêmico não importa apenas o que é dito, mas por quem é dito, em que veículos a teoria circula e por quais instituições o conhecimento é legitimado enquanto academicamente relevante.

Desse ponto de vista, o artigo sustenta que: 1) uma sólida tradição de investigação sobre a Comunicação se constituiu na América Latina na segunda metade do século passado; 2) essa tradição antecedeu em décadas a pesquisa de outras partes do mundo (inclusive a Europa) sobre o tema, e se constituiu como um contraponto crítico aos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos; 3) a América Latina foi capaz de desenvolver uma sólida rede de eventos e publicações de acesso aberto; 4) a despeito desse pioneirismo, a produção latino-americana perdeu relevância no cenário global a partir da década de 1990. Argumentamos que tal perda de relevância não se deve primordialmente à natureza das pesquisas realizadas na região ou à sua qualidade, mas a partir da mudança dos critérios que passaram a definir o global a partir de um olhar fundamentalmente anglófono (e estadunidense em particular), com base na globalização do modelo de “capitalismo acadêmico”.

Esse modelo, pautado em *rankings* acadêmicos (de instituições educacionais, periódicos científicos), usualmente produzidos por instituições sediadas nos Estados Unidos, constrói as bases que permitem a modelos fortemente etnocêntricos reivindicarem um estatuto universal. Ora, essa é, justamente, a dinâmica da herança pós-colonial tal como identificada por autores como Mignolo (2007), por exemplo. Dito de outro modo, a própria estrutura da circulação de saber acadêmico pelo globo, estabelecida a partir do final do século passado, tem, em si mesma, consequências recoloniais. Iniciativas de recolonização explícitas, como as que descrevemos anteriormente, encontram no meio acadêmico um espaço de legitimação muito mais sutil, que passa pela legitimação de lugares e modos de dizer específicos à custa de outros.

Por outro lado, a ordem global unipolar, que serviu de base a esse modelo, experimenta hoje uma crise de grandes proporções. Nesse contexto, a experiência pioneira da América Latina pode servir como exemplo e inspiração, tanto no que se refere à sua tradição crítica (o chamado “pensamento comunicacional latino-americano”) quanto ao circuito de intercâmbio acadêmico que se constituiu na região, servindo de modelo para uma alternativa ao regime de monocultura acadêmica

que define o que é pesquisa “de qualidade” em termos globais. Este ensaio, portanto, tem como proposta discutir essas questões relacionadas ao circuito acadêmico, buscando trazer o pensamento comunicacional latino-americano e os circuitos alternativos de circulação aberta sobre o conhecimento científico como modelos que não apenas rompem com estruturas ocidentais, mas também antecedem as agendas de pesquisa internacionais.

### **O olhar latino-americano sobre a Comunicação**

A pesquisa em Comunicação tem uma tradição bem estabelecida nos países da América Latina, que se desenvolveu muito antes do que aconteceu na Europa, em contraponto àquela que se realizava nos Estados Unidos (HERSCOVITZ, 1995; TUFFE, 1996; BERGER, 1999). Porém, a dimensão da sua contribuição foi de algum modo perdida no cenário da pesquisa global contemporânea. Como e por que isso ocorreu? É em torno dessa questão que se estruturam a presente seção e a seguinte.

Diferentemente de outras, a Comunicação nasceu como disciplina distintamente estadunidense e permaneceu assim por décadas. Ela surgiu atrelada aos interesses dos setores militares, de inteligência e de relações exteriores daquele país e com forte patrocínio financeiro deles (GLANDER, 2000), em torno de uma agenda fundamentalmente prática, voltada para o estabelecimento de mecanismos de controle social. Isso impactou fortemente na configuração que a disciplina assumiu naquele país não somente no plano político, mas também nos planos teórico e metodológico, marcados por um viés empiricista de corte behaviorista e com uma perspectiva que valorizava o conhecimento aplicado. Peters (1986) identificou nas marcas do nascimento dos estudos de Comunicação nos Estados Unidos as razões da pobreza intelectual que os caracterizavam.

E o que a América Latina tem a ver com isso? Ocorre que perspectivas críticas e socialmente baseadas já vinham sendo desenvolvidas sistematicamente pelos pesquisadores da região. Instituições como o

CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina), criado em 1959 no Equador, sob os auspícios da UNESCO (Aragão, 2018), e a ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación) ajudaram a fomentar um intercâmbio intelectual entre os pesquisadores da região.

Tanto o desenvolvimento prematuro da pesquisa em Comunicação na região quanto a perspectiva crítica que a caracterizou se relacionam com um mesmo fator: a enorme influência que os Estados Unidos exerceram na cultura e nos meios de comunicação latino-americanos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Isso foi percebido por alguns setores das sociedades latino-americanas como um exemplo de imperialismo cultural (cf. BELTRAN, 1976). Essa influência tinha como eixo norteador a ideologia do desenvolvimentismo, que concebia o desenvolvimento como um modelo de via única, que implicaria o abandono dos laços tradicionais através de um roteiro que passaria pela liberalização econômica (isto é, uma sociedade de mercado), alfabetização, desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e democracia (LERNER, 1958). Alternativamente, os pesquisadores críticos latino-americanos percebiam os meios de comunicação de massa estadunidenses e a ideologia do desenvolvimentismo como elementos de opressão e alienação a serviço do imperialismo cultural.

Vários autores tiveram um papel decisivo no desenvolvimento da tradição do pensamento crítico latino-americano em Comunicação: Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, Eliseo Verón, Renato Ortiz, José Marques de Melo e Luis Ramiro Beltrán são alguns dos mais citados dentre eles. Neste texto, contudo, destacamos de modo especial um nome cuja importância no cenário global é inquestionável, mas que, por vezes, tem seu papel pouco destacado no tocante à sua contribuição para a perspectiva latino-americana sobre a comunicação: o educador brasileiro Paulo Freire (FERNÁNDEZ-ABALLÍ ALTAMIRANO, 2016; SUZINA; TUFTE, 2020). Sua pedagogia do oprimido, que valorizava a construção autônoma do aluno como sujeito da própria educação, apresenta como um dos fundamentos conceituais mais importantes a

ideia de que os meios de comunicação deveriam servir como modelos de promoção da diversidade cultural, consolidada no chamado Relatório MacBride da UNESCO, publicado em 1980.

Foi apenas na década de 1980 que pesquisas de natureza crítica, com foco em fenômenos sociais e culturais, ganharam relevância no cenário da pesquisa em Comunicação nos Estados Unidos. Ironicamente, o que poderia ser considerado como um sucesso do modelo de pesquisa desenvolvido pioneiramente na América Latina, marca um declínio da expressão global da pesquisa da região.

### **O declínio do olhar latino-americano na ordem anglófona global**

O lugar da pesquisa latino-americana no panorama global da Comunicação declinou consideravelmente a partir da década de 1990 (ENGHEL; BECERRA, 2018; GANTER; ORTEGA, 2019). Por que isso ocorreu? O declínio da América Latina no campo da Comunicação é inseparável de um fenômeno mais abrangente: a construção, a partir da década de 1990, de um circuito acadêmico anglófono, estruturado com base nos princípios do capitalismo acadêmico, economias baseadas em conhecimento e da construção de um sistema de *rankings* globais (MUGNAINI; DIGIAMPIETRI; MENA-CHALCO, 2014). Resumidamente, o capitalismo acadêmico diz respeito à organização do meio em torno de uma lógica de concorrência de mercado, nos termos da qual as instituições e os profissionais acadêmicos são avaliados em termos da sua eficiência econômica e competem por prestígio e recursos. Nessa lógica de competição, *rankings* acadêmicos assumem um papel fundamental. A questão, aqui é: quem define o que são produções de qualidade? Como ocorreu com outros campos, na esteira do processo de globalização neoliberal, esse papel foi em grande medida assumido por instituições sediadas nos Estados Unidos e, secundariamente, Reino Unido.

O poder que resulta dessa capacidade de qualificar o que constitui produção acadêmica “de qualidade” é ilustrado pelo sistema de

classificação de periódicos segundo seu índice de impacto (em termos de citações). A questão crucial, aqui, é: que periódicos têm seu impacto avaliado? Quais as suas características? Um estudo publicado recentemente traz pistas interessantes nesse sentido (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020). Entre os periódicos de Comunicação avaliados pelo *Journal of Citation Reports*, da Clarivate, em 2017, todos, à exceção de dois, são publicados em inglês e a maioria deles são publicados por apenas três editoras comerciais e têm acesso pago. Alguns desses periódicos têm foco geográfico demarcado, na Europa, Ásia, África e Oceania. A América Latina não é contemplada por um periódico da lista sequer. A composição do corpo editorial dessa amostra de periódicos também conta uma história interessante. De um total de 4.784 membros, nada menos do que 2.798 (58,5%) deles estão sediados em instituições dos Estados Unidos e 398 (8,3%) no Reino Unido. O chamado Ocidente tem nada menos do que 87,7% do total de membros do corpo editorial, enquanto países como China e Índia dispõem de 32 e 10 membros, respectivamente (em ambos os casos, menos de um por cento), e a América Latina e o Caribe, tomados em seu conjunto, contam com 50 (pouco mais de um por cento).

A invisibilidade sistêmica que essas regiões têm no cenário global fica mais bem destacada quando consideramos a representação que determinadas instituições acadêmicas lograram obter no sistema: a Universidade do Texas e a Universidade de Wisconsin têm, cada uma, 92 membros na lista, ou seja, quase o dobro dos membros de todas as instituições da América Latina e o Caribe somadas. No total, nove instituições acadêmicas estadunidenses dispõem de mais membros no sistema do que toda a região.

A América Latina desapareceu do sistema porque sua produção foi tornada invisível pelas regras do jogo. A chamada “internacionalização” da Comunicação assumiu o caráter de exportação global de modelos estadunidenses de pesquisa, de tal forma que a contribuição latino-americana foi simplesmente ignorada, riscada do mapa. Não é que a América Latina tenha deixado de produzir pesquisa significativa, ou que

a sua qualidade tenha diminuído; simplesmente a pesquisa da região foi excluída do circuito que passou a definir a qualidade em termos globais e considerada como de segunda classe.

Aqui chegamos ao cerne da relação entre as políticas acadêmicas globais instaladas nas últimas décadas e ao que denominamos como processo de recolonização. Tendo por objeto contextos históricos um tanto diferentes entre si, Said (1996), Chakrabarty (2000) e Mignolo (2007) observam que uma das dimensões mais importantes do processo de construção da superioridade do saber ocidental é o apagamento da contribuição histórica de outros povos ao conhecimento. O que diferencia o processo de que tratamos neste artigo daqueles descritos por esses autores são o seu *timing* e a natureza do processo de colonização que teve lugar em um caso e no outro. O processo colonizador de que tratamos aqui está associado à globalização neoliberal que teve lugar a partir do último quarto do século passado, capitaneada por uma aliança entre o governo dos Estados Unidos e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que resultou numa brutal diminuição da soberania nacional de países em diferentes regiões do mundo – forçadas a aderir a reformas neoliberais sob a ameaça de sanções – e com resultados particularmente rigorosos para a América Latina (BABB, 2013).

Nesse contexto, as instituições universitárias constituem uma peça central para a legitimação das novas relações de dominação. Elas o fazem de duas maneiras principais: 1) construindo laços de dependência acadêmica entre as sociedades periféricas e as centrais; 2) produzindo discursos que justifiquem a nova ordem e sirvam de base para políticas públicas, que ganham, assim, uma autoridade de saber global. As relações de dependência acadêmica foram cuidadosamente debatidas por autores como Alatas que, entre outros aspectos, enfatiza a dimensão da divisão global do trabalho acadêmico (2003). Para além disso, as redes de relacionamento que se constituem por intermédio das instituições acadêmicas dos países centrais desempenham um papel importante na

formação das elites das sociedades periféricas (DEZALAY; GARTH, 2002).

Essa estrutura não apenas tem uma estrutura colonial em si mesma, como produz efeitos recolonizantes em sua aplicação prática ao mundo concreto. Esse modelo de divisão de trabalho acadêmico exerceu um papel fundamental na reestruturação da ordem global em torno do receituário neoliberal, na medida em que instituições universitárias dos Estados Unidos assumiram um papel central no tocante ao debate econômico (FOURCADE; OLLION; ALGAN, 2015). Na medida em que o saber originado nessas instituições passou a pautar as ações de instituições globais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, ele acabou por assumir, pragmaticamente, um valor de verdade (BABB, 2013). Os acontecimentos recentes da América Latina, a que nos referimos na introdução do artigo, dão uma dimensão complementar do problema. Por exemplo: o golpe contra Evo Morales foi em parte legitimado com base em acusações de fraude eleitoral feitas pela OEA – que depois foram desmentidas –, e de resto Elon Musk, que patrocinou o golpe, o chamou pelo nome. Igualmente, a Operação Lava Jato, que colaborou decisivamente para a corrosão da ordem democrática brasileira, recebeu forte legitimação por parte de setores do meio acadêmico estadunidense, que a retrataram como um exemplo privilegiado do funcionamento virtuoso das instituições de *accountability* do universo jurídico e dos meios de comunicação (LAGUNES; SVEJNAR, 2020).

### **O Sul Global: descolonização do discurso/colonização dos circuitos?**

Após a queda do muro de Berlim, e conseqüentemente a brusca crise do socialismo no Leste Europeu e a abertura econômica na China, o mundo pós-anos 1990 vem experimentando a hegemonia do capitalismo como sistema econômico global predominante. Desde então, a divisão entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo passou a não fazer mais

sentido para a classificação mundial, visto que tal definição “não possuía mais consistência teórica ou operacional, uma vez que os países do Segundo Mundo (socialistas) estavam se convertendo em ‘Democracias de Mercado’” (VISENTINI, 2015, p. 7). Como alternativa ao rótulo pós-Guerra Fria de “Terceiro Mundo”, tais nações posteriormente foram chamadas de Sul Global, representando uma estratégia de despolitização sobre a própria classificação mundial, e um alinhamento discursivo sobre a globalização transnacional da década de 1990, que reforça a ideia de existência de uma divisão abissal (SANTOS, 2007) entre os colonizadores e os colonizados.

É nesse cenário que o conceito de Sul Global passa a ser desdobrado no circuito científico, inicialmente traçado a partir de distinções geográficas e econômicas que distinguem países do norte desenvolvidos e do sul como não desenvolvidos, e posteriormente tematizando a fronteira como um espaço de resistência às lógicas da modernidade, sem deixar de ser “um solo fértil para aqueles que desejam implementar mudanças organizacionais, ideológicas ou tecnológicas” (CHASE-DUNN; HALL, 2016, p. 16).

Neste contexto econômico de globalização pós-década de 1990, o Sul Global se tornou uma importante agenda econômica sob o cerco de programas neoliberais de ajuste estrutural do Banco Mundial (ANIEVAS; MATIN, 2016). Neste período uma agenda neoliberal globalizada foi imposta pelos Estados Unidos, conhecida como Consenso de Washington, que foi um conjunto de políticas econômicas impostas aos países devedores pelas instituições financeiras norte-americanas, que se expandiu por diversas esferas, inclusive educacional e científica (ALBUQUERQUE; LYCARIÃO, 2018). Esse projeto de dependência aos países centrais foi implementado através de instrumentos de políticas científicas de internacionalização passiva e pela importação de ideias, epistemologias, metodologias e tecnologias de países centrais, em um movimento no qual pesquisadores de países periféricos são incentivados a servir de mordomos aos países hegemônicos (BENNETT, 2014). Ou seja, trazem conceitos e teorias dos países centrais, traduzindo para

servir aos seus pares, invisibilizando e subtraindo epistemologias produzidas anteriormente em suas próprias comunidades locais, como se nunca tivessem existido.

Esse apagamento de epistemologias locais ou regionais faz parte das dinâmicas de manutenção de poder dos países centrais sobre o “resto do mundo”, através do controle comercial dos circuitos de publicação e de definições de agendas dominantes na circulação do conhecimento. Uma busca sobre pesquisas sobre o Sul Global na plataforma Dimensions – plataforma de busca sobre publicações, *datasets*, fomentos, patentes e testes clínicos – nos aponta importantes informações para entendermos essas agendas de pesquisa que se consolidam sobre o tema. Entre os principais financiadores de pesquisa sobre o Sul Global estão instituições internacionais como União Europeia e o Conselho de pesquisa econômica e social da Inglaterra, e fundações financeiras como Fundação Ford, Welcome Trust e Fundação Bill e Melinda Gates. Palavras como pobreza, subdesenvolvimento, atraso, deficiência, insegurança e vulnerabilidade figuram entre propostas de capacitação, emancipação e urgente ajuda que o Norte precisa dar ao Sul (GRANT, 2015; MATTHEWS, ONYEMAOBI, 2020), sem considerar a própria responsabilidade que os países centrais têm nas desigualdades globais.

Esta relação do poder econômico e da manutenção de poder dos países centrais sobre os países não ocidentais também tem sido observada no campo da Comunicação. Copean e Dingo (2018) observam o quanto a agenda dirigida à raça tem se desdobrado como uma forma de manutenção do próprio poder. As autoras fazem um apelo para que estudiosos brancos e ocidentais estejam atentos à política de capitalizar sobre as lutas e dominação de grupos não brancos e/ou exotizados do “Sul Global” que estão sendo usados como estudos de caso “interessantes” que não mudam substancialmente a estrutura dominante ou ainda a retórica erudita de decolonização, que pode inadvertidamente servir para sustentar as práticas racistas do campo. Na mesma linha, Mukherjee (2020) aponta que tais estudos são reificados a partir de “vestimentas étnicas” estabelecidas pelos próprios países centrais, que definem o que

os não ocidentais devem vestir: “quanto mais exóticas e aventureiras são as práticas em estudo, mais entusiasta será sua recepção dentro do meio acadêmico”.

Esta forma de dominação sobre o conhecimento, chamada de imperialismo acadêmico, foi imposta como um processo civilizatório, colocado como uma etapa necessária no progresso humano (ALATAS, 2000). No atual modelo de globalização neoliberal do circuito científico, a configuração do imperialismo ganha outros contornos e seu papel recolonizador fica mais indireto (ALATAS, 2003). O controle dos fluxos informacionais da comunicação científica permanece sob o domínio de países centrais e grandes oligopólios tecnológicos e do mercado editorial científico (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015), baseando-se em leis internacionais de *copyright* e em um sistema de prestígio sobre a circulação do conhecimento (OLIVEIRA, 2019). Essa recolonização da ciência é marcada, portanto, pelo domínio dos espaços de circulação da ciência, que vem sendo desafiado por diversas iniciativas, entre elas, na produção de epistemologias, infraestruturas e políticas do Sul.

### **A resiliência do circuito latino-americano e sua contribuição para um estudo multipolar da Comunicação**

Apesar da existência de circuitos altamente lucrativos que se consolidam em torno da comercialização da produção científica global e tangenciam a representatividade de países periféricos e não ocidentais nesses espaços de prestígio científico, a América Latina historicamente constituiu modelos alternativos de circulação do conhecimento científico. Como um exemplo e um modelo a ser seguido pelo “resto do mundo”, a América Latina é considerada uma das regiões mais progressistas não apenas por seu pensamento crítico que marca a contribuição epistemológica latino-americana. Esta vanguarda latino-americana se apresenta também no desenvolvimento de políticas e infraestruturas para um acesso aberto

configurado em modelos sustentáveis baseados na colaboração, cooperação e atuação institucional e estatal que se tornaram uma alternativa às lógicas de mercado neoliberal sobre o conhecimento científico.

Antes mesmo de ser uma agenda para o resto do mundo, como o cOAlition S, o Acesso Aberto tem sido desenvolvido na região desde a década de 1990, como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), lançado em 1997, além de documentos como “*Declaración de San José hacia la Biblioteca Virtual en Salud*”, de 1998, por exemplo. Ou seja, antes mesmo da Declaração de Budapeste, publicada em 2002, que é considerada um marco global em prol do acesso aberto, a América Latina já se constituía como modelo de iniciativas para um acesso livre e igualitário da ciência. Além da SciELO e da Declaración de San José, outras iniciativas e documentos políticos foram fundamentais para a definição de um modelo alternativo de circulação do conhecimento na região. Entre eles, podemos citar a “Declaração de Havana para o acesso equitativo à informação sanitária”, na qual é destacada a responsabilidade do Estado no acesso à informação científica como um bem público global, ressaltando a importância de políticas nacionais e internacionais para garantir a ampla circulação e o acesso à ciência (COSTA; LEITE, 2016).

Outra instituição que marca os esforços da América Latina em construir redes, infraestruturas e políticas de acesso aberto é a Latindex, criada em 1997, que tem como elemento central a criação de um sistema de caráter regional e cooperativo, distribuído em diferentes países latino-americanos, consolidada a partir de uma compreensão de compartilhamento do trabalho e da aproximação entre fontes que geram, fornecem e distribuem dados sobre as revistas. Outra instituição que tem marcado a atuação latino-americana pelo acesso aberto é a Redalyc, uma base de dados bibliográficos e uma biblioteca digital de revistas de acesso aberto, também desenvolvida pela Universidade Autónoma do Estado do México. Criada com o propósito de dar visibilidade às revistas ibero-americanas, em 2015, passou a prover também um sistema de informação que avalia a qualidade científica e editorial do conhecimento

na região, produzindo indicadores bibliométricos sobre o impacto dos periódicos, autores e países incluídos na revista eletrônica da biblioteca, para além de indicadores de empresas comerciais como Clarivate e Scopus, que fornecem o Fator de Impacto e CiteScore, respectivamente. Atualmente, a Redalyc é considerada um importante repositório de conhecimento, com mais de mil periódicos distribuídos por toda a América Latina.

Outra iniciativa de destaque é a AmeliCA, criada em 2018, uma infraestrutura de comunicação para publicação científica e ciência aberta, sustentada de forma cooperativa com foco no modelo editorial sem fins lucrativos para preservar a natureza acadêmica e aberta da comunicação científica (BECERRIL-GARCÍA et al., 2018). Surgiu em um contexto regional em que plataformas, conselhos nacionais de ciência, instituições acadêmicas e parte da comunidade acadêmica desvalorizam a publicação local, alinhando-se com as estratégias dos editores comerciais. No contexto internacional, tem se apresentado como uma alternativa à plataforma da ciência (MIROWSKI, 2018; OLIVEIRA, SOBREIRA, 2020), por meio de sua penetração de infraestruturas e processos econômicos das plataformas digitais nas práticas científicas para atender demandas em torno de valores de eficiência, visibilidade e produtividade travestidos pelo discurso de transparência e aceleração pela abertura da ciência. Neste sentido, a AmeliCA é um modelo editorial sem fins lucrativos para preservar a natureza acadêmica e aberta da comunicação científica como “esforço, nascido no Sul e para o Sul, [que] está aberto a todas as revistas do mundo que trabalham por um ecossistema de comunicação científica inclusivo, igualitário e sustentável”<sup>3</sup>.

Apesar de ser um assunto que já vinha sendo desdobrado em nível mundial, apenas recentemente passou a ter mais visibilidade com a publicação do Plano S da União Europeia, que reforça a visão já muito desenvolvida de que a informação científica é um bem público e que o acesso aberto é o caminho para permitir essa ampla circulação da ciência. No Plano S, políticas institucionais foram definidas para

3 Disponível em: <http://amelica.org/index.php/pt/sobre-a-amelica/>.

prover subsídios para a publicação em acesso aberto, entre elas o pagamento de taxas de processamento de artigos (Article Process Charges), fortalecendo um mercado cada vez mais crescente de monetização do conhecimento científico aberto. Enquanto a Europa e os Estados Unidos passaram a reconhecer o acesso aberto como uma modalidade inclusive lucrativa para seus negócios, que vinham sofrendo baixas de acesso cada vez maiores e diversas críticas da comunidade acadêmica (JHA, 2012), a América Latina não apenas já vinha discutindo o tema há décadas, como integrou em políticas nacionais em diversos países e desenvolveu infraestruturas próprias e em rede para aumentar o impacto e a visibilidade da produção científica.

A comunicação científica na América Latina se consolidou por meio de circuitos transnacionais e regionais próprios, além dos circuitos de prestígio hegemônico, supostamente considerados neutros (BEIGEL, 2016). Além de iniciativas de vanguarda de extrema importância para a América Latina, partem do princípio de que o conhecimento é uma ferramenta que deve servir para além dos circuitos tradicionais de publicação científica. É a partir desta compreensão que noções de ciência aberta, acesso aberto, compartilhamento e compromisso público são entendidos como elementos-chave para a ciência na América Latina (VESSURI et al., 2014) e a chave de contribuição da região para o “resto do mundo”.

Como lembra Santiago Castro-Gómez (2012), decolonizar a universidade latino-americana significa introduzir o pensamento decolonial por meio da incorporação da transdisciplinaridade e do pensamento complexo, que permite um intercâmbio cognitivo entre a ciência ocidental e outras formas de produção de conhecimento. A decolonização do ensino superior, portanto, não é uma “reversão do momento colonial pelo pós-colonial” (COLAÇO; DAMÁSIO, 2012), mas sim uma posição de luta contínua por uma universidade mais aberta, plural e participativa. E essa tem sido a maior contribuição epistemológica da América Latina, desde os estudos críticos da comunicação na região ao desenvolvimento de políticas e infraestruturas de ciência aberta.

## Considerações finais

A tradição latino-americana de pesquisa em Comunicação tem raízes sólidas e sua importância histórica não pode ser subestimada. Não somente a América Latina foi a primeira região fora dos Estados Unidos a conduzir pesquisas sistemáticas no campo, como ela desenvolveu um olhar próprio, focado em uma perspectiva crítica, que destacava a dimensão sociocultural do fenômeno comunicativo, à diferença das pesquisas estadunidenses. Apesar disso, mais recentemente, a pesquisa em Comunicação desapareceu do cenário da pesquisa de referência internacional. Isso não aconteceu porque as pesquisas deixaram de existir, ou porque elas tenham se tornado irrelevantes. O que mudou foram os critérios que definem a pesquisa de referência internacional

No rescaldo do processo de globalização neoliberal, liderado pelos Estados Unidos, um novo sistema de referência emergiu, com um viés institucional francamente favorável àquele país, e, em segundo lugar, ao Ocidente. Essas circunstâncias permitiram que pesquisadores baseados em instituições estadunidenses tivessem um peso desproporcional na sua capacidade de definir a agenda e os termos da pesquisa em Comunicação e, desse modo, instituir as bases de um imperialismo acadêmico, aprofundando a dependência dos países periféricos em relação aos Estados Unidos e a outros países ocidentais. Ainda mais importante, a capacidade de definir a agenda de pesquisa se converte em um ativo político estratégico, na medida em que permite dar valor de verdade cientificamente validada a perspectivas originadas em certas sociedades e não em outras e, com base nelas, justificar ações concretas, tomadas em nível internacional como inaceitáveis ou desejáveis. Numa época em que atores sediados nos Estados Unidos servem de base para iniciativas de intervenção nos processos políticos de países latino-americanos, ilustradas pelos casos brasileiro e boliviano, os riscos associados a essa situação de assimetria estrutural no plano acadêmico se tornam bastante evidentes.

Existe um último ponto a se destacar, contudo. Tão grande quanto seja, no presente, a assimetria do sistema acadêmico em favor dos

Estados Unidos e do Ocidente começa a dar sinal de esgotamento. A ordem unipolar que serviu de fundamento material ao modelo acadêmico assimétrico tem sido desafiada por potências emergentes, como China e Rússia, por exemplo, e pressões por um ambiente acadêmico mais plural se tornam cada vez mais comuns. É razoável supor, assim, que um novo sistema acadêmico global venha a substituir o atual. Mas em que termos esse sistema deverá se estruturar? Aqui, de novo, a América Latina tem importantes lições a oferecer. “Apagada” do cenário da pesquisa pelo circuito anglófono que tem dominado o cenário da pesquisa global desde o final do século passado, a pesquisa latino-americana resistiu e construiu um rico circuito de comunicação científica, baseado em uma lógica de acesso aberto aos seus produtos, em oposição ao modelo comercial predominante no universo anglófono.

## Referências

- ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- ALATAS, S. H. Intellectual Imperialism: Definition, Traits, and Problems. *Asian Journal of Social Science*, v. 28, n. 1, 2000, p. 23-45, 2003.
- ALBUQUERQUE, A. Protecting Democracy or Conspiring Against It? Media and Politics in Latin America: A Glimpse from Brazil. *Journalism*, v. 20, n. 7, p. 906-923, 2019.
- ALBUQUERQUE, A.; LYCARIÃO, D. Winds of change? BRICS as a perspective in international media research. *International Journal of Communication*, v. 12, p. 20, 2018.
- ALBUQUERQUE, A.; OLIVEIRA, T. M.; SANTOS J., M. A.; ALBUQUERQUE, S. O. F. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate’s JCR System. *Communication, Culture & Critique*, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020.
- ANIEVAS, A.; MATIN, K. (Ed.). *Historical sociology and world history: uneven and combined development over the longue durée*. London: Rowman & Littlefield, 2016.
- ARAGÃO, I. P. Primeira década do Ciespal: fundação e indicações de investigação. In FERREIRA, G. M.; PERUZZO, C. *Comunicação na América Latina: da metapesquisa aos estudos midiáticos*. São Paulo: Intercom, p. 147-174, 2018.
- BABB, S. The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory, and likely successor. *Review of International Political Economy*, v. 20 n. 2, p. 268-297, 2013.
- BECERRIL GARCÍA, A. *et al.* AmeliCA: Una estructura sostenible e impulsada por la comunidad para el Conocimiento Abierto en América Latina y el Sur Global, 2018.

BEIGEL, F. Científicos periféricos, entre Ariel y Calibán. Saberes institucionales y circuitos de consagración en Argentina: las publicaciones de los investigadores del CO-NICET. *Dados*, v. 60, n. 3, p. 825-865, 2017.

BELTRAN, L. R. Alien promises, objects, and methods in Latin American communication research. *Communication Research*, v. 3 n. 2, p. 107-134, 1976.

BENNETT, K. The 'Butler' Syndrome: Academic Culture on the Semiperiphery. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, v. 69, p. 155-71, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, S.; MARTIN, D. A. The Social Sciences, Epistemic Violence, and the Problem of the "Invention of the Other". *Nepantla: views from South*, v. 3, n. 2, p. 269-285, 2002.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

CHASE-DUNN, C.; HALL, T. D. The historical evolution of world-systems. In: PREYER, Gerhard. *Strukturelle Evolution und das Weltsystem*. Wiesbaden: Springer VS, 2016. p. 281-298.

COLAÇO, T. L.; DAMÁZIO, E. S. P. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial – Volume IV*. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

COLPEAN, M.; DINGO, R. Beyond drive-by race scholarship: the importance of engaging geopolitical contexts. *Communication and Critical/Cultural Studies*, v. 15, n. 4, p. 306-311, 2018.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. Open access in the world and Latin America: A review since the Budapest Open Access Initiative. *TransInformação*, v. 28, n. 1, p. 33-46, 2016.

CURRAN, J., PARK, M. J. (Eds.). *De-Westernizing Media Studies*. London: Routledge, 2000.

DEMETER. The winner takes it all: International inequality in communication and media studies today. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 96, n. 1, p. 37-59, 2019.

DEZALAY, Y.; GARTH B. G. *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2002.

ENGHEL, F.; BECERRA, M. Here and there: (re)situating Latin America in international communication theory. *Communication Theory*, v. 28, n. 2, p. 111-130, 2018.

FERNÁNDEZ-ABALLÍ ALTAMIRANO, A. Where is Paulo Freire? *The International Communication Gazette*, v. 78, n. 7, p. 677-683, 2016.

FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAN, Y. The superiority of the economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 1, n. 29 p. 89-114, 2015.

GANTER, S. A.; ORTEGA, F. The Invisibility of Latin American Scholarship in European Media and Communication Studies: Challenges and Opportunities of De-Westernization and Academic Cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, v. 13, p. 68-91, 2019.

- GRANT, J. Live Aid/8: perpetuating the superiority myth. *Critical Arts*, v. 29, n. 3, p. 310-326, 2015.
- HERSCOVITZ, H. A pesquisa em comunicação na América Latina: desafios nos anos 90. *Comunicação & Sociedade*, n. 23, p. 111-128, 1995.
- JHA, A. Academic spring: how an angry maths blog sparked a scientific revolution. *The Guardian*, v. 9, p. 37, 2012.
- LAGUNES, P. F.; SVEJNAR, J. (Eds.). *Corruption and the Lava Jato Scandal in Latin America*. New York: Routledge, 2020.
- LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PloS one*, v. 10, n. 6, p. e0127502, 2015.
- LERNER, D. *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. New York: Free Press, 1958.
- MATTHEWS, J.; ONYEMAOBI, K. Precarious Professionalism: Journalism and the Fragility of Professional Practice in the Global South. *Journalism Studies*, v. 21, n. 13, p. 1836-1851, 2020.
- MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- MIROWSKI, P. The future(s) of open science. *Social studies of science*, v. 48, n. 2, p. 171-203, 2018.
- MUGNAINI, R.; DIGIAMPIETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. P. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): indexação, crescimento, fluxo e dispersão. *Transinformação*, v. 26, n. 3, p. 239-252, 2014.
- MUKHERJEE, R. Of Experts and Tokens: Mapping a Critical Race Archaeology of Communication. *Communication, Culture and Critique*, v. 13, n. 2, 2020.
- OLIVEIRA, T. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, p. 191-215, 2019.
- OLIVEIRA, T.; SOBREIRA, R. Transformações, disputas e circuitos de inovação nas publicações científicas frente à ciência aberta. In: MIRANDA, A.; DAMASIO, E.; FIRME, S. M. (Org.). *Ciência Aberta: visão e contribuição a partir dos Periódicos Científicos*. Rio Grande do Sul, RS: Ed. da FURG, 2020.
- PETERS, J. D. Institutional sources of intellectual poverty in communication research. *Communication Research*, v. 13, n. 4, p. 527-559, 1986.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, B. S. Beyond abyssal thinking: From global lines to ecologies of knowledges. *Binghamton University Review*, v. 30, n. 1, p. 45-89, 2007.
- SANTOS, W. G. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SUZINA, A. C.; TUFTE, T. Freire's vision of development and social change: Past experiences, present challenges and perspectives for the future. *The International Communication Gazette*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1748048520943692>

TUFTE, T. Estudos de mídia na América Latina. *Comunicação & Sociedade*, n. 25, 1996.

VESSURI, H. *et al.* Excellence or Quality? Impact of the Current Competition Regime on Science and Scientific Publishing in Latin America and Its Implications for Development. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 647-65, 2014.

VISENTINI, P. F. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015.

WAISBORD, S.; MELLADO, C. De-westernizing communication studies: A reassessment. *Communication Theory*, v. 24, n. 4, p. 361-372, 2014.

### **Sobre os autores**

*Afonso de Albuquerque* – Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. No presente artigo, o autor colaborou em todas as etapas do processo de confecção do artigo, incluindo o desenho da pesquisa, desenvolvimento da discussão teórica, redação do manuscrito e revisão do texto.

*Thaiane de Oliveira* – Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e da graduação em Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação (CiteLab). Coordenadora do Fórum de Editores e Comunicação Científica da UFF. No presente artigo, a autora colaborou em todas as etapas do processo de confecção do artigo, incluindo o desenho da pesquisa, desenvolvimento da discussão teórica, redação do manuscrito e revisão do texto.

---

Data de submissão: 10/09/2020

Data de aceite: 25/11/2020

## **Fundação Rádio Escola para o Desenvolvimento Rural (FREDER): um caso de (des)ocidentalização educativa em território Mapuche Williche<sup>1</sup>**

## **Fundación radio escuela para el desarrollo rural (FREDER): un caso de desoccidentalización educomunicativa en territorio mapuche williche**

*Martin Quintana Elgueta<sup>2</sup>*

*Cristian Tejada Gómez<sup>3</sup>*

*Fernando Carias Perez<sup>4</sup>*

**Resumo:** *A Fundación Radio Escuela para el Desarrollo Rural – FREDER é uma instituição ligada aos padres capuchinhos holandeses, chegados à cidade de Osorno, Chile, em meados da década de 1960. Desde 1968, a FREDER vem intervindo com programas educomunicativos para o desenvolvimento em comunidades Mapuche Williche. Este artigo tem como objetivo principal identificar elementos diferenciadores de referida experiência, que singularizem sua perspectiva sobre as comunicações e o desenvolvimento. A ideia de diferença se contempla desde uma perspectiva deleuziana. A partir da análise interpretativa de documentos e entrevistas, se propõem duas diferenças que podem ser úteis como estratégia de (des)ocidentalização das comunicações: 1) Compromisso político educativo como tática legitimadora local; e 2) Transição do negacionismo para a valorização da multiplicidade cultural indígena.*

- 1 Este trabajo fue posible gracias a la Dirección de Investigación de la Universidad de Los Lagos a través del proyecto R08/16. Contribuye igualmente al proyecto Fondecyt N°11190552
- 2 Universidad de Los Lagos (ULARGO). Osorno, Chile.  
<https://0000-0003-0617-1321> E-mail: [m.quintana@ulagos.cl](mailto:m.quintana@ulagos.cl)
- 3 Universidad de Los Lagos (ULARGO). Osorno, Chile.  
<https://0000-0003-4624-3043> E-mail: [cristian.tejada@ulagos.cl](mailto:cristian.tejada@ulagos.cl)
- 4 Universidad de Los Lagos (ULARGO). Osorno, Chile.  
<https://orcid.org/0000-0002-6955-6125> E-mail: [fernando.carias@ulagos.cl](mailto:fernando.carias@ulagos.cl)

**Palavras-Chave:** *Diferença; educomunicação; rádio escola; Mapuche Williche; FREDER.*

**Resumen:** *La Fundación radio escuela para el desarrollo rural – FREDER es una institución ligada a los curas capuchinos holandeses llegados a la ciudad de Osorno, Chile, a mediados de la década del 60; desde 1968 intervino con programas educucomunicativos para el desarrollo en comunidades mapuche williche. Este artículo tiene como objetivo principal identificar elementos diferenciadores de dicha experiencia, que singularice su perspectiva sobre las comunicaciones y el desarrollo; la idea de diferencia se contempla desde una perspectiva deluzeeana. A partir del análisis interpretativo de documentos y entrevistas se proponen dos diferencias que pudiesen ser útiles como estrategia de desoccidentalización de las comunicaciones: 1) Compromiso político educucomunicativo como táctica legitimadora local; y 2) Transición del negacionismo a la valoración de la multiplicidad cultural indígena.*

**Palabras clave:** *Diferencia; educomunicación; radio escuela; Mapuche Williche; FREDER.*

## Introducción

La experiencia educomunicativa en territorio mapuche williche es prácticamente desconocida. Al revisar bases de datos académicas no hay referencia a Fundación radio escuela para el desarrollo rural (en adelante FREDER). Los estudios relacionados al mundo mapuche williche se inscriben en la sociología, lingüística, antropología y literatura, operando como estudios del otro o sobre su producción. Esta ausencia es un ejemplo de olvido, de invisibilización académica en que se replican hegemonías temáticas y territoriales. A fin de cuentas ¿qué importancia académica global tiene un caso específico de educación a través de la radio, situado en territorio indígena? Sostenemos que la experiencia situada es el campo fértil donde emerge la multiplicidad, y en ese contexto, este trabajo aspira a iniciar el pago de una deuda.

El presente trabajo, tiene un doble objetivo: por un lado visibilizar la experiencia de FREDER como un hito educomunicativo, reconociendo también sus tensiones y matices; e identificar diferencias que discutan el rol reproductor de dinámicas más o menos similares en su contemporaneidad, de modo tal de relevar su singularidad; ello, pues cada experiencia es singular, y en la multiplicidad de dichas singularidades será posible comprender el devenir de la historia en los campos de las comunicaciones y de la educación rural. En términos de organización, proponemos primero una contextualización general de la instalación de FREDER en el territorio; luego exponemos someramente tres anclajes teóricos que resultan vitales para producir una lectura provocadora de la experiencia de FREDER: la idea de diferencia en Deleuze, para luego avanzar en el concepto de educomunicación, desde una perspectiva crítica al desarrollo. A continuación exponemos una breve acotación metodológica, en la que definimos el trabajo como un estudio de caso cuya unidad de análisis es FREDER durante el período comprendido entre 1968 y la década de los años 80; la recogida de datos consideró tanto entrevistas como revisión documental; el análisis de la información se hizo de acuerdo a un levantamiento categorial anclado en el análisis de contenido y crítico del discurso. Finalmente concluimos con

dos diferencias que singularizan el trabajo de FREDER: 1) Compromiso político educomunicativo como táctica legitimadora local; y 2) Transición del negacionismo a la valoración de la multiplicidad cultural indígena.

### **FREDER: su llegada a un territorio de historia convulsa**

FREDER es una organización ligada al obispado católico de la ciudad de Osorno en la región de Los Lagos, al sur de Chile. Fue creada por la orden capuchina a través de una misión de curas holandeses que arribaron al territorio con posterioridad al terremoto de 1960. Su llegada fue gestión de Francisco Valdés Subercaseaux, primer obispo de Osorno, también capuchino, que recurre a su propia orden para aumentar el contingente pastoral en la zona. A los recién llegados se les asigna un territorio que bordea por el oeste toda la provincia de Osorno, zona habitada principalmente por comunidades indígenas mapuche williche<sup>5</sup> y que se conoce ancestralmente como Fütawillimapu<sup>6</sup>. Para los holandeses, la principal imagen del lugar fue la de una ‘mancha negra’ (ÁLVAREZ et.al., 1988). Hoy, esta zona comprende las comunas de San Pablo, San Juan de la Costa, Río Negro y Purranque; en este trabajo la denominaremos simplemente La Costa<sup>7</sup>.

La situación de pobreza del territorio era consecuencia de una larga historia de tensión política y abuso colonial: primero desde la corona española, y luego desde el propio Estado de Chile. Como hemos señalado en un trabajo anterior (QUINTANA & PÉREZ, 2017), tras la fundación de Osorno (1558), la ciudad fue destruida (1603-1604) en el marco de la rebelión de 1598. Fue hasta 1793 en que se refundaría, con posterioridad a la firma del Tratado de las Canoas<sup>8</sup> entre el gobernador y los

5 El pueblo mapuche williche si bien pertenece al pueblo mapuche (uno de los pueblos originarios que habita la zona sur de Chile y Argentina), tienen especificidades culturales e históricas, que no son posibles de abordar en este trabajo.

6 Traducido al español como Grandes Tierras del Sur

7 Es recurrente en las entrevistas el uso de esta denominación; nos parece que debe ser la que utilizemos.

8 Para profundizar en el derrotero político y militar de la época se sugiere ver: Alcamán (1997)

principales Lonko<sup>9</sup> del territorio. Ahí se garantizó mínimas condiciones de vida a las comunidades y su reconocimiento como nación. Tras la independencia de Chile, regresaría la violencia y el abuso desde el Estado. La radicación indígena de 1866 y las acciones de Propiedad Austral de 1935, condenaron a las comunidades a un desplazamiento forzado a las peores tierras de la región. Durante el siglo XX esto significará un proceso de aculturación que, a través de la desposesión territorial, obliga a un doble movimiento: la campesinización del mapuche y su proletarianización (SAAVEDRA, 2002). Durante la década de los años 60 la reforma agraria (1962-1973), aunque distribuyó tierras, lo hizo de manera insuficiente; por otra parte, la contrarreforma neoliberal (desde 1973 en adelante) revirtió la entrega de tierras y promovió la industria forestal extractivista, ecológicamente perjudicial y socialmente disruptiva, que arrincona a las comunidades en tierras cada vez de peor calidad y con una permanente y sostenida disminución del agua” (QUINTANA & PÉREZ, 2017, p. 181).

Dos cuestiones facilitaron la instalación de los holandeses en La Costa: comunidades habitadas a la presencia de misioneros católicos de origen europeo, ya que desde al menos 1802, allí se instalaron sucesivas misiones: franciscanos alemanes, jesuitas alemanes e italianos y finalmente los capuchinos holandeses. Además, esta orden religiosa ya disponía de experiencia misio-colonial<sup>10</sup> pues, habían estado en Indonesia por años, antes de ser expulsados tras la independencia de ese país (DE VET, 2016); y cuando la orden llega a Chile a mediados del siglo XIX, lo hace justamente para apoyar los procesos de colonización específicamente en territorio indígena (CAPUCHINOS CHILE, s. f.).

FREDER impulsó desde su creación programas educomunicativos: alfabetización, desarrollo productivo, formación sanitaria, participación social; fueron financiados y reconocidos tanto nacional como

9 La traducción directa de esta palabra al español es cabeza. Aquí hace referencia a la autoridad política de una comunidad mapuche.

10 Puede ser redundante esta cláusula, pero resulta pertinente la dualidad pues no toda empresa colonial es a la vez misional. Para profundizar en tipos de colonialismos se sugiere ver Osterhammel & Jansen (2019)

internacionalmente. Hacia fines de los años 80, sostenían aproximadamente 120 trabajadores. Su decadencia acelerada hacia los años 90, no ha impedido su vigencia en tanto medio de comunicación y su prestigio como institución relevante del territorio. Hoy, sin embargo, sólo permanece activa su Radio La Voz de la Costa y el Festival del Cantar Campesino que el año 2020 celebró su versión número 52.

En un material audiovisual producido por FREDER al cumplir 21 años de trabajo (1988), uno de sus fundadores, el Padre Auxencio, señalaba:

Al principio, cuando llegamos nosotros, nos dimos cuenta que era necesario de influir en la mentalidad de la gente. No solamente con nuestra palabra, que hablábamos en los templos, sino también llegar a la gente en sus casas. Y por eso fundamos una revista «La Voz de la Costa». Pero muy luego nos dimos cuenta que muchas personas no sabían leer y muchos no tenían tampoco el hábito de leer. Y por eso, surgió lentamente la idea de instalar una radio para poder llegar por la voz a cada uno en su hogar [...] Éste fue, digamos, el nacimiento de la idea de La Voz de la Costa... (ÁLVAREZ et al., 1988).

¿Qué implicaba influir en dichas mentalidades? ¿Cuál era el derrotero que imaginaban los capuchinos para esas comunidades? En este artículo se exploran elementos distintivos de esa experiencia, que permitan singularizar su accionar. Este ejercicio diferenciador puede facilitar el dimensionamiento de dicho trabajo y aportar a la discusión sobre la embrionaria desoccidentalización de las comunicaciones y la educación rural, en territorios que aunque siempre fueran diversos, recién hoy se valoran y reconocen en su multiplicidad.

### **Lo singular a partir de tres conceptos teóricos**

Hay tres conceptos que concurren en este trabajo como ordenadores del andamiaje teórico que nos permita mirar la experiencia de FREDER desde una singularidad que tendió a la desoccidentalización.

*1.- Diferencia:* Hemos optado por subrayar las diferencias en el accionar de FREDER más que la representación de su idea de desarrollo.

No buscamos contrastar el trabajo de FREDER con alguna otra cosa. Se trata de observar, siguiendo a Deleuze (2002), las diferencias despojadas de negatividad y liberadas de una idea de repetición de lo mismo. Como señala Martínez (2017, p. 19) “...que no sea la representación la que explique lo social, como lo pretende Durkheim, sino la diferencia la que explique la representación”. Una manera de pensar la diferencia liberada de su negatividad, de su antítesis, de su otro, es hacer el foco en las superficies, en lo visible de la experiencia. Deleuze (2005), en su segunda serie de paradojas recuerda el giro estoico respecto del acontecer platónico. No es la idea, la sustancia donde reside la profundidad; es justamente en la superficie, en el acontecer, donde surgen sustancias múltiples; no hay así una sustancia, las hay varias y en ellas, en su conjunto, radica la posibilidad del sentido, tanto como la del sinsentido, simultáneamente. La profundidad oculta, entierra, esconde. Develar entonces lo oculto, no pasa por entrar en el escondite, sino que buscar en la superficie, las fisuras.

2.- *Educomunicación*: La inquietud por este concepto surge hace varias décadas, constituyéndose en un campo de estudios diverso, amplio y a veces contrastante. Su historia se remonta a la construcción de un campo de conocimiento basado en la realidad social latinoamericana. Su epistemología viene construyéndose a partir de la producción académica de la línea de investigación en Comunicación y Educación en la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA / USP), así como de disertaciones y tesis doctorales desarrolladas y defendidas en centros de posgrado a nivel mundial (SOARES, 2014, p. 14), además de otras organizaciones sociales que asumieron la interfaz como base teórica y práctica. De todos modos, como señala Barbas (2012), hay al menos dos tradiciones en pugna: una anglosajona más funcionalista y otra fuertemente arraigada en América Latina orientada a la dialogicidad y la crítica, corriente influida principalmente por Paulo Freire. (APARICI & et.al., 2010; BARBAS, 2012). Una de las primeras producciones teóricas sobre educomunicación y que atañen al mundo rural, fue el trabajo ‘Extensión o comunicación’ del mismo Freire (2004). Lo

que interesa para este artículo es insistir en la clara diferencia que se hace allí, entre la labor de “extensión” y de “comunicación”; las diferencias apuntan a que la extensión se ocupa en transferir tecnologías hacia el campesinado (como en la lógica de la pedagogía bancaria), mientras una perspectiva con foco en la comunicación, propende al diálogo emancipatorio (CITELLI, 2010; ASSUMPÇÃO, 2009; FREIRE, 2004; KAPLÚN, 1987). Para Soares, (2011), la práctica educomunicativa nace relacionada con movimientos populares de educación y comunicación, que buscaban construir una perspectiva dialógica en sus acciones. En este aspecto, el diálogo representó la posibilidad de construir una comunicación más humana y menos instrumental.

3.- *Crítica al desarrollo*: El supuesto de base en las teorías críticas al desarrollo es que, tras dicho concepto, opera una ideología homogenizadora; es decir intenta alinear a las comunidades ‘no desarrolladas’ a las directrices de Estados Unidos y Europa principalmente. Interesa entonces, una aproximación que ligue tanto las políticas occidentalizadoras sobre el desarrollo, con prácticas educomunicativas que las singularicen en su implementación.

El nacimiento de FREDER es casi veinte años después que Truman iniciara el despliegue de la doctrina para el progreso. Atender a las zonas subdesarrolladas constituiría buena parte de los esfuerzos de diversos países a partir de la segunda mitad del siglo XX. Arturo Escobar (2007, p. 11) señala que “el modelo del desarrollo desde sus inicios contenía una propuesta históricamente inusitada desde un punto de vista antropológico: la transformación total de las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo”. En definitiva, se trata de crear modernidad alineando a las comunidades a coordenadas de control que operan tanto a nivel de individuos como a nivel de ambientes sociales y productivos (ESCOBAR, 2007). Refiriendo los trabajos de Timothy Mitchell, Escobar recuerda que el sujeto europeo moderno, al enfrentarse a realidades desconocidas, ‘encuadraba’ la realidad a sus propios códigos, a fin de comprenderla; eso hicieron los capuchinos que llegaron a La Costa.

Las zonas rurales del sur de Chile no quedarían ajenas a las intenciones desarrollistas, “...la inclusión del campesinado fue el primer caso en que se creó masivamente un nuevo grupo de clientes para dicho aparato [el desarrollo], en el cual la visión economicista y tecnologicizante se orientó hacia un nuevo sujeto” (ESCOBAR, 2007, p. 265). Estas directrices permitieron el despliegue de una estrategia nítida en la historia de América Latina, en dos sentidos: Por una parte, como señala Peppino (1999), la estrategia de las escuelas radiofónicas se tradujo en la creación de numerosas emisoras, en su mayoría patrocinadas por la iglesia católica en unos 15 países de América Latina; luego surgen una serie de proyectos alineados con la lógica del intercambio de experiencias educativas, populares y comunitarias comprometidas con formas emergentes de organización social y apoyadas por el uso intensivo de conocimiento y de variables culturales, tanto en actividades productivas como en la participación social. El eje articulador es la democratización de saberes, la mejora de condiciones de vida y en definitiva la justicia social, todo ello amparado en las consecuencias pastorales del Concilio Vaticano II, en el documento de Puebla y en la carta encíclica *Populorum Progressio* que la antecedió. Una de las primeras experiencias de este tipo, es la de Radio Sutatenza de Colombia, a partir de la cual nacen varias otras que al finalizar los años 60 se reúnen, justamente en esta localidad de la gran Bogotá, para conformar la Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica - ALER (PEPPINO, 1999, p. 38).<sup>11</sup>

En resumen, estos tres elementos teóricos esbozados nos servirán de tamiz para examinar la experiencia de FREDER: 1) la diferencia como elemento de superficie del acontecer que permite explicar la multiplicidad; 2) la educomunicación como estrategia de dialogicidad y 3) la crítica al discurso del desarrollo.

11 En octubre de 1978, Winfredo van den Berg, otro de los curas capuchinos fundadores de FREDER y quizá el más reconocido de entre los directores de la institución, es nombrado, por sus pares latinoamericanos, presidente de ALER (GUTIERREZ, n.d., p. 49).

## **Alcances metodológicos**

Este trabajo es un estudio de caso que, siguiendo a Yin (1994), trata de estudiar fenómenos contemporáneos en contextos reales en los cuales fenómeno y contexto presentan límites difusos, disponen de más variables de interés que datos observacionales y sus resultados se basan en fuentes múltiples. La unidad de análisis es la institución FREDER, dispositivo de educomunicación situado en la región de Los Lagos de Chile, para el período comprendido entre 1968 y la década de los años 80.

Hay dos técnicas de recogida de datos: entrevista e investigación documental. La entrevista es concebida como intercambio conversacional, no directivo, no estructurado, no estandarizado y abierto entre sujetos (TAYLOR & BOGDAN, 1987). Los entrevistados fueron actores del proceso de FREDER e incluyen directivos, funcionarios, beneficiarios de sus actividades.

La investigación documental es especialmente útil a la indagación histórica. Consiste en generar información a partir del tratamiento sistemático de fuentes documentales, tales como: periódicos y revistas, archivos institucionales y material audiovisual. Las fuentes documentales revisadas fueron: Archivo institucional de FREDER, Video “21 años de FREDER” (1988); Prensa escrita: diario La Prensa (1968 hasta su desaparición al mediar la década de los 80).

El análisis de la información obtenida se realizó de acuerdo a su carácter cualitativo, bajo la forma de análisis de contenido y discurso. Se trabajó con un sistema de análisis categorial, con orientación hacia un análisis crítico. El material reducido a través de categorías, fue discutido en sucesivos encuentros entre los investigadores y diversos colaboradores. Relevancia superlativa tuvo la realización de un seminario con informantes, al final de 2017.

## **Hacia la singularidad de FREDER**

Todo lo que hizo FREDER fue promover el desarrollo para el mundo rural indígena. Aunque influido por los discursos dominantes: Estados

Unidos y Europa (desde el imperio político-económico) y la iglesia católica (desde el imperio político-teológico<sup>12</sup>), no fue estrictamente equivalente a ellos. FREDER logra -o se ve obligada a descubrir- mecanismos diferenciales que singularizan su estrategia de intervención, que aunque desvanecida en su materialidad, persiste en la memoria local.

En un documento conmemorativo de los 10 años de FREDER (1978), es posible observar el tamaño y acciones principales que se ejecutaban: en 1978 contaba con 40 funcionarios (llegaría a tener más de 120, al final de los años 80); desarrollaba convenios de colaboración con más de 10 organizaciones nacionales; disponía de una editorial en convenio con la fundación alemana Konrad Adenauer; mantenía colaboración (o la recibía) de otras instituciones internacionales como ALER, Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina DESAL, UNESCO, entre otras. Dentro de sus líneas de acción destaca Programa de Artesanía con dimensión humana, Programa Padres e Hijos<sup>13</sup> escuelas de alfabetización Santa Clara, Taller cultural Tiempo, Mundo Infantil, Catequesis radial, Ediciones ISI – FREDER, Festival Regional del Cantar Campesino, entre otras.

Comprender la experiencia de FREDER no es fácil. El territorio es dinámico, la memoria frágil, la disposición de información esquiva, no obstante proponemos una diferenciación de dos peldaños: el compromiso político educacional como táctica legitimadora y su transición del negacionismo a la valoración de la multiplicidad cultural indígena.

## **1- Compromiso político educacional como táctica legitimadora**

Adrián De Vet, uno de los capuchinos fundadores de FREDER y que aún vive y actualmente dirige FREDER, recuerda que “veníamos con mentalidad alemana realmente a cambiar la cara de la pobreza” (DE

12 No necesariamente hay que entender estos imperios como distintos. Es muy probable que si se profundiza exclusivamente en esta relación, se encuentren puntos históricos explicativos que den cuenta de la alianza entre Estados desarrollados, multinacionales e iglesia. Pero no es este el foco de nuestro artículo.

13 Es posible leer mayores antecedentes sobre este programa en Torres (1980).

VET, en SALAS, 2014). El trabajo que emprendieron los holandeses, a ocho años de comenzar, disponía de “cuatro vehículos” como establece el cura Winfredo Van den Berg en 1976:

...su radio campesina LA VOZ DE LA COSTA, sus Escuelas Radiofónicas “Santa Clara” (únicas en el país), sus Departamentos de Promoción y Capacitación [...] A través de su Departamento de Promoción y Capacitación, con el trabajo permanente en terreno de promotores y monitores, sobre [con] las técnicas modernas de los multi-medios de aprendizaje, FREDER ha realizado y sigue realizando gran número de cursos (VAN DEN BERG, 1976b).

La posibilidad de viabilizar el proyecto misional, suponía una arriesgada maniobra tecnológica: instalar equipamiento radial primero, audiovisual después, en las comunidades: “La empresa holandesa Philips les pasó una partida de radios baratas (a pilas) y ellos las repartieron por el campo. La gente se juntaba en una casa a oír la clase y hacer las tareas” (SALAS, 2014). Los aparatos venían con dial fijo, es decir sólo podían sintonizar la Radio La Voz de la Costa, pero mucha gente se atribuye el haber abierto los receptores y liberar así el dial (KOCKING, 1971; MEULÉN, 2015; RUMIÁN, 2016). Comenzaba así una apropiación de tecnología que luego se potenciará. Para ello debían aprender a operar las nuevas máquinas, debían también actuar como locutores, guionistas, productores e incluso, años después, cuando FREDER crea un departamento de producción audiovisual (mediados de los años 80) deben aprender a grabar, editar, producir videos. Implicó entonces un camino formativo de audiovisualistas williche que hasta hoy registran y divulgan parte de su acervo visual, uno de ellos es Juan Meulén, reconocido testaferrero de dicha imagen (QUINTANA & PÉREZ, 2017).

A diferencia de los programas desarrollistas comunes en la época, las tecnologías no sólo se pusieron al servicio de la extensión, sino que se impulsó el camino para nombrar la palabra propia, construir una imagen propia. Del uso a la apropiación; no es claro que esto estuviese en el plan de FREDER, pero lo cierto es que las comunidades lograron apropiación y con ello, una cierta emancipación educomunicativa aún

poco estudiada y visible. Todo esto, en un contexto de tensión e incluso violencia. La violencia política que sufrió Chile durante la dictadura, también la vivió FREDER. Tras la investigación hemos llegado a la convicción que su actuar y padecer, le otorgó una cierta legitimidad al interior de las comunidades.

Juan Meulén, audiovisualista williche y ex monitor de las escuelas Santa Clara de FREDER recuerda que fue durante el gobierno de Salvador Allende, que FREDER tuvo su primera tensión; sus instalaciones son ocupadas por un grupo de campesinos e indígenas partidarios del gobierno, pidiendo la expulsión de los curas; en dos días las instalaciones de la radio de FREDER, que en aquel entonces se encontraban fuera de la ciudad, se llenaron de otros campesinos y extensionistas de la escuela radiofónica Santa Clara, y entre campesinos opositores y seguidores de la obra de los capuchinos, lograron finalmente detener la toma (MEULÉN, 2015).

Los curas holandeses tenían experiencia con la crisis y la devastación de la guerra. Los primeros en llegar, venían expulsados de Indonesia que tras una cruenta lucha había logrado la independencia; Winfredo van den Berg, uno de los fundadores, inmediatamente antes de venir a San Juan de la Costa, trabajaba en Alemania con víctimas de la guerra. A pesar de la experiencia, esta no constituía necesariamente una coraza. Días después del golpe de Estado, tratan de expulsar a Winfredo del país; él rememora este diálogo con el militar que le informa de su situación:

Su historia y la mía son completamente diferentes. Ud., ha escalado posiciones, ha llegado a general, al máximo de sus posibilidades, al tope de sus posibilidades, al tope de sus expectativas. Mi vida, es una vida de pastor y gran parte de mi trabajo consiste en acompañar a gente muriendo, niños sobre todo, entierro siete o ocho niños por semana. Nosotros, no tenemos ninguna otra alternativa que la rebeldía ante estos hechos, no estar conformes, es lo único que tenemos (GUTIERREZ, n.d.; LOBO, 2013).

Este compromiso habría de tener consecuencias en los próximos años. Winfredo sufrió varias amenazas y amedrentamientos, violencia

política a fin de cuentas; misma violencia que sufrió la institución. Según relata Álvarez (2010), el 30 de marzo de 1977, hubo un incendio que consumió todas las instalaciones de la planta transmisora (nunca se pudo probar que fuera intencional); el 14 de mayo de 1983, cae la antena de la radio, producto de un atentado explosivo; el 25 de junio de 1987, ametrallan las instalaciones de la radio que ya, en aquel momento, estaban en el centro de la ciudad, resultando herido uno de los locutores. Pese a ello, las instalaciones de FREDER fueron permanentemente abiertas a la sociedad civil opositora al régimen pinochetista y su programación, aunque censurada en varias ocasiones, ya entrados los años 80, era fecunda en mensajes contrarios a la dictadura.

Sostenemos que el compromiso político se constituyó en táctica de legitimación con las comunidades y ello puede explicar la fidelidad de su audiencia y el prestigio que ostenta. Si bien la iglesia católica chilena (y latinoamericana habría que agregar) estaba sensibilizada en dicha época, en la protección de los derechos humanos y los valores de la democracia, no fue común un actuar decidido y directo de sus instituciones, salvo algunas excepciones diferenciadas. FREDER fue una de ellas.

## **2- Transición del negacionismo a la valoración de la multiplicidad cultural indígena**

Para holandeses recién llegados, La Costa era “un sector con muchas necesidades, entre ellas: educación y falta de comunicación. Un sector por muchos calificado como la «mancha negra» de la región y del país, por su pobreza y total abandono”(ÁLVAREZ et al., 1988). Esta imagen de “mancha negra” constituye el inicio de otro de los signos de diferenciación de FREDER pues su mirada mutaría con el tiempo.

La mancha negra, fue una imagen de violencia simbólica que destaca también por su recurrencia. De Vet recuerda lo que veía: “...la situación de extrema pobreza, de ser una mancha en el continente de América en aquel tiempo, de ser la mancha negra de este sector costa”

(DE VET, 2016). Pero una vez allí, había que trabajar para cambiar dicha mancha. El mismo De Vet sintetiza en tres momentos las etapas de intervención de FREDER:

...Primero venía la alfabetización, después la capacitación [...] Así que, como había mucha pobreza [...] vamos a ayudar a capacitarle, pero profesionalmente en carpintería, en agricultura, en otra cosa. Y esto resultó bien igual [...] Ahí empezó realmente FREDER a crecer, porque se necesitaban profesores, y especialmente promotores, que realmente trabajaban con la gente, codo a codo [...] Y después viene lo que iba a ser el tercer momento, después de cinco, diez años, era la capitalización. Y ahí fracasamos. [...] Se descubrió, entonces, que el carácter indígena no da... (DE VET, 2016).

Es notable la equivalencia entre el comentario de De Vet y el análisis que Escobar (2007), hace respecto de una lógica regional. Señala que las orientaciones que emanan del programa Desarrollo Rural Integrado implementado en Colombia en los años 80, intentaban impulsar la transición del campesinado hacia su inserción en los mercados: producir o perecer; agrega que “de vez en cuando se encuentran en los documentos de evaluación del DRI [Desarrollo Rural Integrado] alusiones a la “resistencia de los campesinos a producir para el mercado” (ESCOBAR, 2007, p. 269). Esta idea sobre el campesino que se resiste al mercado, al progreso o incluso la idea del campesino indígena perezoso, puede responder a una esterotipación que, como recuerda Hall “tiende a ocurrir donde existen grandes desigualdades de poder”(HALL, 2010, p. 430).

Los mecanismos discursivos y prácticas educomunicativas que FREDER implementó pro desarrollo, invisibilizaron la especificidad williche del territorio, de la que eran plenamente conscientes; de hecho, en conjunto con la TV holandesa, produjeron el documental “Plaats Voor Nieuwe Mensen”, para reunir dinero en Holanda y con ello iniciar FREDER. (DE VET, 2016). Esta actitud neo colonial basada en la lucha contra la pobreza, el foco en la planeación, la participación y de otras “palabras tóxicas” de las cuales nos habla Escobar, omitieron, las diferencias culturales del mundo williche. Señala De Vet:

A veces siento culpa. Nos faltó conocimiento en antropología, en lingüística. Podríamos haber rescatado cosas huilliches que no consideramos. Mucha música, artesanía, rogativas que antes se hacían. Pudimos haberlas integrado a la religión. O traído a especialistas. Nosotros pensábamos en puros médicos, profesores, caminos, constructores... por nuestra mentalidad alemana” (SALAS, 2014).

Winfredo van den Berg nunca habla de mapuche, williche o indígenas en las cartas que publicó en el Diario La Prensa, aunque valore su producción cultural:

Todo esto ha movido a FREDER de aprovechar los meses de noviembre y diciembre, para exponer, dar a conocer y vender los productos artesanales de esa gente auténtica a fin de ayudarles a realizarse y alimentar a su familia [...] Confiamos que muchos osorninos, que piensan en un regalo de cumpleaños o de Navidad, sepan apreciar el arte popular, realizado por la gente del campo, por el hombre lugareño, por el personaje regional (VAN DEN BERG, 1976a).

Hay, en esta disposición a medio camino entre lo partenar y lo colonial, una estrecha vinculación entre etnicidad y mercado. Los Comaroff & Comaroff (2011) establecen que el futuro de comunidades despojadas depende de transformar el capital financiero en capital cultural y viceversa (economía de la identidad / economía cultural). Comerciar con la identidad permite producir y sentir identidad. La posibilidad de que un artículo artesanal elaborado con técnicas antiguas hace que ese pasado despojado se sostenga, resurja. Es también la opción que toma inicialmente FREDER.

Escobar (2007) recuerda que durante esos mismos años la antropología como disciplina sufre una serie de cambios que le permiten comprender que hasta entonces el mundo se había narrado al modo occidental y es recién entonces que se abren posibilidades para narrar al mundo de manera diferente. Concomitante, quizá de modo azaroso, con ello, en FREDER, también durante esos años, se comienzan a promover la restitución cultural del territorio; se abren espacios para transitar desde portavoz (el medio de comunicación que crearon se

llama La Voz de la Costa) a ser un espacio de articulación de un incipiente movimiento williche: el Múnku Kusovkien, que en los años 90 se autonomizaría de FREDER. Los instrumentos diferenciales, aquí surgen de la mano de un programa radial específico denominado “Foliltun Inchen” (algo así como enraizémonos) y con la producción de un boletín de formación en TzeSungün<sup>14</sup> denominado ‘Mari Mari Peñi’. Tras años de ocultamiento de la lengua y olvido generalizado, es sólo a partir de estos dispositivos que comienza a renacer el TzeSungün en la Fütawillimapu (RUMIÁN, 2016).

Así pues, desde una primera mirada del territorio como mancha negra, FREDER transita a una etapa de promoción cultural.

## Conclusión

¿Es posible discutir alguna narrativa anclada en el desarrollo construido desde occidente, desde una mirada anclada en una crítica al desarrollo, o dicho de otro modo desoccidentalizada? ¿cuáles serán las consecuencias? Evidentemente no transformarán prácticas pasadas, lo que transformarán son modos de comprender lo que aconteció y desde allí hilvanar un futuro posible, que con fenómenos como los migratorios, sanitarios, luchas indígenas, interpelan con vigencia al accionar social comunicativo.

Se puede mirar aquello que aconteció con un ingenuo optimismo: “...hoy da gusto, dice Adrián de Vet: Sales de Osorno por ese camino a La Costa y ya no ves toda esa pobreza. Se ve un pueblo andando, caminos que serpentean los cerros, bosques, sembradíos, recorridos de buses rurales, electricidad, ambulancias” (SALAS, 2014). No obstante, hay signos elocuentes de que las cosas siguen más o menos en el mismo estado asimétrico predominantes desde el siglo XIX. El mismo Escobar propone una ruda y aguda crítica al desarrollo y sin embargo ni mella se la ha hecho a las millonarias empresas desarrollistas que aún hoy, aparecen y reaparecen porfiadamente sin modificar, sino de manera

14 Variante dialectal williche del mapusungün, lengua del pueblo mapuche.

cosmética, las relaciones entre pueblos, clases, razas. A pesar de este aparente pesimismo, hay que reconocer que la práctica de FREDER generó diferencias relevantes. Su mirada al territorio, se va morigerando con el tiempo, de la invisibilización o negación del williche, se avanza a una plataforma para su articulación e inicio de un proceso de restitución política, lingüística y cultural; su vanguardia tecnológica, genera competencias locales que hasta hoy, permiten a algunas comunidades, registrar y distribuir la imagen propia; su compromiso político - e incluso las consecuencias de violencia - le harán permanecer en la memoria y la audiencia de aquellos a los que se orientó. En definitiva, son estas diferencias, las que explican por qué, hasta hoy, en la decadencia económica y de trabajo educomunicativo en la que se encuentra, siga siendo habitual transitar por La Costa y reconocer en los testimonios de sus habitantes, oportunidades para la desoccidentalización.

## Referencias

- 21 AÑOS de FREDER. Equipo de producción FREDER: Álvarez, H., Juan Meulén, Ernesto Barra, Juan Manquel, Jorge Jaramillo. [1988]. Osorno, Chile. 1 Videocassette (18 minutos) VHS NTSC Son Color.
- ALCAMÁN, E. Los Mapuche-huilliche del futahuillimapu septentrional: expansión colonial, guerras internas y alianzas políticas (1750-1792). *Revista de Historia Indígena*, Santiago, v.2 n. 2, ene/dic, p. 29-76, 1997.
- ALVAREZ, R. *Radio La Voz de la Costa, la amiga del sur*. Tesis (Pedagogía en Historia y geografía, Licenciatura en educación) Departamento de Ciencias Sociales. Universidad de Los Lagos, Osorno, 2010.
- APARICI, R., & et.al. *Educomunicación: Más allá del 2.0*. Barcelona: Gedisa SA, 2010.
- ASSUMPÇÃO, R. (Org). Prefácio: Educação Popular na perspectiva freiriana. En *Educação Popular na perspectiva freiriana*. Sao Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BARBAS, A. Educomunicación: desarrollo, enfoques y desafíos en un mundo interconectado. *Foro de Educación*, v. 10, n. 14, 157-175, 2012.
- CAPUCHINOS Chile. Hermanos Capuchinos: Presencia en Chile «Capuchinos Chile. Disponible en <https://capuchinos.cl/hermanos-capuchinos-presencia-en-chile/>, Acceso en September 9, 2020.
- CITELLI, A. Comunicação e educação: convergências educacionais. *Comunicação, mídia e Consumo*, v. 7, n. 19, p. 67-85, jul 2010.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. *Etnicidad* S.A. Buenos Aires: Katz, 2011.

- DE VET, A. *Entrevista personal consentida y concedida a Martín Quintana Elgueta*. Osorno: 2016.
- DELEUZE, G. *Diferencia y repetición*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.
- DELEUZE, G. *Lógica del sentido*. Barcelona, España: Paidós, 2005.
- ESCOBAR, A. *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación editorial El Perro y la Rana, 2007.
- FREDER. *Boletín Commemorativo Décimo Aniversario*. Osorno: Fundación Radio Escuela para el Desarrollo Rural - FREDER, 1978.
- FREIRE, P. ¿Extensión o comunicación?. La concientización en el medio rural. México DF.: Siglo XXI editores, 2004.
- GUTIERREZ, L. *Informe inédito no publicado sobre FREDER*. Osorno, (sin fecha).
- HALL, S. *Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en los estudios culturales*. Quito: Envión Editores, 2010.
- KAPLÚN, M. *El comunicador Popular*. Buenos Aires: Editorial Hvmantas, 1987.
- FALLECE FUNDADOR DE LA RECONOCIDA RADIO CHILENA “La Voz de la Costa.” *Diario electrónico País Lobo*. Disponible en <https://www.paislobo.cl/2013/07/fallece-fundador-de-la-reconocida-radio.html> PAÍS LOBO. Acceso en noviembre 2013.
- MARTÍNEZ, R. . *Sociedad y deseo a la luz de la relación entre ontología y política en la obra de Gilles Deleuze*. 2017. 648 p. Tesis (Doctorat Ciutadania y Drets Humans) Facultat de Filosofia, Departament de filosofia teòrica i pràctica. Universitat de Barcelona, Barcelona, 2017.
- MEULÉN, J. *Entrevista personal consentida y concedida a Martín Quintana Elgueta*. Osorno, 2015.
- OSTERHAMMEL, J., & JANSEN, J. *Colonialismo. Historia, formas, efectos*. Madrid: Siglo XXI editores, 2019.
- PEPPINO, A. M. *Radio Educativa, popular y comunitaria en América Latina*. México DF.: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco; Plaza y Valdes Editores, 1999.
- QUINTANA, M.; PÉREZ, C.: Juan Meulén, recogedor de imágenes: una historia de apropiación tecnológica. En R. Cabello, R. & A. López (Eds.), *Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías*. Rada Tilly: Ediciones del Gato Gris. 2017, p. 179–192.
- RUMIÁN, S. *Entrevista personal consentida y concedida a Martín Quintana Elgueta*. Osorno, 2016.
- SAAVEDRA, A. *Los mapuche en la sociedad chilena actual*. Santiago: Lom, 2002.
- SALAS, M. Los últimos misioneros. *Revista Paula* N° 1147. Mayo 2014. Disponible en <https://www.latercera.com/paula/los-ultimos-misioneros/>. Acceso en 12 de agosto de 2020.
- SAN JUAN DE LA COSTA. Dirección: Leo Kocking, L. Producción: Universidad de Chile. Film 16 mm. (9 min), Blanco/negro, son. Archivo digital disponible en <http://cinetecavirtual.cl/fichapelícula.php?cod=138>, acceso agosto 15, 2020.
- SOARES, I. *Educomunicação. O conceito, o Profissional, a aplicação*. São Paulo: Paulina, 2011.

SOARES, I. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. *Comunicação & Educação*, v. 19, n. 2, p. 15–26. jul/dic 2014.

TAYLOR, S., & BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós, 1987.

TORRES, L. *Programa Padres e Hijos, evaluación histórica*. Santiago: CIDE, 1980.

VAN DEN BERG, W. Parece increíble: artesanía costeña máspreciada en el exterior que en Osorno. *Diario La Prensa de Osorno*, 8 de noviembre de 1976a.

VAN DEN BERG, W. Octavo aniversario de FREDER. *Diario La Prensa de Osorno*. 10 de agosto de 1976b.

YIN, R. K. *Case study research. Design and methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

### **Sobre los autores:**

*Martin Quintana Elgueta* – Doctor en Ciencias humanas mención discurso y cultura, por la Universidad Austral de Chile. Master en Cs. Humaines et sociales, por la Universidad de Poitiers (Francia). Profesor de Estado en Castellano. Académico del Dpto. de Educación de la Universidad de Los Lagos. Becario doctoral Anid-Chile (1918). En este artículo, el autor Martín Quintana Elgueta, lideró teórica y metodológicamente la investigación que le dio origen, fue el gestor y redactor principal, además invitó y coordinó a los demás autores.

*Cristian Tejada Gómez* – Licenciado en Filosofía de la Universidad de Chile, Periodista de la Universidad Austral de Chile, Master y Doctor en Ciudadanía y DDHH de la Universidad de Barcelona. Académico del Departamento de Educación de la Universidad de Los Lagos. En este artículo, el autor Cristian Tejada Gómez, especialista en la filosofía de Baruch Spinoza, aporta contribuciones en el marco teórico referidas específicamente a la filosofía de Gilles Deleuze, propone ajustes estructurales al manuscrito y desarrolla lecturas de corrección.

*Fernando Carias Perez* – Doctorando en el Programa de Doctorado Interuniversitario en Comunicación conjunto de las Universidades de Sevilla, Málaga, Huelva y Cádiz, en la línea de Educomunicação y Alfabetización

Mediática. Lic. en Artes por la Universidad Central de Venezuela. Máster en Ciencias Humanas y Sociales, mención Información y comunicación, por la Universidad de Poitiers (Francia). Maestro en Ciencias de la Educación en Tecnología Educativa por la Universidad Técnica de Lisboa. Título de Máster en Tecnologías para la Educación por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Docente e investigador en educación, comunicación e interculturalidad en la Universidad de Los Lagos, Osorno (Chile). En este artículo Fernando Carias Pérez participó con aportes fundamentales vinculados a la disciplina de la Educomunicación, su fundamentación epistemológica y teórica, así como en la revisión metodológica y narrativa del texto.

---

Data de submissão: 10/09/2020

Data de aceite: 25/11/2020

## **Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI<sup>1</sup>**

### **Journalism and knowledge of objective reality in the 21st century**

*Rafael Bellan Rodrigues de Souza<sup>2</sup>*

**Resumo:** *O artigo explora a questão do conhecimento da realidade objetiva pelo jornalismo. Cotejando a perda de sentido do real expresso tanto na hegemonia irracionalista do território digital, quanto em importantes correntes de pensamento hegemônico de estudos do jornalismo, o texto aponta a práxis noticiosa como forma de conhecimento imersa em uma sociedade de classes, avaliando a sua potência na busca da concreticidade. Para isso, assume a perspectiva da ontologia do ser social em Marx para debater a possibilidade de conhecimento da objetividade, investigando as peculiaridades do jornalismo no edifício conceitual da dialética materialista. Assim, apresenta uma caracterização ontológica crítica para um dos problemas centrais do jornalismo no contexto do capitalismo digital do século XXI.*

**Palavras-chave:** *Teorias do jornalismo; realidade objetiva; conhecimento; marxismo.*

**Abstract:** *The article explores the question of the knowledge of objective reality by journalism. Comparing the loss of meaning of the real expressed both in irrationalist hegemony in the digital territory and in important hegemonic thought currents of journalism studies, the text points to news praxis as a form of knowledge immersed in a class society, evaluating its power in pursuit of concreteness. For this, it takes the perspective of the ontology of social being in Marx to*

1 Versão revista e ampliada de trabalho apresentado no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado em Goiânia – GO, em novembro de 2019.

2 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-0165-2927>. E-mail: [rafaelbellan@yahoo.com.br](mailto:rafaelbellan@yahoo.com.br)

*debate the possibility of knowledge of objectivity, investigating the peculiarities of journalism in the conceptual building of materialist dialectic. Thus, it presents a critical ontological characterization for one of the central problems of journalism in the context of 21st century digital capitalism.*

**Keywords:** *Theories of Journalism; Objective reality; Knowledge; Marxism.*

## Introdução

Há um profundo mal-estar nas avaliações científicas sobre os rumos do território digital comunicacional e o papel do jornalismo nessa esfera. Anteriormente visto por tecnoutopistas da estatura de um Castells (2007) como a expressão mais bem acabada da democratização total da informação e do conhecimento, recentemente autores como Morozov (2018), Fuchs (2016), Dean (2010), Moretzsohn (2017), entre outros, apontam o quanto essas plataformas *on-line* têm se direcionado pelos mantras fetichistas do capital e dado vazão ao irracionalismo, cuja expressão formal no jornalismo evidencia-se limpidamente no fenômeno das “*fake news*”. Esse processo de combate à expressão da razão crítica tem sido elaborado por correntes pós-modernistas (EAGLETON, 1996) que, enfim, alcançaram o senso comum por meio da força turbinada das mídias sociais. Nesse pensamento hegemônico, como aponta Netto (2010), a ideia de verdade é transformada em artefactualidade discursiva, um consenso intersubjetivo, e é negada a existência de uma realidade existente independente da consciência. É como se os significantes rodassem em falso sem os referentes materiais. A reificação intensificada no capitalismo comunicacional (DEAN, 2010) produz no campo do pensamento e do senso comum a percepção de fim da possibilidade de conhecimento, agora substituído por crenças e narrativas ficcionais sobre o próprio real. Há nas últimas décadas uma intensificação dos elementos irracionais da decadência ideológica (LUKÁCS, 2016) em cenário de cooperação complexa (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008) do capital no século XXI.

Embora a plataforma digital em que o jornalismo tem se espraído nas últimas décadas tenha possibilitado sua ampla disseminação, a gramática irracionalista de busca por resultados rápidos da economia da atenção, construída pelas redes sociais, também se tornou câmara de eco das notícias falsas, fenômeno nada atual, mas nunca antes tão efetivo na constituição do metabolismo do capital. Por outro lado, vertentes neopositivistas (principal corrente inspiradora dos salvacionistas autointitulados checadores de fatos) também coisificam o real, não

compreendendo efetivamente os condicionantes da realidade objetiva (SOUZA, 2019). Nesse cenário de progressão expandida das incertezas manipuladas, a objetividade jornalística, entendida como a capacidade do repórter de expressar a um público determinada realidade, volta à tona como problemática fértil dos estudos de jornalismo, tópico fundamental para a própria sobrevivência da práxis noticiosa<sup>3</sup>.

Uma das inegáveis contribuições de Adelmo Genro Filho (2012) para a compreensão do jornalismo está em sua descrição dessa prática como uma forma social de conhecimento. Isso significa que essa nova modalidade, inaugurada com a ascensão do modelo industrial capitalista de produção de fatos, trouxe como diferencial um acesso prioritário aos aspectos singulares da realidade. Questionando tanto o positivismo, que prega o acesso puro aos fatos objetivos, quanto o ideologismo, que marca a impossibilidade de separação entre jornalismo e ação política, Genro Filho elabora uma rica compreensão da objetividade jornalística, algo pouco compreendido pelos pesquisadores brasileiros, que, como aponta Pontes (2015), desconhecem a articulação ontológica lukacsiana que serve de baliza para o entendimento da real contribuição do marxismo para as teorias do jornalismo.

Este artigo busca apresentar, nesse sentido, a problemática do conhecimento da realidade pela via da ontologia marxiana e demarcar, em tempos de hegemonia do pensamento irracionalista (NETTO, 2010), a importância da razão dialética na produção noticiosa. Essa abordagem nos permite resgatar a relevância do jornalismo para além dos sintomas de sua possível irrelevância diante do capitalismo comunicacional das plataformas digitais – novo ambiente de sua reprodução (MOROZOV, 2018). A opção pela ontologia “implica a necessidade de investigar as concepções que fundam nossas ideias e as práticas que elas facultam” (DUAYER; SIQUEIRA; ESCURRA, 2013, p. 18). Acreditamos que o cerne dos problemas em torno tanto da rejeição quanto da incompreensão em torno da questão do conhecimento do real pelo jornalismo passa

3 Sobre a temática, pelo ângulo das teorias do jornalismo, podemos citar os estudos de Shudson (2010), Guerra (1998), Demeneck (2009), Tuchmann (2016) e Henriques (2014).

pela apreensão da relação dialética entre sujeito e objeto no palco de uma base histórico-social.

Assim, na primeira parte demonstraremos os limites de algumas das principais compreensões epistemológicas de objetividade (pautadas em correntes ligadas, em certo sentido, ao neopositivismo, à fenomenologia e ao pragmatismo). Depois, com base na crítica dessas expressões, mostraremos como o padrão marxiano altera o entendimento sobre a concreticidade e como ele problematiza a relação entre o sujeito e a realidade objetiva, demonstrando seu caráter dialético de conhecimento transformador. Por fim, apresentaremos a relevância da razão dialética e a centralidade da objetividade na produção de conhecimento, apontando o potencial do jornalismo crítico como antídoto do irracionalismo predominante na subjetividade mediada pelas tecnologias de informação que eclodem no cerne do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002). Para tanto, essa pesquisa de natureza teórico-conceitual assume o entendimento, com o resgate da perspectiva de Genro Filho (2012), de que a forma social de apropriação da realidade a que chamamos de jornalismo é indispensável para a consumação da liberdade humana e do cultivo de uma vida plena de sentidos.

## **Realidade objetiva e estudos de jornalismo**

Na maior parte da bibliografia disponível sobre a questão da objetividade é fácil perceber a predominância de uma visão que padece de dois erros principais. Ora nega-se a possibilidade de uma realidade externa ao sujeito, ora afirma-se o império da subjetividade como determinante do conhecimento. Em ambas as situações há uma incompreensão da unidade dialética entre sujeito e objeto. Por outro lado, a “ideologia da objetividade” (GENRO FILHO, 2012) – utilizada pelos próprios profissionais e reelaborada pelo checadores de fatos – trata a realidade como um conjunto de coisas “irretocáveis”, confundindo a objetividade com uma pseudoneutralidade política. O resultado é a afirmação do horizonte burguês como a única realidade social possível, cristalizando a aparência reificada da realidade como objetividade. Muitos críticos

acadêmicos aderem à impossibilidade do conhecimento sobre o real, trabalhando pela semiologização da realidade, que seria impossível conhecer o mundo objetivo.

São razões muito distintas que levam os homens que vivem em nosso tempo a rejeitar a questão da realidade no pensamento e na vida. Tais razões residem em parte numa satisfação com o caráter manipulado de todas as manifestações da vida, em parte numa recusa a essa manipulação; contudo, uma recusa que, no íntimo, está profundamente convicta da inutilidade de libertar-se do estranhamento e que, por isso, busca e encontra justamente nessa falta de perspectiva da própria sublevação uma autoafirmação interior (LUKÁCS, 2012, p. 100).

A crítica ao realismo ingênuo (GOMES, 2009) tende a desconhecer os debates em torno da categoria de realismo no marxismo, o que pode erroneamente ampliar uma genuína crítica ao positivismo até a teoria do reflexo de base leninista. O espelhamento espiritual da realidade, segundo Lukács (2012), jamais significou reflexo fotográfico do real, mas expressão mental de um ser social cuja gênese e transformação se dão em relação dialética com o mundo material. Há uma relativa autonomia do sujeito cognoscente na compreensão da objetividade e também de sua transformação, porém a ontologia marxiana não “perde de vista que a realidade permanece com suas legalidades próprias, que fazem parte da atividade desempenhada, como também de outras realizadas” (PONTES, 2015, p. 268).

Como diz Kosik (2002, p. 32-33), “a consciência humana é ‘reflexo’ e ao mesmo tempo ‘projeção’; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa”. As categorias do pensamento humano surgem na esfera subjetiva ao mesmo tempo como “produtos e instrumentos da dominação ideal e prática da realidade, paralelamente ao desenvolvimento peculiar dessa mesma realidade (...)” (LUKÁCS, 2012, p. 247). O conhecimento na tradição marxista é a marcha em direção à essência dos fenômenos, em que a abstração mental homogeneiza a heterogeneidade da realidade existente. O ser social, desta feita, é produto da realidade histórica, mas também produtor dela.

(...) um dos traços específicos do ser social é precisamente o fato de que a consciência não é simplesmente consciência de algo que, no plano ontológico, resta inteiramente indiferente ao fato de ser conhecido; ao contrário, a presença ou a ausência da consciência, sua correção ou falsidade, são parte integrante do próprio ser, ou seja, a consciência não é aqui – em sentido ontológico – mero epifenômeno, independente de quanto seu papel concreto em cada caso singular seja relevante ou irrelevante (LUKÁCS, 2012, p. 241).

Já a adoção crítica do perspectivismo por Gomes (2009), por outro lado, não fundamenta as bases materiais das elucubrações ideais, fazendo com que as dimensões concretas da luta de classes fiquem nubladas. Ora, as particularidades sociais dos agrupamentos humanos possuem lastro objetivo no modo de produção e mesmo as diferenças culturais fazem parte da estrutura concreta de reprodução social, como já atestava o materialismo cultural de Williams (1979). Os tipos ideais de estratificação social que sustentam as ideias de perspectivas e comunidades de interpretação poderiam até auxiliar uma compreensão crítica da sociabilidade humana, mas sem a dimensão de classe, os interesses dados pela busca de respostas recaem em formas idealistas, posto que não há base social realista capaz de sustentar o desnudamento dos interesses em conflito.

Percebe-se que, como aponta Kosik (2002), “toda teoria do conhecimento se apoia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma” (p. 33). Há por trás das explicações em torno da possibilidade ou não da objetividade jornalística uma figuração de mundo que percorre, nesse sentido, uma expressão não só de visões ideológicas que respondem aos problemas em torno da questão, mas também uma posição em torno da sociedade em que vivemos. Recuperar a ontologia de Marx significa realizar uma crítica das formações reais que estruturam a sociedade como um modo sistêmico de vida norteado pela reprodução ampliada do capital. Assim, a crítica dialética deve apresentar novas figurações de mundo, no interior dos processos de transformação social.

Em texto muito influente, Sponholz (2009) defende a objetividade, mas não assume em seu arcabouço conceitual, bastante debitário de Karl Popper, a questão das bases ontológicas do ser social, recaindo em uma defesa metodológica e de prescrições instrumentais logicizantes<sup>4</sup> para o trabalho jornalístico. É importante frisar, com Mészáros (2004), que nenhuma metodologia é neutra, estando delimitada pelos condicionantes históricos e ideológicos e da base econômica de reprodução social. Contudo, ao calibrar os instrumentos de apuração, com imposições metodológicas de aferição da objetividade, Sponholz (2009) levanta o problema da práxis noticiosa, mas que sem uma abordagem crítica e posicionada pode confundir-se com uma práxis utilitária (KOSIK, 2002) incapaz de avançar na desreificação dos aspectos fenomênicos. Isso porque os instrumentos de aferição dos fatos objetivos, sem uma abordagem dialética apropriada, são incapazes de compreender a “coisa em si” que, no mundo dos homens, é produto da própria ação humana. A dialética é o caminho da reprodução intelectual da realidade, ou melhor, é “o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 2002, p. 39).

A manipulação da sociedade capitalista apresenta uma aparência fenomênica da realidade que, para correntes expressivas do pensamento contemporâneo, são elevadas à própria realidade. Assim, mesmo quando expressam um interesse genuíno em conhecer os fenômenos, tornam-se presas do seu caráter fetichista aparente. Lukács critica Nietzsche e Bergson por apresentarem em suas reflexões em torno do conhecimento uma subjetividade que “(...) não está em condições de encontrar na sua própria realidade um lugar para exprimir-se, muito embora esteja – já em sua antitecidade – indissocialmente ligada ao mundo manipulado” (2012, p. 43).

4 Netto (2011) diz que os instrumentos e técnicas de aferição dos fatos podem sempre ser variados e são os meios que permitem ao sujeito conhecer o material investigado; contudo, os resultados dessa investigação são interpretados no horizonte das categorias dinâmicas de totalidade, mediação e contradição.

Correntes pragmatistas e neopositivistas substituem o conhecimento da realidade pela manipulação formalista dos objetos que lhe são úteis imediatamente e convergem para uma tendência geral que pretende encerrar a possibilidade de fundamentar critérios objetivos de verdade. Para Lukács (2012), a atitude de pensadores que buscam atualizar as reflexões do campo gnosiológico buscando soluções dentro da conjuntura da nova época expressam uma atitude social que reconhece “o irresistível avanço da manipulação no capitalismo contemporâneo como inelutável, como ‘destino’, mas procuram ostentar uma resistência espiritual às suas consequências ideológicas espontâneas, imediatas” (p. 75). Ao não perceberem saídas para o caráter reificador do modo de produção capitalista e sua delimitação para as ações da vida cotidiana, o máximo que autores que negam a realidade social conseguem é lhe apresentar um protesto impotente. Criticando a tentativa de Heidegger e Scheler de fundar uma ontologia com base no método fenomenológico, o filósofo marxista aponta os limites em considerar somente o ser humano e suas relações sociais imediatas, o que alça ao plano ontológico a “condição universalmente manipulada da sociedade na era do capitalismo altamente desenvolvido” (LUKÁCS, 2012, p. 84). Pois se os fenômenos são aquilo que se mostra em si mesmo, a aparência da realidade imediatamente percebida, que é tipicamente condicionada pelo tempo, torna-se fundamento supratemporal da vida humana. Assim, o risco é demarcar a perceptível essência estranhada do ser em algo irrevogável, sedimentando como característica definitiva as contingências delimitadoras da subjetividade em um modo de produção e reprodução espiritual historicamente constituído.

A apreensão do senso comum, que corresponde à experiência cotidiana dos indivíduos, é dada pela significação meramente “funcional” no universo social vivido. Logo, em termos epistemológicos, a base na qual o fato será assentado e contextualizado tende a reproduzir de maneira latente a universalidade social tal como é vivida imediatamente. Não é por outro motivo que a ideologia das classes dominantes é normalmente hegemônica e o senso comum tende a decodificar os fatos numa perspectiva conservadora (GENRO FILHO, 2012, p. 198).

Do contrário, o marxismo entende que o pensamento não se estrutura como uma gnosiologia, mas como ontologia. “Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social” (TONET, 2013, p. 70). A categoria de práxis aparece como um determinante ontológico da relação entre subjetividade e objetividade, regida pela realidade concreta em todas as atividades humanas.

Ora, se o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade que é o ser social só poderão ser apreendidas na medida em que se conhecerem as determinações mais gerais e essenciais deste ser e na medida em que se identificar o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução do ser social como totalidade, ou seja, na práxis social (TONET, 2013, p. 74).

É dessa consideração que eclodem questões como a possibilidade do conhecimento, o que seria o objeto, o sujeito, bem como a verdade. Para isso, na linha de pensamento elaborada por Marx em sua larga obra e reelaborada por Lukács em sua Ontologia, de fato a práxis é a atividade mediadora que conjuga momentos subjetivos e objetivos na definição da realidade social. Consciência e realidade objetiva são dois momentos de igual estatuto ontológico. Para Tonet (2013), o resgate marxiano da realidade objetiva exige uma reelaboração de seu sentido, levando-a em direção de sua dimensão histórico-social. Todavia, repensar a questão da objetividade significa também um reexame da subjetividade, para além de seu superdimensionamento dado por epistemologias pós-modernas e fenomenológicas. Uma teoria da subjetividade jamais pode isolá-la da trama da totalidade concreta do ser social.

A relação sujeito-objeto e a separação daí resultante são dois momentos que implicam a emergência da compreensão da realidade exterior na forma de conceito e a expressão de tal realidade por meio da linguagem. Assim, fica configurado, a partir das condições ontológicas da gênese do trabalho, o fenômeno exclusivamente humano de captura da realidade como possessão espiritual. Esse fenômeno está na raiz do processo

de conhecimento, cujo aprimoramento continuado conduz à gênese da ciência (DUAYER; SIQUEIRA; ESCURRA, 2013, p. 21).

A conexão insuperável do conhecimento e da prática social é uma contribuição ontológica do marxismo para os estudos do jornalismo, visto que demarca a tarefa de autoconstrução humana como permeada pela práxis do processo de investigação do real. Assim, a própria realidade é o “resultado da síntese entre consciência (momento subjetivo) e realidade (momento objetivo), síntese essa realizada pela prática social” (TONET, 2013, p. 105). Abre-se no padrão marxiano a potencialidade de conhecer não só a aparência, mas também a essência. Contrariamente às tendências hegemônicas do pensamento contemporâneo, que rejeitam a essência, em Marx o conhecimento busca sua verdade para além dos fenômenos imediatamente colocados à primeira vista do contato com o real. O fetiche e o estranhamento como expoentes da sociedade do capital embotam na carapaça da realidade objetiva uma errônea pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002) que, presa na práxis utilitária, impede o movimento do ser humano como sujeito de transformações sociais. “Fatos, dados e acontecimentos são sempre resultados condensados de relações e práticas sociais e históricas determinadas. Por isso mesmo, essas relações e práticas sociais históricas têm que ser resgatadas para que se possa compreender os sentidos delas” (TONET, 2013, p. 118). Fundamental nessa investigação é o tratamento da razão dialética, abstração mental e produção simbólica que espelha, no próprio processo de construção da realidade, o mapeamento da objetividade.

O processo do conhecimento é a busca das determinações e de suas relações a fim de que se possa fazer a apreensão do concreto no pensamento. O conhecimento é tanto mais verdadeiro quanto mais estiver saturado de determinações e mediações e, por essa razão, é sempre, apesar de verdadeiro, incompleto (HUNGARO, 2014, p. 72).

Ao assumir a noção de totalidade como um complexo de complexos, Lukács (2012) reconhece que todo conhecimento deve buscar como ponto de partida a própria realidade, abstratamente espelhada na mente,

e que suas categorias e conexões reveladas possuem caráter ontológico e não lógico. “Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente, por múltiplas leis” (p. 338). Para Kosik (2002), se o processo de conhecimento não foi capaz de eliminar a pseudoconcreticidade, transpondo a aparência fenomênica da realidade no sentido de acessar a autêntica objetividade histórica, ele se torna escravo do fetiche e da reificação, cujo produto é a má totalidade. A busca pela concreticidade alude ao conhecimento do caráter histórico do fenômeno, bem como sua função objetiva no seio do corpo social.

A práxis é o critério decisivo de todo conhecimento correto porque ela cumpre objetivamente o papel de enredar a dinâmica e os movimentos do ser social em sua relação insuperável com a materialidade econômica e social de sua época. A práxis “é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade em sua totalidade)” (KOSIK, 2002, p. 222). Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que dá sentido humano à natureza, como na formação da subjetividade, cujos afetos e sentimentos existenciais são parte da busca pela liberdade.

### **Conhecimento, objetividade e classes**

Adelmo Genro Filho (2012) aponta que a realidade objetiva oferece inúmeras possibilidades de significações e aponta que os sentidos são produzidos na dialética entre os objetos em si mesmos e na relação sujeito-objeto. As notícias são recortes do fluxo dos processos objetivos da realidade que são elaborados atendendo a determinações tanto objetivas quanto subjetivas. Ser e objetividade fazem parte de um mesmo complexo de múltiplas determinações. Assim, há certamente espaço para a incidência da ideologia e das decisões individuais, o que não altera o processo de conhecimento.

Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Para o teórico brasileiro do jornalismo, a realidade social enquanto totalidade concreta resulta da processualidade de transformação das necessidades em liberdade por meio do trabalho. Mesmo sem conhecer a fundo a categoria de pôr teleológico em Lukács (2012 e 2013), Genro Filho (2012) intui uma percepção semelhante do papel do sujeito na construção da totalidade concreta, percebendo que sujeito e objeto, em sua unidade e diferença, articulam-se dialeticamente na autoconstrução da história humana.

Outra tese que Genro Filho (2012) deriva das impositões ontológicas marxianas é que o conhecimento é infinito, visto que a totalidade é dinâmica e sempre viva, resultante de totalizações constantes. Isso alude ao fato de que reconhecer a totalidade, como bem aponta Kosik (2002), não pode ser entendido como a busca de uma verdade totalizante abarcadora de todos complexos sistêmicos, mas o reconhecimento de uma estrutura dinâmica, que relaciona as partes com o todo e o todo com as partes. Essa totalidade se movimenta com base nas contradições entre os complexos, cujo ritmo e condições são dados pelas mediações entre os distintos níveis da estrutura de cada totalidade (NETTO, 2011).

O conhecimento dos objetos contém a subjetividade como dimensão inseparável da realidade, sendo sempre comprometido politicamente, visto que se posiciona em relação às possibilidades e devires da autoconstituição do ser social. “Pelo conhecimento da práxis, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades” (GENRO FILHO, p. 96, 2012). O homem é parte desse mundo objetivo, ou seja, produz o objeto e é produzido por ele. A centralidade da objetividade implica, portanto,

reconhecer que corpo e espírito são partes da mesma realidade social. Assim, há um claro papel da subjetividade e do interesse na compreensão do mundo, e jornalistas e seus interesses são fundamentais para o ato de conhecimento, pois a subjetividade não é uma doença ou obstáculo a ser superado pela objetividade, mas condição da própria possibilidade da verdade. Esta tem como instância de verificação a prática social e histórica.

Isto é, toda a atividade humana está determinada por certo gradiente de intencionalidade – a consciência é responsável tanto pela reprodução conceitual (a abstração que coloca no centro da atividade, ao mesmo tempo, a conexão entre meios e fins e também a ideação prévia a respeito do objeto) como pela produção espiritual, esta resultante da atividade mais complexa do ser humano, na esfera de criação já distanciada da relação imediata entre homem e natureza, mas cuja complexificação só tornou-se possível graças à sociabilização primeira do elemento natural (RANIERI, 2011, p. 130).

A posição de classe é inescapável dos processos de conhecimento como o jornalismo e a ideologia, entendida por Mészáros (2004) como a forma por meio da qual os homens tornam-se conscientes dos conflitos e nele se colocam em luta. Como diz Žižek, não devemos realizar uma “análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial”, pois a verdade é parcial, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal” (2011, p. 18). Só que reconhecer isso não pode ser confundido com a instrumentalização do jornalismo como aparelho de classe, servindo às demandas estratégicas de uma organização determinada (partido, movimento etc.). Genro Filho (2012) identifica os pressupostos ideológicos e ontológicos como condicionantes da produção noticiosa, que delimitam a ótica pela qual os fatos são investigados, o que permite tanto a afirmação do senso comum da irracionalidade que permeia o capitalismo manipulado como a crítica contra as formas fetichizadas coladas aos fenômenos. Em se tratando do conhecimento científico, o marxismo reconhece a impossibilidade da neutralidade e imparcialidade na investigação do real, mas demarca na opção pela

ARTIGO

classe trabalhadora um lugar capaz de avançar na revelação da essência por trás dos fenômenos.

Quais os pressupostos, vinculados a que concepção de mundo, que demarcam cada perspectiva? A quem interessa conhecer a realidade e em que nível? Fica claro, desse modo, que a tomada de partido não é, necessariamente, um obstáculo para a compreensão científica da realidade. Pelo contrário, desde que assumida a perspectiva da classe que, naquele momento histórico, fundamenta o padrão cognitivo mais elevado possível, a tomada de partido se revela uma condição positiva e imprescindível para a elaboração do conhecimento científico (TONET, 2012, p. 111).

Como já dissemos anteriormente, a relação entre sujeito e objeto na visão do materialismo histórico não é de externalidade, pois o sujeito está inserido no objeto, e disso deduzimos que o conhecimento produzido pelo jornalismo jamais é neutro. Contudo, não se deve confundir a neutralidade com a temática da objetividade. A condição da própria investigação do real é a atividade do sujeito cognoscente (ser social), pois pela sua posição é possível extrair as determinações dos fatos (o singular produzido pelas notícias). É evidente que dessa perspectiva de classe não se pode retirar o campo das escolhas (éticas) em torno da fidelidade ao objeto, pois o sujeito é ativo no espelhamento do real. A exatidão para com os resultados de uma apuração, desta feita, não pode ser nublada para sustentar uma verdade ideológica precedente. A perspectiva de classe, sem a atuação do sujeito ativo, não garante a efetividade do saber produzido. Até mesmo porque, para os sujeitos críticos à ordem burguesa, a objetividade do conhecimento só se pode confirmar na prática enquanto critério de aferição. E uma teoria errada leva a uma prática equivocada. A capacidade intelectual do jornalista, não obstante, exige uma operação sofisticada de percepção das contradições expostas na totalidade. O marxismo fornece pistas desta conduta, visto que

(...) em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológica-filosófica da realidade em si que jamais

vaga, mediante a autonomização de suas abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele (LUKÁCS, 2012, p. 296).

Com base nessa articulação, Genro Filho (2012) mira no singular enquanto peculiaridade da práxis noticiosa e aponta que tanto o particular quanto o universal estão apresentados ou sugeridos, o que decorre da compreensão (também metodológica desse conhecimento) do singular como ponto de chegada da investigação crítico-dialética da realidade social. O jornalismo, desta feita, pode ser compreendido como “uma práxis que tem fundamentação objetiva e subjetiva tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha (os fatos sociais) como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo (o trabalho dos jornalistas em transformar fatos sociais em fatos jornalísticos)” (PONTES, 2015, p. 363).

Assim, enfeixam-se na articulação ontológica do jornalismo defendida pelo materialismo histórico dialético motivos suficientes para o resgate da noção de objetividade no jornalismo para além de suas incrustações neopositivistas, fenomenológicas e pragmatistas, que, de maneiras distintas, cimentam a essência manipulada do capitalismo comunicacional (DEAN, 2010) do século XXI.

### **Considerações finais**

A narrativa produzida historicamente pelo jornalismo informativo apresenta uma perspectiva de abertura de sentido (PONTES, 2015) que lhe é peculiar. Ela também possibilita a busca de um conhecimento sobre a realidade histórica em sua dimensão singular que permanece não só atual como necessária. As características que elegem essa forma de conhecimento como uma potência mesmo no cenário de crise do capital e o irracionalismo predominante no território digital perpassam a relação que essa práxis tem com a vida cotidiana, local central das mudanças

qualitativas necessárias a outra forma de sociabilidade, visto que, sem alterar substantivamente os pores teleológicos das classes subalternas, nenhum outro mundo será construído.

Todavia, um dos saberes necessários a essa prática jornalística é a crítica ontológica, inevitavelmente munida de uma postura ideológica que se conecte à busca pela concreticidade. Um jornalismo, na esteira de Adelmo Genro Filho (2012), pode esclarecer caminhos e expressar uma visão mais ampla dos aspectos fundamentais da estruturação da realidade, tendo como porta de acesso o singular. Segundo a impostação de Lukács, o objeto da ontologia marxista, diferentemente da ontologia clássica e subsequente, “é o que existe realmente: a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior” (2014, p. 27).

O que podemos apontar, para além de uma objetividade neutralizada, alvo das críticas de autores clássicos dos estudos de jornalismo, é que a perspectiva ontológica nos dá bases para um novo patamar de conhecimento, isso ao aglutinar o contato com a realidade a uma postura afinada com a ótica das classes subalternas. O impulso coletivo pela compreensão da realidade social deve ser o horizonte de uma prática jornalística crítica, fundamental para se conhecer o mundo em que vivemos. Isso porque, no cenário da luta de classes, cabe a quem desenvolve sua prática social transformadora a exatidão do território em que precisa transitar.

Entendemos a razão crítica como uma vertente dialética de esclarecimento, embate racional, e, mais do que isso, elevação do potencial do jornalismo como reconhecimento vital dos aspectos singulares da realidade, que podem determinar e delimitar o horizonte e a conscientização dos sujeitos em torno de um projeto de luta social. Para além do irracionalismo do senso comum contemporâneo, a razão dialética aplicada ao jornalismo torna-se um projeto consistente de busca de alterações nas bases sociais que sustentam o metabolismo reinante. O desafio para esse resgate da realidade objetiva no conhecimento proporcionado pelo jornalismo está na hegemonia cada dia mais intensa

dos estranhamentos cotidianos potencializados pelo ambiente digital. A superação desses processos de ditadura fetichista das estruturas de sentimento não pode nunca ser vista como tarefa unicamente gnosiológica, pois, sem alterações ontológicas no mundo da vida material, portanto sem a práxis coletiva dos sujeitos sociais, o irracionalismo tende a mascarar as possibilidades de avanço crítico na consciência dos indivíduos.

O jornalismo não pode ser descartado simplesmente pelo uso que tem sido dado a ele nos últimos tempos, colocando como seu horizonte a postura viciosa e antiética das boatarias em território digital. A bandeira de uma prática jornalística crítica e emancipatória precisa ser o eixo principal dos teóricos do jornalismo e daqueles que se engajam em diversos arranjos diferenciados, seja em coletivos, cooperativas, movimentos sociais ou dos virtuosos jornalistas críticos que ainda permanecem nas cadeiras da imprensa convencional. Para isso, é fundamental reconhecer de forma bastante precisa que há um mundo a conhecer e transformar.

## Referências

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DEAN, J. *Blog Theory*. Cambridge: Polity, 2010.
- DEMENECK, B. *Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito*. 2009. 133 f. (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2009.
- DUAYER, M.; SIQUEIRA, A.; ESCURRA, M. F. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2013.
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. *Marx no Século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FUCHS, C. Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 43, p. 67-93, jul./dez. 2016.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.
- GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.
- GUERRA, Josenildo. *A objetividade no jornalismo*. 1998. 186 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1998.

- HENRIQUES, R. P. *Linguagem, Verdade e Conhecimento*. Vitória, ES: EDUFES, 2014.
- HUNGARO, E. M. A questão do método na teoria social de Marx. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 15-78.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács: entrevistas a Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, G. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MORETZSOHN, S. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, ago./dez. 2017.
- MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PONTES, F. *Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.
- RANIERI, J. *Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SPONHOLZ, L. *Jornalismo, Conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.
- SOUZA, R. B. R de. “Fake news”, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística. *Revista FAMECOS*, v. 26, n. 3, p. e33105, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33105>
- TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ŽIŽEK, S. (Org.). *Primeiro como farsa, depois como tragédia*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## **Sobre o autor**

*Rafael Bellan Rodrigues de Souza* – Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Jornalista, mestre em Comunicação pela Unesp (Bauru), doutor em Ciências Sociais pela Unesp (Araraquara) com pós-doutorado pela ECA-USP.

---

Data de submissão: 28/10/2019

Data de aceite: 03/11/2020

## Entre o algoritmo e a curadoria: programação radiofônica, gêneros musicais e repetição<sup>1</sup>

### Between algorithm and curation - Radio programming, music genres and repetition

Marcelo Kischinhevsky<sup>2</sup>

Gustavo Ferreira<sup>3</sup>

Claudia Góes<sup>4</sup>

Artur Seidel<sup>5</sup>

Liana Monteiro<sup>6</sup>

**Resumo:** *Este artigo investiga o processo de construção da programação musical radiofônica, cada vez mais tensionada entre dois polos: a curadoria humana e a mediação algorítmica dos softwares de automação. No percurso, propõe-se uma reflexão sobre os papéis exercidos por categorias como gêneros musicais, diversidade e repetição. Parte-se da premissa de que a música permanece central para o rádio num momento de transição nas indústrias midiáticas em que se consolidam novos intermediários, notadamente serviços de streaming, em que a curadoria humana foi progressivamente dando lugar a sofisticados sistemas de automação, reorganizando a escuta de música em larga escala.*

1 Versão revista e ampliada de trabalho apresentado no encontro anual do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, durante o 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na Universidade Federal do Pará, em Belém (PA), em setembro de 2019. Agradecemos ao bolsista de pesquisa Rodrigo Caê, graduando em Produção Cultural pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), pelas contribuições à presente reflexão.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-4838-2162>. E-mail: marcelokisch@gmail.com

3 Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0001-6997-4127>. E-mail: guzferreira@gmail.com

4 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-3763-4608>. E-mail: musicabrpt@gmail.com

5 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-6600-2610>. E-mail: arturseidel@gmail.com

6 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-2565-5073>. E-mail: liana@forum.ufrj.br

**Palavras-chave:** *Rádio; programação musical; curadoria; automação; mediação algorítmica.*

**Abstract:** *This article investigates the process of building a radio programming, increasingly tensioned between two poles: human curation and the algorithmic mediation of automation software. We propose a discussion on the roles played by categories such as musical genres, diversity and repetition. The argument is based on the premise that music remains central to radio at a time of transition in media industries. This time of new intermediacy consolidation is marked by streaming services in which human curation has progressively given way to sophisticated automation systems, reorganizing music listening on a large scale.*

**Keywords:** *Radio; music programming; curation; automation; algorithmic mediation.*

## Introdução

Encadear uma sequência de músicas de modo a engajar uma audiência, construindo ou capitalizando vínculos afetivos, é uma atividade que foi gradualmente alçada ao *status* de arte ao longo das últimas seis décadas. Com a consolidação das indústrias fonográfica e radiofônica, nos anos 1950, o *disc-jockey* (DJ) tornou-se um ícone pop, conhecedor de “boa música”, articulador de festas e outros eventos sociais, um *entertainer*, mestre de cerimônias, em suma, um mediador cultural, apto a prescrever a públicos específicos o que se deveria ouvir, uma trilha sonora não só para as pistas de dança, mas para o cotidiano.

Esses atributos ganharam importância primeiramente com a expansão da Frequência Modulada, nos anos 1980, com a popularização da música eletrônica, nos 1990, e com os novos atores digitais da mídia sonora, nos 2000. Não é coincidência que os primeiros DJs, na virada dos anos 1950 para 1960, tenham se tornado celebridades, apresentando *shows* radiofônicos que levavam seus nomes e assinando coletâneas lançadas pela indústria fonográfica com sucessos do momento. O mesmo ocorreu com os DJs dos diversos subgêneros eletrônicos, muitos dos quais se tornariam astros internacionais. Talvez por isso, o pioneiro serviço de *streaming*, Last.fm, lançado em 2003, na Inglaterra, com a pretensão de ser a última FM – no sentido de que, depois dele, supostamente as emissoras musicais em ondas hertzianas perderiam sua razão de existir –, apresentasse, em sua página na internet, fotos e pequenos textos sobre seus mais de 40 programadores.

Esses perfis funcionavam como uma espécie de certificado da curadoria humana para um complexo sistema ancorado no *software* Audioscrobbler, que informava ao serviço cada música ouvida pelo usuário em seu computador e traçava, por meio de algoritmos, um perfil, formando sequências de músicas em fluxo contínuo. Em dez anos, o serviço acumulou mais de 43 bilhões de *scrobbles*, o que equivalia a uma *playlist* que levaria 391 mil anos para ser executada (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 76). A categorização dos conteúdos em gêneros e subgêneros musicais, por meio de ferramentas de etiquetagem, rastreamento e distinção,

desempenhava papel-chave no processo de identificação entre os ouvintes da Last.fm (AMARAL, 2007, p. 235-239)<sup>7</sup>, que funcionava como um híbrido de mídia social e plataforma de consumo musical.

*Softwares* de automação vêm gradualmente assumindo protagonismo, não apenas entre os novos atores do mercado digital de mídia sonora, mas também no rádio. A maioria absoluta das emissoras musicais incorporou às suas rotinas produtivas programas proprietários como Pulsar, Playlist e AVA ou gratuitos como Zara e Radio DJ, passando a encadear sua programação musical através de algoritmos. O papel do DJ programador, antes uma estrela radiofônica, está cada vez mais restrito à seleção de fonogramas que entrarão numa pasta de arquivos a partir da qual o *software* construirá sequências, muitas vezes a partir de parâmetros opacos ou simplesmente aleatórios. Quando muito, o programador interfere na frequência de execução de uma determinada faixa, a partir de ajustes no seu percentual de rotatividade, e determina – a partir de critérios subjetivos e/ou comerciais – quando o seu ciclo na programação deve se encerrar.

Entende-se, contudo, que há um fator de distinção que reverte em ganhos de audiência para emissoras que não abrem mão da seleção da programação musical por meio da curadoria humana. Rádios universitárias e educativas são exemplos da persistência de programadores de carne e osso, que até recorrem a *softwares* de automação, mas permanecem no comando do processo, acionando critérios artísticos para seleção e gestão de repertório – uma espécie de ativismo musical, que apela a valores como *autenticidade*, *qualidade* e *exclusividade*, em contraponto ao *mainstream* das paradas de sucessos homogeneizantes.

Neste artigo, discute-se essa tensão entre a mediação algorítmica e a curadoria humana no rádio, meio que, a despeito do avanço das plataformas digitais, permanece como espaço central na prescrição musical. Nada menos que 83% da população escutam emissoras radiofônicas

7 Comprada pelo CBS Interactive Music Group, em 30 de maio de 2007, a Last.fm perdeu audiência gradativamente, sobretudo quando começou a cobrar mensalidades. Ainda assim, em 2011 informava contar com cerca de 40 milhões de usuários ativos – o número deixou de ser atualizado após essa data.

diariamente nas 13 maiores regiões metropolitanas do país, segundo dados da Kantar IBOPE Media<sup>8</sup>. A audiência é ainda maior (86%) entre os mais jovens, e a programação musical desempenha papel-chave, sendo consumida por 93% dos ouvintes.

No percurso, revisamos a escassa literatura disponível sobre programação musical radiofônica, majoritariamente internacional e/ou dedicada a estudos de caso de emissoras comerciais (cf. ROTHENBUHLER, 1985; ROTHENBUHLER; MCCOURT, 1987; AHLKVIST; FISHER, 2000; AHLKVIST, 2001; AHLKVIST; FAULKNER, 2002; KISCHINHEVSKY; HENRIQUES, 2015; GAMBARO; VICENTE; RAMOS, 2018). Também se contextualiza o papel da música no rádio num momento de transição nas indústrias midiáticas em que se consolidam novos intermediários, notadamente os serviços de *streaming* (a respeito, cf. KISCHINHEVSKY; VICENTE; DE MARCHI, 2015; DE MARCHI, 2016; VICENTE; DE MARCHI; GAMBARO, 2016; KISCHINHEVSKY; DE MARCHI, 2016; VICENTE; KISCHINHEVSKY; DE MARCHI, 2018), a importância da curadoria humana (GAMBARO, 2016) e o crescimento da oferta de *playlists*, formato que tem assumido centralidade nas indústrias de mídia sonora (FERREIRA, 2017).

A presente reflexão é um desdobramento de cartografia da radiodifusão universitária desenvolvida ao longo dos últimos três anos (para resultados preliminares desta pesquisa, cf. KISCHINHEVSKY; MUSTAFÁ; PIERANTI; HANG, 2018; e KISCHINHEVSKY; MUSTAFÁ; MATOS; HANG, 2018), bem como da construção da programação musical da emissora da UFRJ, da qual quatro autores participaram diretamente ao longo de 2019.

A cartografia, com 106 emissoras identificadas até o momento (68 FMs, 33 *web* rádios e cinco AM), envolveu a aplicação de um questionário *on-line* com 57 respostas válidas e escuta sistemática de 24 horas de programação de 15 delas, selecionadas a partir de sua importância

8 Inside Radio 2019. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/download-inside-radio/>. Último acesso: 4 nov. 2019.

histórica, de sua relevância nos seus mercados de atuação e da representatividade regional e da vinculação (instituições de ensino superior públicas, privadas e confessionais, federais, estaduais e municipais, comunitárias). Os dados obtidos expõem o papel da música no rádio universitário: apenas uma emissora, entre todas as investigadas, trabalha exclusivamente com conteúdo jornalístico; todas as demais recorrem à programação musical para construir suas identidades e estabelecer vínculos com seus públicos-alvo.

Iniciamos a discussão, no entanto, com uma abordagem teórica sobre a relação entre gêneros musicais e a radiofonia, pensando ainda sobre as dinâmicas de repetição e inovação em torno das quais a indústria se estruturou nestas últimas décadas, com flagrantes desafios à diversidade da oferta de bens simbólicos.

### **Formato canção e gêneros musicais como (problemáticas) unidades de análise**

Ao extrair o conteúdo de um *compact disc* (CD) para alimentar o acervo musical de uma emissora de rádio, é importante verificar se os fonogramas estão acompanhados dos metadados correspondentes, como título das faixas, autores, intérpretes, gravadora, ano de gravação, editora. Uma dessas informações, contudo, é usualmente descartada pelos programadores musicais, pois não reflete o que vai ser ouvido: na esmagadora maioria dos CDs gravados por artistas brasileiros nos principais selos fonográficos multinacionais, a música recebe o selo “Latina”.

Não está em questão aqui a identidade latino-americana dos músicos brasileiros, mas sim o caráter homogeneizante da atuação das grandes gravadoras de discos, que nivelam toda a produção local a um rótulo que evoca uma latinidade imaginária, talvez existente apenas nos escritórios de *marketing* dessas empresas.

Esta é apenas a ponta de um enorme *iceberg*. Gêneros musicais foram construídos e tensionados ao longo do século XX como uma estratégia mercadológica. No Brasil e em outros países, por força da legislação, os

discos em vinil, popularizados após a Segunda Guerra Mundial, traziam compulsoriamente indicações sobre como a música podia ser enquadrada numa perspectiva musicológica – marcha, marcha-rancho, maxixe, tango, bolero etc. Nas últimas décadas, no entanto, hibridizações dificultaram a demarcação de gêneros estabelecidos muitas vezes há mais de um século. As misturas de elementos diversos estão por trás, por exemplo, do surgimento do *rock'n'roll*, do *hip hop*, da música eletrônica e de outras manifestações artísticas que alargam fronteiras de gêneros e ressignificam rótulos estabelecidos.

Gêneros musicais desenvolvem-se entre os polos da consolidação e da abertura, ora lapidando, ora implodindo gramáticas específicas, em que a repetição de estruturas melódicas desempenha papel central (cf., por exemplo, FRITH, 1996; JANOTTI JR., 2006; e CARDOSO FILHO, 2008). Gêneros vendidos pela indústria fonográfica, no entanto, não coincidem necessariamente com segmentos explorados pela indústria radiofônica, abrindo um rico campo de disputas de sentido em que discursos imbuídos de juízos de valor e operações de distinção social incidem fortemente, auxiliando na identificação ou no rechaço de músicas, artistas e gêneros específicos por parte das audiências.

O rádio musical trabalha, majoritariamente, com o formato canção, consagrado pela indústria fonográfica no início do século XX. Apoiado na perspectiva da semiótica greimasiana do pesquisador e compositor Luiz Tatit, ex-integrante do grupo paulistano Rumo, Jorge Cardoso Filho (2008, p. 5) destaca que a canção se estrutura de uma maneira específica, num esquema que pode ser resumido com os seguintes elementos se sucedendo nesta ordem: estrofe => ponte => refrão => estrofe => refrão => solo => refrão.

De acordo com o pesquisador, a canção “possui um eixo LETRA × MELODIA estabilizado e apelo fundamental à voz de quem canta” (CARDOSO FILHO, 2008, p. 7). A gramática da canção se completa com a duração média em torno de 3 a 4 minutos, como resultado dos condicionamentos técnicos resultantes do suporte físico – os acetatos de 78 rotações por minuto, do início do século passado, só comportavam

gravações desta extensão, o que exigiu a simplificação da estrutura da música produzida à época, em que predominavam a ópera, a música de concerto e manifestações (mais ou menos) populares de formatos variáveis, como samba de roda, polcas, valsas, maxixes.

O formato canção, portanto, transita por gramáticas de produção e reconhecimento que envolvem dois movimentos:

a) articulação entre LETRA – MELODIA vai ser promovida mediante o emprego de estratégias reconhecidas pelas dinâmicas expressivas da música. Isso implica que uma atenção fundamental deve ser dada à voz que canta aquela canção, pois a hierarquização nos usos de cada uma das dicções recai sobre o sentido final da manifestação expressiva, b) as estruturas de repetição melódicas, embora expressivamente diferentes, geralmente promovem uma desaceleração da canção, o que implica que suas funções são extremamente semelhantes (por isso chamamos de “estruturas de repetição”) (CARDOSO FILHO, 2008, p. 8).

Alvo de estudos críticos, a repetição se torna chave para o reconhecimento (outra categoria amaldiçoada e associada à suposta regressão da escuta) e a apropriação da música pelo público em geral. Esse processo se aprofunda à medida que as indústrias fonográfica e radiofônica, constituídas a partir dos anos 1920, desenvolvem-se de modo profundamente imbricado. Ambas ganham força no Pós-Guerra, na virada entre os anos 1940 e 1950, quando se consolidam os discos de vinil – em 33 e 1/3 rotações por minuto, o chamado *long-play* (LP), e em 45 rpm, mais usado para *singles* – e os sistemas de gravação em fita magnética. O resultado desses avanços técnicos é a abundante oferta de fonogramas pré-gravados, em discos de tiragens cada vez maiores. No rádio, a ocupação da Frequência Modulada transformaria a forma como a música era ouvida: a prevalência das apresentações ao vivo na fase do rádio espetáculo daria lugar à música reproduzida em vinil.

O rádio, *locus* de veiculação da música registrada pela indústria fonográfica, já havia ajudado, desde as primeiras décadas do século XX, a consolidar o formato canção, operando numa dinâmica em que se estabeleciam hábitos de consumo musical, caracterizados em grande medida

pela repetição de estruturas melódicas. Mas nem tudo é repetição: o rádio se notabilizaria também como espaço de prescrição de lançamentos musicais, em geral novidades que a indústria fonográfica busca enquadrar (associando-os a gêneros preestabelecidos) e comercializar.

Jeder Janotti Junior destaca que, diante do “excesso informacional” nas últimas décadas, que pressupõe forte segmentação, os campos da produção, da circulação e do consumo “se valem de rótulos extremamente codificados”. Por isso, os gêneros seriam um elemento-chave “para a compreensão da produção de sentido das canções populares massivas”.

Os gêneros seriam, então, modos de mediação entre as estratégias produtivas e o sistema de recepção, entre os modelos e os usos que os receptores fazem destes através das estratégias de leitura dos produtos midiáticos. Antes de ser um elemento imanente aos aspectos estritos da música, o gênero estaria presente no texto através de suas condições de produção e consumo. [...] O gênero musical é definido então por elementos textuais, sociológicos e ideológicos, é uma espiral que vai dos aspectos ligados ao campo da produção às estratégias de leitura inscritas nos produtos midiáticos (JANOTTI JR., 2006, p. 137-138).

O gênero deve, portanto, ser entendido como um modo de endereçamento da música, que passa a ser inserida em uma “gramática” específica. O pesquisador britânico Simon Frith (1996) sustenta que os gêneros musicais estruturam o mercado, estabelecendo parâmetros para a produção, a execução (*performance* ao vivo) e a escuta. Um artista assina contrato com uma gravadora na expectativa de que seu trabalho será produzido e endereçado a determinado público-alvo imaginado dentro de regras específicas, que condicionam desde a linguagem de um vídeo e de fotos promocionais até a dinâmica em estúdio.

As regras dos gêneros musicais são sempre relativas à sociedade e ao período histórico em que são formuladas. Operam sempre entre dois polos: a inovação – necessária à indústria, mas, eventualmente, desorientadora – e a consolidação – que proporciona alguma estabilidade e previsibilidade –, associadas à repetição. Gêneros surgem num

movimento de organização do mercado da música, mas dependem de acordos tácitos entre os mais diversos atores – na época em que Frith escrevia, gravadoras de discos, emissoras de rádio, revistas musicais, promotores de *shows*, varejistas.

Os gêneros musicais que a indústria fonográfica tenta vender são, constantemente, objetos de disputa. Nesse sentido, Frith chama a atenção para a importância também das rádios, que passam a se segmentar nos mais diversos formatos a partir dos anos 1960 e vão testar os limites dos rótulos que as gravadoras buscam emplacar para vender mais. Só que essa segmentação atende a uma lógica muito distinta daquela das gravadoras – nos EUA, referência para o mercado brasileiro, formatos radiofônicos como “*country*”, “música clássica”, “*jazz*” e “*pop contemporary hit radio*” convivem com outros mais difíceis de definir, como “*adult contemporary*”, “*urban contemporary*”, “AOR (Album Oriented Rock)”, entre outros.

A indústria radiofônica segmenta-se fortemente a partir dos anos 1960 e 1970, para capitalizar a diversificação social e cultural, muitas vezes em frontal desacordo com estratégias comerciais das grandes gravadoras. Emissoras musicais do segmento *pop* contemporâneo tendem a abrir espaços na programação para diversos gêneros de sucesso no momento, passando por cima de comunidades de gosto. Emissoras de outros segmentos, como adulto contemporâneo, *rock*, *jazz*, clássico etc., por sua vez, operam com regras mais estritas de gêneros, trabalhando para oferecer programações mais homogêneas, atendendo a parâmetros de identificação e distinção.

Para Frith, o gênero musical como estratégia de endereçamento de bens simbólicos pressupõe um consumidor idealizado.

[...] ao usar rótulos de gênero para tornar o processo de marketing mais eficiente, companhias de discos partem do princípio de que há uma relação administrável entre rótulo musical e gosto do consumidor. Isso reside, em contrapartida, numa série de suposições sobre quem são estes consumidores em termos de idade, sexo, etnicidade, disponibilidade de renda, hábitos de lazer, e por aí em diante. Em termos de uma pesquisa mais ampla de mercado, suposições como esta são em geral suficientemente

eficientes [...]. Contudo, o que está havendo aqui é uma idealização, a criação de um consumidor de fantasia [...] e, nisso, a indústria segue o gosto mais do que a forma. [...] Ao decidir rotular uma música ou um músico de um modo particular, gravadoras de discos estão dizendo algo sobre o que as pessoas gostam e por quê; o selo musical age como um argumento sociológico e ideológico condensado. (FRITH, 1996, p. 85-86, tradução nossa)

Gêneros musicais estão o tempo todo sendo criados, testados, consolidando-se e tensionando seus próprios limites. Nesse sentido, acrescenta Frith, recoloca-se a questão das relações estabelecidas entre os prazeres da novidade e da repetição: gêneros populares estabelecem expectativas, e o desapontamento ocorre tanto quando elas não são atendidas quanto naqueles casos em que isso ocorre de modo muito previsível.

Essa lógica de consumo musical, atualmente, não se circunscreve às emissoras de rádio – entendidas como instituições mediadoras e balizadoras do gosto popular –, mas estende-se aos novos intermediários da mídia sonora. No *streaming*, a situação se complexifica, com gêneros musicais dividindo as atenções com *moods* (humores, estados de ânimo) como parâmetro de categorização dos fonogramas – estratégia que já reverbera na programação de algumas emissoras musicais. Pesquisa sobre o consumo de música realizada pela Box 1824, consultoria de tendências em consumo, comportamento e inovação, focou nas novas formas de mapeamento musical, considerando as semelhanças nas mensagens e especulando sobre o momento ideal para a audição de cada estilo. O estudo identificou que fatores subjetivos como estado de espírito, humor e disposição de ânimo são elementos considerados na hora da escuta.

Os *moods* categorizados pela pesquisa são: a) Dystopia (música *pop* reinventada – exemplos de artistas: Björk, Adele, Lorde); b) *Heavy* baile (música de rua, do gueto e de festas, como *hip hop*, música eletrônica e variações como *trap* e *funk* – ex.: M.I.A, Kanye West, Calvin Harris); c) Malícia melódica (músicas que falam de amor, sexo, paixão, sofrimento e desilusão – ex.: Thiaguinho, Luan Santana, MC Gui, Beyoncé etc.);

d) *Mass indie* (artistas independentes que têm inserção no mercado, como Kings of Leon, Beirut e, no Brasil, Silva e Lucas Santtana)<sup>9</sup>.

Mas se observarmos a reestruturação dos serviços de *streaming* nos últimos dois anos, perceberemos que a especialização se tornou muito mais profunda, com a classificação de fonogramas em categorias ou *playlists* intituladas como Relaxante, Para Cantar Junto, Malhação, Alegre, Festa, Romance, Zen, Foco, Orgulho LGBTQi etc.

### **Playlist no rádio e no streaming: aproximações e diferenças**

O endereçamento realizado pelos gêneros musicais (ou pelos *moods*) ocorre na programação musical, por meio do estabelecimento do formato segmentado. A ferramenta decisiva para uma programação musical segmentada do rádio, posteriormente adotada também pelas plataformas de *streaming*, é o desenvolvimento de regras e procedimentos para a definição de um formato específico de comunicação. Este formato é a *playlist*, que identifica o veículo com um segmento de atuação, ao estabelecer compromissos de oferta de música aos públicos desejados.

A *playlist* é o produto final de um processo de seleção baseado em discussões culturais e técnicas e disputas econômicas que pressupõem um ouvinte imaginado, com o qual aquela lista específica guarda maior ou menor aderência. Sua construção depende principalmente desta característica profissionalizante: a intencionalidade comunicativa em arregimentar certo público para certa sequência de canções. Constitui a unidade básica de uma programação musical radiofônica.

No rádio e no *streaming* essa construção discursiva por meio da *playlist* é fundamental, mas seus processos são diferentes no sentido em que enfatizam elementos e fontes de informação diferenciados. No rádio, segundo Ahlqvist (2001, p. 345-347), há uma disputa entre quatro eixos

9 Cf. “Pesquisa propõe nova forma de categorizar os estilos musicais por humores”. UAI, 2015. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2015/08/27/noticias-musica,171060/pesquisa-propoe-nova-forma-de-categorizar-os-estilos-musicais-por-humores.shtml>. Última visita: 28 jun. 2019.

“filosóficos” fundamentais que orientam uma curadoria feita pelo programador: foco na indústria ou na audiência e julgamentos estéticos ou “racionais”. No *streaming*, em que predomina a automação, este embate não é central porque a digitalização e o uso de algoritmos pressupõem a racionalização. Entretanto, ao contrário das comunidades de gosto, da identificação da estação e da conexão de quem prescreve a música com o ouvinte, prioriza-se a necessidade de personalização aos gostos, momentos e atividades do ouvinte, uma *playlist* especial para cada um e para cada momento. Em ambas as mídias, porém, o impulsionador da eleição de critérios e concepções de ouvinte é a necessidade de identificar um público e torná-lo subscritor desta dada prescrição, em razão da veiculação de anúncios ou pagamento de assinaturas.

A *playlist* aparece no rádio, ainda de acordo com Ahlqvist, como uma gramática de temporalidade, uma metanarrativa resultante da programação musical. A preocupação central nos estudos de rádio, entretanto, é a tendência de padronização que envolve a aplicação das mesmas *playlists* através do rádio. A programação pela *playlist* se produz como uma demarcadora temporária das comunidades de gosto, construindo repertórios e reforçando práticas de seleção específicas. Para Berland (1990, p. 182), uma construção que tende à padronização orientada por processos técnicos e administrativos dos grandes centros econômicos, principalmente quando se considera a tendência de concentração de controle sobre o rádio a partir da desregulamentação ocorrida nos EUA durante os anos 1990. Um exemplo, podemos acrescentar, é o formato *pop contemporary hit radio*, um dos mais populares nos EUA e no Brasil, que opera na lógica do *top 40* – ou seja, uma lista fechada de 40 fonogramas que são martelados ao longo da programação da emissora a cada 2 ou 3 horas, a partir de relações comerciais com selos fonográficos e pressupostos do que o deve ou não ser um *hit*, um sucesso de audiência.

Todavia, uma crítica dessa perspectiva “apocalíptica” da padronização procura oferecer uma análise mais profunda das interações entre imposições comerciais e visões do próprio papel do programador. É o que apresentam Rothenbuhler (1985) e Ahlqvist, Faulkner e Fisher

(2002; 2000), ao observarem que essas estratégias podem ser entendidas como ligadas às identidades do programador: (1) como representante de uma marca e responsável por sua identidade; (2) como “curador” de conteúdos adequados aos ouvintes; e (3) como promotor de músicas com potencial para ser sucesso comercial.

Rothenbuhler e McCourt (1987, p. 108) descrevem como os processos de seleção no rádio comercial são percebidos prioritariamente como rotinas profissionais, com categorias predefinidas de formato, aceitação e potencial. Iniciam-se com a “sensibilização”, em que se avaliam o universo de fonogramas disponíveis e quais são prioridades para a estação e, na sequência, pensam-se o espaço disponível na programação e os fonogramas selecionados em relação aos já estabelecidos no repertório. Esse processo rotineiro, nos anos 1980, levava menos em conta pedidos de ouvintes, vendagens de discos e outras rádios do que informações de promotores da indústria fonográfica, recomendações de especialistas, reputação de artistas, espaço na programação e percepções subjetivas dos diretores musicais sobre o potencial de alcançar um *hit*. Há grande preocupação em estabelecer uma reputação ou credibilidade ao trabalho desenvolvido e nos resultados obtidos por essa seleção.

A característica principal desse olhar profissional sobre a construção da programação consiste na base comercial que o regula. Em outras palavras, este procedimento é predominantemente regulado pela lógica de gestão de negócios e não, necessariamente, pela lógica comunicativa ou educativa. Em grande parte, assim, o público é avaliado em termos de segmentos de audiência, ou como consumidor, tipificado de acordo com lógicas de mercado e não como interlocutor em um processo de trocas simbólicas. A reputação é construída em termos de diferentes segmentos priorizando não o ouvinte, mas os outros profissionais (ROTHENBUHLER, 1985, p. 212).

Já Ahlqvist e Faulkner (2002, p. 196) propõem um detalhamento das variações de práticas dos responsáveis que parta para um estudo da produção da cultura, ou seja, situe na subjetividade dos programadores e sua negociação com a racionalização profissional uma análise mais

compreensiva e qualitativa. É assim que apresentam a ideia de filosofias de programação, que descreve abordagens de programadores para legitimar a construção da *playlist*. As filosofias representam os valores hierarquizados que determinam a seleção musical, compartilhados discursivamente no mundo profissional do rádio. Assim, programadores lidam com oposições binárias: estética ou pesquisa, sobre seleção das músicas, e atender aos ouvintes ou à empresa/indústria, sobre seu papel. A determinação de posições em alguns desses eixos orientará, para Ahlqvist (2001, p. 345), as práticas de seleção.

Nesse contexto, a estética ocupará lugar central nos fatores de qualidade musical e da subjetividade do “ouvido” do programador. O gosto e o conhecimento do programador são chaves nessa filosofia. A outra posição concentra-se na racionalização da seleção. Busca-se a objetividade e utilização de dados, ignorando-se a audição da música em si. Nesse caso há uma valorização profissional e procedimental da seleção, com base em dados de audiência e pesquisas com ouvintes.

No eixo do papel exercido pelo programador, em um extremo uma filosofia situa o programador como um consumidor substituto, ou seja, como alguém que seleciona as músicas imaginando-se o ouvinte da rádio e daqueles fonogramas, orientando-o, mas com foco na experiência do ouvinte. Nesse caso, porém, o conhecimento musical ou a subjetividade são vistos como possível empecilho ao programador, pois é preciso compreender a perspectiva do ouvinte, não a do profissional. O alcance dos objetivos de mercado da emissora e da indústria fonográfica é o foco central. Nesta última, a interpretação das pesquisas e do conteúdo artístico é papel da gravadora, que subsidia o programador, intermediário entre as estratégias da indústria e o público.

Tais estudos exibem como a lógica do rádio comercial organiza a programação musical. Entretanto, nas emissoras sem fins lucrativos essas filosofias são significativamente diferentes. Tim Wall (2007, p. 36) observa que a construção da programação de rádios universitárias norte-americanas é, em um grau mais acentuado, associada a uma atuação política e à promoção de música alternativa ou independente.

Wall demonstra que um discurso de “alternatividade” nessas rádios é baseado em uma variedade de repertórios diferentes que operam em conjunto com as histórias culturais que envolvem tais repertórios e não é limitado a um discurso de gênero musical específico. A construção de uma “alternatividade” orienta escolhas das canções e sua apresentação em acordo com uma predominância de discursos progressistas, educativos e de contracultura predominantes nas mídias sem fins lucrativos dos EUA. Assim, a definição de alternativo mostra-se variável de acordo com relações culturais e políticas.

Essa perspectiva se assemelha às filosofias “não-rationais” de Ahlkvist (2001, p 345), em que a preocupação é orientada à educação, à empatia com o ouvinte e com os valores estéticos das músicas selecionadas, mas acrescenta dimensão política à análise. Além disso, a ideia de autenticidade, associada à produção discursiva do gênero musical discutida por Frith, reaparece aqui associada aos discursos “alternativos”.

Toda essa lógica aplicada à curadoria humana da programação musical pode servir de quadro teórico para os serviços de *streaming*, principalmente pela percepção de que o “toque humano” é essencial para a identificação destes serviços como canais de música e não apenas bibliotecas de dados (GLANTZ, 2016, p. 45-46). Entretanto, diante da dimensão dos dados disponíveis para a organização da programação e da ênfase do mercado digital na personalização do acesso aos conteúdos, o uso de algoritmos para filtragem, seleção e ofertas aos usuários sempre foi peça-chave. Essa necessidade também se justifica pela tentativa de enquadramento de tais empresas não como empresas de mídia musical, mas como empresas de tecnologia – ainda que seus discursos se sustentassem pesadamente na remediação do rádio como o fluxo contínuo, a identificação com o serviço e a especialidade das ofertas musicais (ERIKSSON *et al.*, 2019, p. 12).

Usando a perspectiva das filosofias de programação para análise, na automação predominará a racionalidade, principalmente pela necessidade de quantificar e transpor para chaves numéricas comportamentos subjetivos como a definição de gêneros e seus discursos, altamente

usadas por curadores, sobre sensações, sentimentos e atividades ligadas à audição de determinadas músicas, como estados emocionais e atividades físicas.

Ainda está por se demonstrar, porém, se a construção de tais algoritmos imbuídos também de uma intencionalidade comunicativa preenche os mesmos papéis que a programação da *playlist* radiofônica.

## Considerações finais

O rádio musical enfrenta um desafio inédito ao encarar uma concorrência que não mede sua audiência em milhares de ouvintes por minuto, mas sim em centenas de milhões de assinantes, como é o caso de Spotify, Deezer, Apple Music e outros serviços de *streaming* – que também podemos chamar de *rádio social* –, todos com acervos superiores a 50 milhões de fonogramas. A automação de processos, como a gestão de catálogos e a rotatividade de faixas na programação, é incontornável, diante do enfraquecimento do mercado radiofônico, com queda de faturamento e inédita perda de postos de trabalho. Muitos programadores musicais hoje respondem pela curadoria de duas, três ou mais emissoras, simultaneamente, equilibrando-se entre interesses comerciais e critérios artísticos.

Entendemos que, ao abrirem mão da curadoria humana em suas programações, muitas emissoras assinam os próprios atestados de óbito, com sua oferta de bens simbólicos tornando-se indistinta daquela trazida pelos novos atores do entorno digital. A segmentação, nesse sentido, pode ser uma armadilha, fazendo com que o ouvinte permaneça em terreno conhecido e não se surpreenda com qualquer faixa inserida na *playlist*. Entendemos que gêneros musicais, tratados de forma estanque, engessam a construção de uma programação musical e podem criar falsos dilemas. “*Rock*” pode ser entendido como um rótulo voltado para um público jovem, embora o gênero exista há mais de 60 anos. “*Samba*”, por sua vez, apresenta mil subdivisões – “*pagode*”, “*samba de raiz*”, “*partido alto*”, por exemplo – que operam muito mais no campo discursivo do que no musicológico, dificultando, e muito, a mediação algorítmica.

O caráter homogeneizante da segmentação do rádio comercial no Brasil e a subordinação das dinâmicas de circulação musical às estratégias de vendas das companhias fonográficas aumentam a responsabilidade dos programadores radiofônicos no sentido de não reiterar esses processos, que prejudicam a diversidade na oferta de bens simbólicos e a veiculação de manifestações artísticas preteridas pela mídia de referência. Infelizmente, essa preocupação se manifesta em poucas emissoras, geralmente universitárias e/ou públicas de caráter educativo, que em geral não perseguem audiências massivas.

Fica patente, contudo, a necessidade de que as emissoras de rádio (re)estabeleçam canais de realimentação da programação musical, que deve ser constantemente renovada, com uma escuta efetiva das demandas da audiência, sem desconsiderarmos também a estrutura de divulgação das gravadoras de discos<sup>10</sup>.

Escutamos uma programação musical porque reconhecemos grande parte daquelas músicas (constituem uma gramática familiar para nós, que integramos determinadas *comunidades de gosto*), mas não apenas por isso. Queremos também ser surpreendidos, tendo acesso a lançamentos ou relembando sucessos do passado, que evocam memórias, reminiscências de outros tempos que recordamos com carinho. Inovação e repetição caminham de mãos dadas, configurando hábitos de escuta mais ou menos voláteis, condicionados por diversos outros fatores, inclusive estéticos e políticos.

Advoga-se aqui que, apesar da inviabilidade de se elaborar manualmente uma programação musical que se estenda 24 horas por dia, de segunda a segunda, o programador radiofônico de carne e osso faz diferença para o futuro do meio. E, nesse sentido, este profissional precisa recuperar seu status de artista, de conhecedor de música e das complexas tramas de sentido que a permeiam, construindo laços, vínculos entre emissora e audiência. O trabalho do programador, sobretudo nas

10 Em visita do primeiro autor a uma das emissoras acompanhadas durante a cartografia da radiodifusão universitária, surpreendentemente foi constatado que há orçamento para aquisição mensal de CDs, que poderiam ser obtidos gratuitamente junto às gravadoras, como parte de sua estratégia de divulgação.

emissoras sem fins lucrativos, precisa se pautar por filosofias de programação “não-rationais”, como diria Ahlqvist, mas que conciliem parâmetros técnicos (diversidade de gêneros, pluralidade de artistas, representatividade das faixas selecionadas, equilíbrio entre lançamentos e sucessos do passado, que proporcionam um efeito de reconhecimento) e afetivos (acionamento de mecanismos de subjetivação, identidade, gosto).

O rádio musical sobreviveu às *playlists* individualizadas em MP3 ouvidas em dispositivos móveis, mas, diante do crescimento exponencial da oferta de fonogramas trazida pelos serviços de *streaming*, forçosamente tem que se diferenciar da racionalidade imposta pelos *softwares* de automação. E o único caminho para isso é a curadoria humana qualificada, levada a cabo com iguais doses de inteligência e envolvimento emocional.

Esperamos que essas reflexões contribuam para o debate sobre a construção de programações radiofônicas musicais, ampliando a discussão teórica sobre um tema ainda tão negligenciado nos estudos de rádio e mídia sonora.

## Referências

- AHLKVIST, J. A. Programming philosophies and the rationalization of music radio. *Media, Culture & Society*, v. 23, n. 3, p. 339-358, 2001.
- AHLKVIST, J. A.; FAULKNER, R. “Will This Record Work for Us?”: Managing Music Formats in Commercial Radio. *Qualitative Sociology*, v. 25, n. 2, p. 189-215, 2002.
- AHLKVIST, J. A.; FISHER, G. And the hits just keep on coming: Music programming standardization in commercial radio. *Poetics*, v. 27, n. 5-6, p. 301-325, 2000.
- AMARAL, A. Plataformas de música *on-line*: práticas de comunicação e consumo através dos perfis. *Contracampo* (UFF), n. 20, ago. 2009.
- CARDOSO FILHO, Jorge. Emergência do sentido na canção midiática: uma proposta metodológica. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 18, jan./jun. 2008.
- BERLAND, J. Radio space and industrial time: Music formats, local narratives and technological mediation. *Popular Music*, v. 9, n. 2, p. 179-192, 1990.
- DE MARCHI, L. *A destruição criadora da indústria fonográfica brasileira, 1999-2009: dos discos físicos ao comércio digital de música*. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2016.
- ERIKSSON, M.; FLEISCHER, R. *et al.* *Spotify Teardown: Inside the Black Box of Streaming Music*. Cambridge: MIT Press, 2019.

- FERREIRA, G. Uma revisão bibliográfica do conceito de playlist. In: *Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, 2017.
- FRITH, S. *Performing rites: On the value of popular music*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- GALLEGO PÉREZ, J. I. User-Generated Playlists: Radio Music Programming in the Age of Peer-to-Peer Production, Distribution and Consumption. In: BONINI, T.; MONCLÚS, B. (Org.). *Radio Audiences and Participation in the Age of Network Society*. NY: Routledge, 2015.
- GAMBARO, D.; VICENTE, E.; RAMOS, T. S. A divulgação musical no rádio brasileiro: da “caititugem” aos desafios da concorrência digital. *Contracampo*, v. 37, n. 2, ago./nov., 2018.
- GAMBARO, D. Curadoria Smart: reflexão sobre o papel do rádio na relação com a indústria musical. In: *Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, SP, 2016.
- GLANTZ, M. Internet radio adopts a human touch: A study of 12 streaming music services. *Journal of Radio & Audio Media*, v. 23, n. 1, p. 36-49, 2016.
- HESBACHER, P. Sound exposure in radio: The misleading nature of the station playlist. *Popular Music and Society*, v. 6, n. 2, p. 105-117, 1978.
- JANOTTI JUNIOR, J. Mídia e música popular massiva: dos gêneros musicais aos cenários urbanos inscritos nas canções. In: PRYSTHON, A. (Org.). *Imagens da cidade: Espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- KISCHINHEVSKY, M.; MUSTAFÁ, I.; PIERANTI, O. P.; HANG, L. Rádios universitárias no Brasil: Um campo em constituição. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 15, n. 9, p. 132-142. Alaic: 2018.
- KISCHINHEVSKY, M.; MUSTAFÁ, I.; MATOS, C. M.; HANG, L. Por uma historiografia do rádio universitário no Brasil. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v. 7, n. 2. São Paulo: Rede Alcar, 2018.
- KISCHINHEVSKY, M.; DE MARCHI, L. Expanded radio. Rearrangements in Brazilian audio media markets. *Radio, Sound & Society Journal*, v. 1, p. 75-89, 2016.
- KISCHINHEVSKY, M.; HENRIQUES, P. R. Memória afetiva e (re)construção de marca de uma emissora musical pioneira em FM no Brasil. *Inmediaciones de la Comunicación*, v. 10, n. 10, p.131-144, 2015.
- KISCHINHEVSKY, M.; VICENTE, E.; DE MARCHI, L. Em busca da música infinita: os serviços de streaming e os conflitos de interesse no mercado de conteúdos digitais. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 17, n. 3, p. 302-311, 2015.
- ROTHENBUHLER, E. W. Programming Decision Making in Popular Music Radio. *Communication Research*, v. 12, n. 2, p. 209-232, 1985.
- ROTHENBUHLER, E. W.; MCCOURT, T. Commercial Radio and Popular Music: Processes of Selection and Factors of Influence. In: LULL, J. (Org.). *Popular Music and Communication*. Beverly Hills: Sage, 1987. p. 101-115.

VICENTE, E.; KISCHINHEVSKY, M.; DE MARCHI, L. A consolidação dos serviços de *streaming* e os desafios à diversidade musical no Brasil. *Eptic On-Line* (UFS), v. 20, p. 25-42, 2018.

VICENTE, E.; DE MARCHI, L.; GAMBARO, D. O rádio musical no Brasil: elementos para um debate. In: ZUCULOTO, V.; LOPEZ, D.; KISCHINHEVSKY, M. (Org.). *Estudos radiofônicos no Brasil – 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom*. São Paulo: Intercom, 2016.

WALL, T. Finding an alternative: Music programming in us college radio. *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, v. 5, n. 1, p. 35-54, 2007.

## Sobre os autores

*Marcelo Kischinhevsky* – Professor do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No presente artigo, o autor contribuiu com a estrutura e a redação final do artigo.

*Gustavo Ferreira* – Professor de Comunicação e Multimeios da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No presente artigo, o autor contribuiu com as reflexões teóricas sobre as relações entre *playlist* e programação musical radiofônica, bem como sobre a tensão entre curadoria e mediação algorítmica.

*Claudia Góes* – Doutora em Ciências Musicais pelo Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa (INET/UNL), Portugal, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, jornalista e radialista. No presente artigo, a autora contribuiu com as reflexões teóricas sobre gêneros musicais e o papel dos *moods* (estados de ânimo) no rádio e no *streaming*.

*Artur Seidel* – Doutorando em Comunicação e Cultura pela UFRJ e mestre pela mesma instituição. Bolsista do Núcleo de Rádio e TV da UFRJ. No presente artigo, o autor contribuiu com a discussão sobre a construção de uma programação musical radiofônica, a partir da experiência da Rádio UFRJ.

*Liana Monteiro* – Mestranda em Comunicação e Cultura e graduada em Comunicação Social, habilitação Radialismo, pela Escola de Comunicação da

UFRJ, servidora técnico-administrativa do Núcleo de Rádio e TV da mesma instituição. No presente artigo, a autora contribuiu com a discussão sobre a construção de uma programação musical radiofônica, a partir da experiência da Rádio UFRJ.

---

Data de submissão: 03/12/2019

Data de aceite: 07/08/2020

## Trabalho Digital: o papel organizador da comunicação

### Digital Labor: the organizing role of communication

Rafael Grohmann<sup>1</sup>

**Resumo:** *O artigo lança bases teóricas para entender a área de trabalho digital desde a comunicação. Para isso, discute o processo de plataformação do trabalho para além da chamada “uberização” e com clivagens de raça, gênero, frações de classe e território. Considera as plataformas como meios de produção e comunicação, com lógicas de interações e processos produtivos desde suas arquiteturas. Assim, trata do papel da comunicação como organizadora do trabalho digital tanto no controle e gestão do trabalho nas plataformas quanto nas possibilidades de organização dos trabalhadores, seja em associações, sindicatos, cooperativas de plataformas ou arranjos mais informais.*

**Palavras-chave:** *Trabalho digital; plataformação do trabalho; organização de trabalhadores em plataformas.*

**Abstract:** *The paper aims to theorize on digital labor from communication point of view. Thus, it discusses the platformization of labor beyond the so-called “uberization” and with race, gender, class and territory perspectives. It considers platforms as means of production and communication, with logics of interactions and productive processes since their designs. The article discusses, then, the role of communication as an organizer of digital labor both in the control and management of work on platforms and in the possibilities of organizing workers, whether in associations, unions, platform cooperatives or more informal arrangements.*

**Keywords:** *Digital labor; platformization of labor; workers’ organization in platforms.*

1 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-1063-8668>. E-mail: rafael-ng@uol.com.br

## Introdução

Desde o início da década de 2010, vários pesquisadores têm debatido as interfaces entre tecnologias digitais e mundo do trabalho a partir da alcunha “trabalho digital”. Um marco é a publicação da coletânea *Digital Labor*, por Scholz (2012). Podemos dizer que entre 2012 e 2016 houve uma primeira fase de estudos sobre trabalho digital, como os de Fuchs (2014) e Huws (2014), com predomínio da discussão sobre trabalho gratuito/não pago (*free labor*) dos usuários nas plataformas digitais<sup>2</sup>.

A partir de 2016, com a ascensão de plataformas de trabalho como Uber ao redor do mundo, os debates se deslocam para a chamada “uberização do trabalho”, envolvendo temas como capitalismo e cooperativismo de plataforma, trabalho humano e inteligência artificial, dataficação e trabalho, regulação do trabalho em plataformas. Alguns exemplos são as pesquisas de Casilli (2019), Gray e Suri (2019), Roberts (2019) e Cant (2019).

Trabalho digital refere-se a uma área de estudos e não a um conceito, pois a atividade de trabalho é sempre humana. Como um guarda-chuva, abarca pesquisas de diversos campos, como sociologia, direito, economia, geografia, psicologia, urbanismo e ciência da informação, além da comunicação. Mas o que todas essas discussões têm a ver com comunicação? O que há de comunicacional no trabalho digital?

O tema do trabalho aparece muitas vezes como matéria estrangeira na área, principalmente quando as pesquisas não tratam especificamente do trabalho dos comunicadores, a despeito dos esforços de Mosco (2011) e Figaro (2018), por exemplo, que mostram as inter-relações entre processos de trabalho e comunicação. Compreendemos a comunicação como um lugar de articulação e reorganização de saberes (SODRÉ, 2014), um local de encontro e “comum epistemológico”, no sentido de abarcar não somente um “desentranhar o comunicacional” dos objetos, mas todas as suas “impurezas” e rebarbas vindas de outros espaços epistêmicos.

2 Com o qual concordamos com os argumentos de Huws (2014), tal qual explicitamos em Grohmann (2016).

ARTIGO

Isso porque, em vez de definir *a priori* o que seria específica e estritamente comunicacional, interessaria à comunicação – no que se refere especificamente à questão do trabalho – não somente o trabalho dos profissionais de comunicação ou os processos comunicacionais no mundo do trabalho, mas “tudo o que vem junto” com isso, tais como controle e gerenciamento do trabalho, organização coletiva dos trabalhadores, identidade, regulação do trabalho em plataformas digitais, entre outros.

Saber dessas “impurezas” epistemológicas, porém, não isenta de pensar que a comunicação<sup>3</sup> ocupa um papel nos processos que envolvem a área de trabalho digital, sendo este o objetivo do presente artigo<sup>4</sup>, no sentido de lançar bases teóricas para uma agenda de pesquisa sobre o tema na área. Consideramos que a comunicação atua como organizadora do trabalho a partir do processo de plataformização do trabalho – para além da chamada “uberização” – e da compreensão das plataformas como meios de produção e comunicação, com lógicas entranhadas em suas infraestruturas digitais. O texto, então, analisa o papel da comunicação tanto no controle e na gestão do trabalho quanto nas possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores, seja em sindicatos e associações ou no cooperativismo de plataforma, ou ainda em interações informais, como coletividades emergentes.

## Plataformização do trabalho

Plataformas são infraestruturas digitais alimentadas por dados, organizadas por algoritmos e formalizadas por relações de propriedade (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018; SRNICEK, 2016). Assim como quaisquer tecnologias, apresentam valores e normas inscritas em seus desenhos e interfaces, podendo apresentar mecanismos de discriminação

3 Em pesquisa no Google Acadêmico (dezembro/2019) por digital labor e digital labour, o periódico que mais vezes aparece entre os dez mais citados é da comunicação: New Media & Society, com quatro menções.

4 Este é um artigo teórico à luz de pesquisa empírica – realizada entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 – em incursões do pesquisador na plataforma Discord (especificamente nos canais Means.TV, Co-op Mode e Game Workers Unite), em páginas de Facebook de associações e sindicatos e entrevistas com sindicatos e cooperativas de plataformas.

de raça, gênero e classe (NOBLE, 2018). Enquanto infraestruturas digitais, são, portanto, meios e infraestruturas de comunicação (COULDRY, 2019).

Há materialidades que envolvem as plataformas, no sentido de que dependem da extração de recursos naturais e físicos e são transformadas em artefatos por meio de cadeias de produção (MURDOCK, 2018). Essas materialidades das plataformas servem para pensá-las tanto em relação a processos de trabalho e ao meio ambiente quanto às próprias interfaces das plataformas – enquanto *medium* – no que tange a possibilidades e limites (ou *affordances*) que se inscrevem em suas arquiteturas. As infraestruturas das plataformas são condições básicas para o cenário do trabalho digital, “providenciando as bases técnicas para novas organizações do trabalho” (WOODCOCK; GRAHAM, 2019, p. 20). Isso significa compreender circuitos de trabalho em seus diferentes momentos e articulações.

O contexto atual das relações entre trabalho e tecnologias digitais é marcado pela plataformização do trabalho, entendida como a crescente dependência de plataformas digitais para exercer atividades de trabalho. Em texto anterior (GROHMANN, 2020b), discutimos os mecanismos da plataformização que afetam o mundo do trabalho. De modo panorâmico, há dimensões contextuais que envolvem a financeirização e o rentismo – “a internet dos senhores de terra” (SADOWSKI, 2020), a extração de dados e a dataficação, e a racionalidade empreendedora neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), como sustentáculos deste processo. Com isso, ressaltamos que a plataformização é a materialização ou concretização de processos anteriores já existentes, que se apresentam intensificados, não puramente como resultados de processos tecnológicos (embora também com eles), mas de outras dimensões existentes.

Nesse contexto, falar em plataformização do trabalho é, por um lado, compreender as atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais – que podemos sintetizar como trabalho em plataformas ou trabalho plataformizado – o que significa depender, em menor ou maior grau, de mediações algorítmicas e os modos de circulação de dados, que estão

envoltos nos processos produtivos e comunicacionais das plataformas. As materialidades das plataformas são a interface mais visível (e amigável) para processos de extração de dados e vigilância de consumidores e trabalhadores das plataformas. Nesse sentido, as próprias empresas proprietárias das plataformas executam o que Couldry e Mejias (2019) chamam de “trabalho vigiado” a partir desses mecanismos rentistas de extração de valor por meio das plataformas (SADOWSKI, 2020).

Neste cenário, as mais diferentes atividades de trabalho – encanador, faxineiro, *designer* e programador – passam a depender cada vez mais das infraestruturas digitais e suas lógicas, de modo que a plataformização tende à generalização para todas as atividades de trabalho, seja no trabalho remoto ou nas ruas das cidades. Contudo, isso não significa que o processo aconteça do mesmo jeito para todos os trabalhadores ou para todas as plataformas. Isso se deve, por um lado, a uma multiplicidade de plataformas e, por outro, diversidade de perfis de trabalhadores, que possuem maior ou menor dependência de infraestruturas digitais – e seus mecanismos – com diferentes formas de extração de valor pelas plataformas. Por isso argumentamos que o termo plataformização do trabalho é uma chave explicativa que permite compreender os distintos processos de extração de valor e situações de trabalho envoltos nas relações de diferentes trabalhadores com uma multiplicidade de plataformas que não atuam do mesmo modo.

A partir das discussões sobre tipologias de plataformas de trabalho em Schmidt (2017) e Woodcock e Graham (2019), consideramos três tipos principais: a) plataformas com base em localização de trabalhadores e consumidores, tais como entregas de pessoas (Uber, 99, Cabify) ou coisas (os chamados aplicativos de delivery, como iFood e Rappi), sendo os trabalhadores chamados, respectivamente, de motoristas e entregadores; b) plataformas de microtrabalho, chamadas também de *crowdwork*, cuja principal função dos trabalhadores é treinar dados para inteligência artificial, tais como Amazon Mechanical Turk, Appen e Lionbridge; c) plataformas de trabalho *freelancer*, desde trabalho doméstico até atividades de *design* e programação, tais como GetNinjas, Helpie e 99Designs.

As duas últimas categorias não dependem necessariamente da localização de trabalhadores e clientes.

Os trabalhadores das diferentes plataformas apresentam clivagens de gênero, raça e frações de classe (VAN DOORN, 2017), a depender das plataformas e localização. Mulheres, por exemplo, estão mais presentes em plataformas de trabalho doméstico (HARTMANN *et al.*, 2019). Em São Paulo, 71% dos entregadores de *delivery* são negros (ALIANÇA BIKE, 2019). Como podemos ver, a plataformização do trabalho atravessa diferentes sujeitos sociais de múltiplas maneiras, sem se configurar como um processo homogêneo. São distintas situações de trabalho e são entrecortadas por esses marcadores sociais de desigualdades e diferenças, embora o controle algorítmico se coloque como algo neutro, objetivo e acima das interseccionalidades (BUCHER, 2017).

O território é outro marcador central para situar as atividades de trabalho em plataformas digitais. Cant (2019), por exemplo, mostra como o trabalho nas plataformas é marcado também pelo trabalho migrante. Trabalhadores de países não anglófonos e que dominam a língua inglesa têm mais propensão a trabalhar em plataformas globais de microtrabalho (CASILLI, 2019).

Para além disso, há uma geopolítica do trabalho digital (GRAHAM; ANWAR, 2019), com empresas em geral do Norte contratando mão de obra de todas as partes do mundo, inclusive do Sul Global. O *Online Labour Index*, da Universidade de Oxford, mostra a oferta e a demanda de mão de obra em plataformas *freelancers* por países e ocupações. Em 3 de fevereiro de 2020, o índice aponta que 61,2% dos empregadores são dos Estados Unidos e a maioria dos trabalhadores é da Ásia<sup>5</sup>.

Há características distintas de mercado de trabalho, a depender da região. No Norte Global, a chamada *gig economy* – termo que consideramos, no mínimo, incorreto para explicar nosso cenário<sup>6</sup> – é

5 Ainda segundo o *Online Labour Index*, as três principais atividades de brasileiros nas plataformas de *freelancers* ocorrem nas áreas de multimídia e “criatividade”, desenvolvimento de *softwares* e tecnologias, traduções e transcrições.

6 A história da economia brasileira é uma grande *gig economy*, no sentido literal do termo, de modo que não há novidade nenhuma no *gig*, mas, de fato, na subordinação às plataformas digitais e os seus mecanismos. No início, considerávamos o Brasil ou a América Latina uma

historicamente a exceção, enquanto no Sul a informalidade e a precariedade<sup>7</sup> se configuram como regra e norma histórica<sup>8</sup>, como algo permanente dos trabalhadores dos países, como atestam Abílio (2020) no Brasil e Soriano e Cabañes (2020) nas Filipinas. Para Abílio (2020), há uma monopolização e apropriação produtiva do viver periférico por parte das empresas das plataformas, a partir de suas próprias lógicas.

Com isso, há um espraiamento dos modos de viver das periferias por todas as partes do mundo, gerando mecanismos de dependência e subordinação. Há diferentes formas de expropriação de valor nas plataformas digitais a partir de gênero, raça, classe e território. Desta forma, a plataformização do trabalho e o trabalho em plataformas não acontecem no vazio ou como algo abstrato, mas a partir de condições materiais concretas.

### **Plataformas como meios de comunicação e meios de produção**

As dinâmicas contextuais e sociais das plataformas são uma antessala para compreendê-las como meios – de produção e comunicação, que engendram lógicas de trabalho e interação desde os seus *designs*, abastecidas com produção de dados. Como afirma Williams (2011, p. 69), os meios de comunicação “não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social”.

A visão de Williams (2011) revela não só a imbricação da tecnologia com processos produtivos (VIEIRA PINTO, 2005), mas como a própria

---

exceção. Após experiências em projetos internacionais sobre trabalho em plataformas, nossa posição é a de que *gig economy* é um termo especificamente europeu-estadunidense que procura se universalizar, enquanto a maioria dos países do mundo vive um processo semelhante ao Brasil.

7 Se, por um lado, há proximidades no trabalho das plataformas nas várias partes do mundo, por outro, há questões que nos aproximam mais de países da Ásia e da África (WOOD; LEHDON-VIRTA; GRAHAM, 2018).

8 Isso significa, por um lado, não abandonar termos como precarização e flexibilização, mas, por outro, não tomá-los da mesma forma que autores do Norte, pois os cenários são distintos.

comunicação é produção. Assim, a plataformização do trabalho significa não só a dependência de infraestruturas digitais e suas *affordances*, mas também o crescente papel da comunicação como organizadora dos processos de trabalho.

Consideramos a comunicação como um braço organizador e mobilizador do trabalho nas plataformas digitais, como o centro de disputas no mundo do trabalho, envolvendo tanto as lógicas de controle e gestão quanto as de resistência e organização dos trabalhadores. Por um lado, a comunicação envolve custos relacionados a infraestruturas relacionais e à própria organização política (SCHRADIE, 2019). Por outro, a própria comunicação auxilia a organizar os próprios fazeres sociais e políticos.

Fenton (2016) e Schradie (2019) lembram como as formas organizacionais são políticas e como a infraestrutura organizacional tem um papel preponderante no ativismo digital. Lembramos que a comunicação também se relaciona mutuamente à própria organização do trabalho – e, sendo assim, também tem seus próprios custos. Mobiliza e faz circular determinados processos produtivos, usos das plataformas e sentidos em detrimento de outros, também cumprindo papel na circulação do capital, acelerando os processos e diminuindo os tempos de rotação<sup>9</sup> (GROHMANN, 2020a).

Os discursos que as empresas mobilizam para sua promoção, no intuito de se mostrarem “inovadoras” e “disruptivas”, passam pelo papel da comunicação como organizadora da racionalidade neoliberal em contextos digitais. Os discursos dominantes das plataformas são os de que elas promovem o desenvolvimento econômico e dá oportunidades aos trabalhadores. Isso também passa por estratégias comunicacionais que invisibilizam o papel do trabalhador ou dão a impressão de que eles fazem parte de uma “força de trabalho global”. Alguns exemplos são de *slogans* de plataformas de microtrabalho, como Amazon Mechanical Turk (“inteligência artificial artificial”) e ClickWorker (“sua mão de obra virtual sob demanda. Por todo o mundo”).

9 No caso de plataformas que envolvem transporte, há uma combinação do que Marx (2011) considerava o ápice da circulação do capital – o entrecruzamento de meios de transporte e meios de comunicação.

As empresas das plataformas engendram formas de controle e gestão – inclusive algorítmica (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017) – a partir do papel da comunicação nas plataformas. Os mecanismos de vigilância, coleta e extração de dados, assim como o controle espacial e temporal, se dão a partir das dinâmicas das plataformas como meios de comunicação e produção (COULDRY; MEJIAS, 2019), efetivando-se no próprio consumo (como processo comunicacional) das plataformas, seja como “cliente” – nomenclatura comumente usada pelas empresas de plataformas – ou “trabalhador”.

Isto é, o consumo das plataformas – como meios de produção e comunicação – é a realização do processo de plataformização do trabalho e suas dinâmicas, o que significa que a plataformização é, ao mesmo tempo, dataficação (COULDRY; MEJIAS, 2019) da produção e do consumo: “Rappi coleta tantos dados que faz olhos de investidores brilharem” (UOL TILT, 16/02/2020). O rastreamento dos espaços urbanos e das práticas de consumo, com suas mediações algorítmicas, se relacionam às próprias atividades de trabalho nas plataformas.

As interfaces das plataformas são desenhadas para que os trabalhadores conversem com os consumidores – e sejam avaliados por eles, como mostram Antunes e Filgueiras (2020), Amorim e Moda (2020) e Englert, Woodcock e Cant (2020). Seja em plataformas que exigem localização específica (como Uber ou iFood) ou de microtrabalho (como Mechanical Turk), o cliente/consumidor é uma figura difícil de ser contestada pelo trabalhador. Há ainda o imaginário (BUCHER, 2017) do que seria o “chefe” algoritmo, sempre inacessível e invisível: “meu chefe é um aplicativo” (POIER, 2018).

A gamificação (vista de cima, como argumentam Woodcock e Johnson, 2018) também é um mecanismo, ao mesmo tempo de controle e gestão, das plataformas como meios de comunicação e produção no sentido de uma “imposição de sistemas de regulação, vigilância e padronização” (WOODCOCK; JOHNSON, 2018, p. 2) como reforço do trabalho, isto é, como “técnica de governamentalidade” (DARDOT; LAVAL, 2016). É a cristalização dos processos comunicacionais na

gestão do trabalho, tomando o jogo a partir da ótica da racionalidade empreendedora – algo que já acontecia dentro das próprias empresas em uma lógica de *reality shows* e se atualiza com as plataformas. Alguns exemplos são: “faltam somente três corridas para você bater a meta” e “você está no nível *baby*. Faltam cinco tarefas para você chegar ao próximo nível”.

Os sistemas de avaliação – de clientes e trabalhadores – como ranqueamento podem ser descritos como o maior exemplo da cristalização da lógica do game como gestão e controle das plataformas e da tecnologia avaliativa (DARDOT; LAVAL, 2016) como mecanismo de vigilância dos trabalhadores. No mesmo sentido, os meios também são desenhados para que os trabalhadores não se comuniquem entre si pelas plataformas e não possam se achar em meio ao *crowdwork*. Isso mostra os valores e normas inscritos nas plataformas (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018) e sua própria organização enquanto forma política.

## **A comunicação na organização dos trabalhadores das plataformas**

A comunicação, enquanto lugar de disputas e circulação de sentidos (GROHMANN, 2016), não serve somente para organização e circulação do capital, mas também possibilita brechas e frestas para circulação do comum, sem idealismos, nos limites do próprio capital (HARVEY, 2018). Desta forma, os processos comunicacionais também auxiliam na organização dos trabalhadores envolvidos em plataformas digitais, seja em formações coletivas, associações e sindicatos ou em organizações a partir do prisma da autogestão, como o cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2017).

Neilson (2018), Cohen e De Peuter (2018) e Woodcock (2020) apontam para uma nova onda de sindicalização de trabalhadores de tecnologias, *games* e jornalismo, respectivamente. Em um cenário onde profissionais do Google e Amazon estão se reconhecendo como trabalhadores – diante das pressões relacionadas às condições de trabalho – e

buscando se sindicalizar, a Kickstarter, maior plataforma de financiamento coletivo, foi a primeira grande empresa de tecnologia a ter um sindicato. Além de melhores condições de trabalho, eles reivindicam políticas de diversidade e inclusão e mais voz e participação nas tomadas de decisão da empresa.

Especificamente na área da comunicação, podemos destacar os seguintes sindicatos: Writers Guild of America East, nos Estados Unidos, que reúne trabalhadores de VICE, Vox, The Intercept, MTV, HuffPost, Gizmodo e Fast Company e o sindicato dos trabalhadores do BuzzFeed nos Estados Unidos (Buzzfeed News Union), no contexto da emergência de sindicatos de trabalhadores de outras iniciativas em plataformas digitais, como The Union e Pitchfork.

Na área de games, o Game Workers Unite não é exatamente um sindicato, mas um movimento e uma organização internacional que tem o objetivo de sindicalizar a indústria de videogames. Está presente em 12 países e é formado por pessoas sem experiência no sindicalismo tradicional, o que mostra, para Woodcock (2020), que: a) nenhum trabalhador é inorganizável; b) o fato de os trabalhadores não estarem ainda organizados não significa dizer que não há resistência ou potencialidade de organização; c) parece emergir novas formas de organização coletiva de trabalhadores, com outras lógicas. Conforme Woodcock (2020, p. 6), “os sindicatos existentes precisam estar preparados para aprender a partir das experiências desses trabalhadores, adaptando seus métodos e formas organizacionais para encontrar novas possibilidades”.

Outro exemplo é o sindicato dos Youtubers, formado na Alemanha. Ele se filiou ao maior sindicato alemão, IG Metall, e exige da plataforma, entre outras coisas, maior transparência nos algoritmos e nos critérios para desmonetização dos vídeos. De acordo com Jörg Sprave, em entrevista ao pesquisador<sup>10</sup>, “os sindicatos ‘digitais’ precisam operar como um movimento sem obrigações para os operadores. Nós não sabemos de onde vem nossos membros – se eles decidirem não nos contar, nunca saberemos”. Sprave considera que os maiores desafios para organização

10 Entrevista realizada por e-mail dia 29 de outubro de 2019.

dos trabalhadores são jurídicos e geopolíticos – considerando que uma plataforma como o Youtube não está presente em um só país<sup>11</sup>.

Os trabalhadores de plataformas de transporte também têm formado associações e sindicatos ao redor do mundo. Em janeiro de 2020, houve a primeira convenção internacional de organizações de motoristas de aplicativos, com participação de 23 países. Da América Latina, participaram Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Panamá e Costa Rica. A partir da reunião, houve a fundação da International Alliance of App-Based Transport Workers (IAATW). No Brasil já há associações desse tipo nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília, todos com páginas de Facebook ativas. As greves de entregadores em julho de 2020 também são um exemplo dessas solidariedades emergentes, também recheadas de contradições, como é próprio da luta política.

A organização coletiva dos trabalhadores também passa pelas tentativas de construir formas cooperativistas e de autogestão das plataformas digitais<sup>12</sup>, desde as iniciativas que reproduzem certo “empreendedorismo ativista” (SANDOVAL, 2019) até possibilidades mais “radicais” (SANDOVAL, 2017; FENTON, 2016). O ponto é não tentar reproduzir os mecanismos de gestão e organização das plataformas de trabalho capitalistas. O atual diretório do cooperativismo de plataforma apresenta 297 iniciativas<sup>13</sup>, que podem ser de trabalhadores, consumidores ou *multi-stakeholders*. Essas experiências passam por cooperativas de serviço de nuvem (Collective Tools, da Suécia), plataformas de *streaming* de áudio e de fotografos. Há também uma plataforma de *streaming* audiovisual com conteúdo anticapitalista a partir de cooperativa de produtores audiovisuais, a Means TV, lançada em fevereiro de 2020. Isso significa combater o modo dominante generalizado de plataformização

11 Não é o intuito deste artigo aprofundar as entrevistas que temos feito com sindicatos e cooperativas, que será tema de outro texto. Este trecho é um contexto para pensar o papel da comunicação na organização dos trabalhadores.

12 Algo já tratado por nós anteriormente (GROHMANN, 2018).

13 O diretório completo está disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1RQTMhPJVVdmE7YeopliwYhvj46kgvVJQnnl1EPCwzeY/edit#gid=674927682>. Acesso em: 22 fev. 2020.

do trabalho com a busca pela construção prefigurativa de plataformas com outras lógicas desde a organização do trabalho até o papel de algoritmos e dados, procurando estabelecer novos circuitos de produção e consumo, tanto do ponto de vista de mercadorias quanto de sentidos.

As experiências de organizações de trabalhadores em associações e cooperativas têm atraído crescente atenção de pesquisadores sobre trabalho digital (WOODCOCK; GRAHAM, 2019; CANT, 2019; CODAGNONE; KARATZOGIANNI; MATTHEWS, 2018; ENGLERT; WOODCOCK; CANT, 2020). Contudo, essa literatura tem abordado apenas pontualmente o papel da comunicação na organização dos trabalhadores das plataformas. Em parte, por ser originária de outras áreas que não a comunicação, acabam por tomá-la como ferramenta ou suporte, sem toda a sua complexidade. Defendemos que há a centralidade da comunicação na organização dos trabalhadores. Isso se dá pela impossibilidade de trabalhar sem comunicação (FIGARO, 2018) e, mais especificamente, no sentido de que a própria comunicação é um trabalho de organização.

Além da institucionalização da organização em associações ou cooperativas, há uma série de relações e processos de comunicação que se colocam como arranjos organizacionais, podendo ser mais informais, pontuais ou fortuitos. Isso pode ser tanto algo presencial, como os entregadores que interagem em pontos de encontro, quanto em plataformas digitais, com grupos em Facebook e WhatsApp, que têm tido um papel central na organização de trabalhadores. Segundo Wood, Lehdonvirta e Graham (2018), 58% dos trabalhadores de plataformas que não dependem de localização comunicam-se pelo menos uma vez *on-line* com outros trabalhadores. Isso é reforçado em um dos únicos momentos em que Woodcock e Graham (2019, p. 107) tratam da questão: “a comunicação é um importante passo rumo à resistência e à organização coletiva”.

Nesse contexto, os autores supracitados atestam que a comunicação digital é parte crucial do trabalho nas plataformas e salientam a importância de fóruns e plataformas digitais para compartilhar dicas e queixas

entre os trabalhadores, inclusive relacionadas à segurança – como o aplicativo rebU, que tem inclusive uma “câmera espiã”. Isso significa que eles procuram, de alguma forma, driblar as *affordances* das plataformas de trabalho em relação à comunicação entre os trabalhadores, considerando que a maioria delas foi desenhada para os trabalhadores conversarem com os consumidores, não entre si.

No caso de grupos de Facebook e WhatsApp, muito frequentes entre motoristas, entregadores e mesmo trabalhadores da Amazon Mechanical Turk no Brasil (MORESCHI; PEREIRA; COZMAN, 2020), há de se considerar as *affordances* dessas plataformas, no sentido de não serem neutras em relação à comunicação entre trabalhadores. Isto é, se por um lado há a facilitação para a comunicação horizontal entre eles, driblando limitações das plataformas de trabalho, por outro há a dependência de outras infraestruturas digitais e suas lógicas como meios de produção e comunicação, o que envolve dimensões midiáticas, políticas e econômicas. Isso significa também não “romantizar” o papel das plataformas digitais em relação à organização dos trabalhadores, no sentido de compreender as contradições de uma propalada “comunicação horizontal” e a dependência de recursos e infraestruturas materiais, como mostra Schradie (2019) em relação aos custos do ativismo digital.

Além do uso de plataformas digitais das Big Tech, há a criação de fóruns dos trabalhadores, como *TurkerNation* e *Turkopticon*, da Amazon Mechanical Turk (MILLAND *et al.*, 2015; IRANI; SILBERMAN, 2016). No caso do *Turkopticon*, Woodcock e Graham (2019) consideram que há, de fato, uma subversão das plataformas usadas no processo de trabalho. Nesses fóruns, os trabalhadores trocam informações sobre os clientes das plataformas – que podem se negar a pagar por tarefas. No *TurkerNation*, há um código de conduta tanto para os trabalhadores quanto para acadêmicos que queiram realizar pesquisas na Amazon Mechanical Turk (como mostram MORESCHI; PEREIRA; COZMAN, 2020).

Os códigos de conduta, que também aparecem no fórum organizado pelo Game Workers Unite, são a concretização discursiva de um acordo de organização entre os trabalhadores. No caso dos trabalhadores de *games*, isso envolve explicitar o propósito da organização, expectativas de comportamento na plataforma, comportamentos inaceitáveis e suas consequências e espaço para denúncias.

O Game Workers Unite executa o que Woodcock e Johnson (2018) chamam de “gamificação vinda de baixo”, que significa subverter as lógicas gamificadas da racionalidade neoliberal a partir da reapropriação de uma plataforma originalmente desenhada para a comunicação entre jogadores de *videogame* para fins de organização dos trabalhadores: a plataforma Discord. Woodcock (2020) compara a importância dessa plataforma para os trabalhadores de *games* à centralidade do WhatsApp para os motoristas de Uber. Nesta plataforma, há diferentes fóruns e *chats* entre os trabalhadores, divididos por seções: geral, organização, notícias e artigos, experiências e compartilhamentos, perguntas e dúvidas, e *off-topic*. Há ainda divisões por comitês (tradução, comunicação e organização) e por região, além de salas de reunião.

A plataforma Discord também é utilizada para comunicação e organização de cooperativas de plataformas, como a The Co-op Mode, de desenvolvedores de *games*, e da Means TV, de produtores de audiovisual. Nesses casos, segue uma lógica semelhante à empregada pelo Game Workers Unite, com espaços para a construção de projetos em conjunto (The Co-op Mode) e até criação de memes (Means TV). Uso semelhante foi identificado por Marques (2019) por jornalistas de mídias alternativas em relação ao Telegram para discussão e organização de conteúdo a ser publicado.

Contudo, nem todos os grupos de trabalhadores de plataformas se organizam por meio de plataformas gamificadas, como o Discord, como afirma Jörg Sprave, do sindicato dos *youtubers*: “tínhamos um servidor no Discord, mas paramos porque não usávamos muito. Escolhemos uma página do Facebook para nossa comunicação, que funciona bem”<sup>14</sup>. Para

14 Em entrevista por e-mail ao pesquisador no dia 29 de outubro de 2019.

Sprave, as *affordances* do Facebook propiciam uma “casa limpa” – em suas palavras. O central para ele é que “um sindicato digital precisa de uma plataforma e não pode ser operada sem uma casa digital”<sup>15</sup>.

Isso significa, de alguma forma, a necessidade do controle, ou, nas palavras de Cant (2019), uma expropriação das plataformas como meios de produção e comunicação pelos trabalhadores. No cooperativismo de plataforma, há a busca por criar suas próprias plataformas com lógicas que favoreçam a democracia no ambiente de trabalho e a não vigilância dos trabalhadores (SCHOLZ, 2017). Isto é, o desenho das plataformas como meios de produção e comunicação já é construído para a auto-gestão dos trabalhadores. Na Stocksy, cooperativa de fotógrafos, por exemplo, as próprias assembleias da cooperativa estão inseridas em uma plataforma. Um dos atributos deve-se justamente à criação de uma plataforma própria que possibilite autonomia aos trabalhadores.

A partir deste contexto, um dos desafios em relação à organização dos trabalhadores das plataformas relaciona-se às infraestruturas. Em entrevista ao pesquisador, Charles Anderson, da cooperativa de artes Other Fruit<sup>16</sup>, afirma que o futuro da organização dos trabalhadores em plataformas passa pela implantação de *blockchain*: “a implementação prática dessa tecnologia continua sendo uma curva de aprendizado contínua. Temos uma equipe de desenvolvedores e programadores que refinam constantemente a estrutura. Não seria exagero dizer que levou anos para compor uma arquitetura funcional própria da plataforma”. Enfrentar a questão infraestrutural em conjunto com outras cooperativas é algo que está em andamento. De acordo com Anderson<sup>17</sup>, “estamos desenvolvendo infraestruturas de plataformas cooperativas no mundo dos *eSports* para que participantes, de jogadores a editores, possam controlar seus próprios contratos, termos de participação, colaborações e, claro, lucros”.

15 Idem.

16 Entrevista realizada por e-mail no dia 31 de outubro de 2019.

17 Idem.

## Considerações finais

O que procuramos demonstrar ao longo do artigo foi a dimensão comunicacional da área de trabalho digital, lançando bases para uma agenda de pesquisa. Compreendidas como meios de produção e meios de comunicação, as plataformas sempre envolverão uma faceta comunicacional. Contudo, elas nunca agem sozinhas ou autonomamente, pois dependem de outros fatores. Apesar disso, a pesquisa em comunicação não deve esquecer esses fatores ditos “exógenos”, e, enfim, assumir seu lugar de articulação de saberes.

A partir de teorizações e alguns exemplos, argumentamos como a comunicação está presente tanto no controle e na gestão do trabalho por parte das plataformas – envolvendo gestão algorítmica, gamificação e sistemas de avaliação – quanto nas possibilidades de organização dos trabalhadores, seja em associações, sindicatos, cooperativas ou interações mais informais. A comunicação apresenta, pois, um papel de organização e mobilização do trabalho e dos trabalhadores em contextos digitais. Não há plataformização do trabalho sem comunicação.

Em todos os casos, há de se pensar dependências e contradições em relação às infraestruturas digitais, com suas possibilidades e seus limites, desde as interfaces até as mediações algorítmicas e dataficadas. Por apresentarem uma multiplicidade de lógicas de sentidos e extração de valor, defendemos a noção de plataformização do trabalho como materialização de processos já existentes e chave explicativa para compreender a diversidade de plataformas com diferentes situações de trabalho e distintas clivagens de gênero, raça, frações de classe e território, com uma geopolítica do trabalho digital.

As plataformas, de acordo com Cant (2019), podem ser encaradas como um laboratório da luta de classes. Entre as disputas que envolvem gestão e controle do trabalho e possibilidades de organização dos trabalhadores, há frestas e brechas no sentido de políticas prefigurativas (SANDOVAL, 2017), como tentativas de vislumbrar outros mundos possíveis para além de um realismo capitalista (FISHER, 2011). A

comunicação, então, auxilia na organização de experiências e laboratórios de trabalho digital.

## Referências

- ABILIO, L. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? *Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020.
- ALIANÇA BIKE. *Entregadores ciclistas de aplicativos*. Relatório da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas, 2019.
- AMORIM, H.; MODA, F. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Fronteiras*, v. 22, n. 1, 2020.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, trabalho e (des)regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020.
- BUCHER, T. The Algorithmic Imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1, 2017.
- CANT, C. *Riding for Deliveroo*. London: Polity, 2019.
- CASILLI, A. *En Attendant les Robots*. Paris: Seuil, 2019.
- CODAGNONE, C.; KARATZOGIANNI, A.; MATTHEWS, J. *Platform Economics*. London: Emerald, 2018.
- COHEN, N.; DE PEUTER, G. “I work at Vice Canada and I need a union”: organizing digital media. *Labour Under Attack*. Nova Escócia: Fernwood, 2018, p. 114-128.
- COULDRY, N. *Media: why it matters*. London: Polity, 2019.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. *The Costs of Connection*. Palo Alto: Stanford, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. Digital workerism: technology, platforms and the circulation of workers’ struggles. *tripleC*, v. 18, n. 1, 2020.
- FENTON, N. *Digital, Political, Radical*. London: Polity, 2016.
- FIGARO, R. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. *Galáxia*, n. 39, 2018.
- FISHER, M. *Capitalist Realism*. Winchester: Zero Books, 2011.
- FUCHS, C. *Digital Labour and Karl Marx*. New York: Routledge, 2014.
- GRAHAM, M.; ANWAR, M. The Global Gig Economy: towards a planetary labour market? *First Monday*, v. 24, n. 4, 2019.
- GRAY, M.; SURI, S. *Ghost Work*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.
- GROHMANN, R. *As classes sociais na comunicação: sentidos teóricos do conceito*. Tese (Doutorado) – Ciências da Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- GROHMANN, R. Cooperativismo de Plataforma e suas Contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. *Liinc em Revista*, v. 14, n. 1, 2018.
- GROHMANN, R. A comunicação na circulação do capital em contexto de plataformização. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 1, 2020a.
- GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista EPTIC*, v. 22, n. 1, 2020.

- HARTMANN, H. et al. *Women, Automation and the Future of Work*. London: IWPR, 2019.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HUWS, U. *Labor in the Global Digital Economy*. New York: Monthly Review Press, 2014.
- IRANI, L.; SILBERMAN, S. Stories we tell about labor: Turkooption and the trouble with “design”. *Anais SIGCHI*, 2016.
- MARQUES, A. *A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Mestrado (Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2019.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILLAND, K. et al. We are dynamo: overcoming stalling and friction in collective action for crowd workers. *Anais da 33<sup>rd</sup> ACM Conference on Human Factors in Computing Systems*. 2015.
- MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. Hand on the Wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers’ autonomy. *Anais da International Conference on Information Systems (ICIS 2017)*. Seul, 2017.
- MORESCHI, B.; PEREIRA, G.; COZMAN, F. The Brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. *Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020.
- MOSCO, V. The Political Economy of Labor. In: WASCO, J. et al. (Org.). *The Handbook of Political Economy of Communications*. London: Wiley, 2011, p. 358-380.
- MURDOCK, G. Media Materialities: for a moral economy of machines. *Journal of Communication*, v. 68, n. 2, 2018.
- NEILSON, T. Unions in Digital Labour Studies: a review of information society and Marxist autonomist approaches. *tripleC*, v. 16, n. 2, 2018.
- NOBLE, S. *Algorithms of Oppression*. New York: NYU Press, 2018.
- POIER, S. My Boss is An App: an auto-ethnography on app-based gig economy. *Émulations*, n. 28, 2018.
- ROBERTS, S. *Behind the Screen*. New Haven: Yale University Press, 2019.
- ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber’s drivers. *International Journal of Communication*, v. 10, 2016.
- SADOWSKI, J. The internet of the landlords: digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. *Antipode*, v. 52, n. 2, 2020.
- SANDOVAL, M. Enfrentando a precariedade com cooperação: cooperativas de trabalhadores no setor cultural. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, 2017.
- SANDOVAL, M. Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. *Critical Sociology*, 2019.
- SCHMIDT, F. *Digital Labour Markets in The Platform Economy*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.
- SCHOLZ, T. (Org.). *Digital Labor*. London: Routledge, 2012.
- SCHOLZ, T. *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo: Rosa Luxemburgo, 2017.
- SCHRADIE, J. *The Revolution That Wasn’t*. Cambridge: HUP, 2019.

- SODRÉ, M. *A ciência do comum*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SORIANO, C.; CABAÑES, J. Between 'world class work' and 'proletarianised labor': Digital labor imaginaries in the Global South. In: POLSON, E.; CLARK, L. S.; GAJJALA, R. (Eds.). *Routledge Companion to Media and Class*. New York: Routledge, 2020.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. London: Polity, 2016.
- UOL TILT. Rappi coleta tantos dados que faz olhos de investidores brilharem; entenda. 16 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/02/16/coleta-de-dados-e-arma-da-rappi-maior-aposta-do-softbank-na-america-latina.htm>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. *The Platform Society*. New York: Oxford, 2018.
- VAN DOORN, N. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, 2017.
- VIEIRA PINTO, A. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- WOOD, A.; LEHDONVIRTA, V.; GRAHAM, M. Workers of the Internet unite? Online freelance organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries. *New Technology, Work and Employment*, v. 33, n. 2, 2018.
- WOODCOCK, J. How to beat the boss: Game Workers Unite in Britain. *Capital & Class*, 2020.
- WOODCOCK, J.; JOHNSON, M. Gamification: what it is, and how to fight it. *The Sociological Review*, v. 66, n. 3, 2018.
- WOODCOCK, J.; GRAHAM, M. *The Gig Economy: a critical introduction*. London: Polity, 2019.

## Sobre o autor

Rafael Grohmann – Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordenador do Laboratório de Pesquisa DigiLabour. Coordenador no Brasil do projeto Fairwork, da Universidade de Oxford. Pesquisador do projeto Histories of AI: a genealogy of power, da Universidade de Cambridge. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP.

---

Data de submissão: 24/02/2020

Data de aceite: 10/11/2020